Joana Cruz de Simoni

**Múltiplas escalas de transformação nas
relações urbano-rurais:
O espaço rural friburguense e suas
urbanidades impulsionadas pelas técnicas
de informação e comunicação**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor pelo
Programa de Pós-graduação em Geografia
do Departamento de Geografia e Meio
Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Rua

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019

Joana Cruz de Simoni

**Múltiplas escalas de transformação nas
relações urbano-rurais:**

**O espaço rural friburguense e suas
urbanidades impulsionadas pelas técnicas
de informação e comunicação**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
graduação em Geografia. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo.

Prof. João Rua

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Carlos Alberto Franco da Silva

Departamento de Geografia – UFF

Prof.^a Claudia Job Schmitt

Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade –

CPDA/UFRRJ

Prof. José Borzacchiello da Silva

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Luciano Ximenes Aragão

Departamento de Geografia – FEBF/UERJ

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Joana Cruz de Simoni

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) em 2010. Especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Política e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS). Membro do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS) desde 2016. Atua como pesquisadora e professora de Geografia, com ênfase em Geografia Humana.

Ficha Catalográfica

Simoni, Joana Cruz de

O lugar do lugar rural na era da informação : múltiplas escalas de transformação do espaço (e suas representações) em localidades de Nova Friburgo – RJ / Joana Cruz de Simoni ; orientador: João Rua. – 2019.

228 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Rural. 3. Relações urbano-rurais. 4. Metropolização do espaço. 5. Transformações espaciais. 6. Tecnologias de informação e comunicação. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador João Rua, orientador não só dessa pesquisa, mas, de fato, de todo um percurso de doutoramento que, agora percebo, vai muito além desta tese. Se sinto que percorri um caminho engrandecedor ao longo desses anos, isso se deve, em grande parte, à sua postura acadêmica e humana que emocionam qualquer um que com ele conviva.

Dentro deste percurso é de enorme importância a contribuição, companheirismo e compartilhamento (de ideias, lamentos e esperanças) no grupo de pesquisa, coordenado pelo João, de estudos urbanos e rurais – o URAIS. Esses encontros são valiosos e todos – sem exceção – colegas que passaram por ali, certamente, deixaram sua marca aqui neste trabalho. Um “muito obrigada” especial pelas tardes tão proveitosas.

Ao departamento de Geografia da PUC-Rio, funcionários e professores, pelo apoio em diversas instâncias. Em especial, ao Prof. Álvaro Ferreira (e o memorável curso de espaço e cotidiano, que inaugurou meu afeto por esse departamento).

Meu agradecimento a todos que, carinhosa e pacientemente abriram seus lares, seus ambientes de trabalho e sua rotina para uma conversa, uma entrevista, um café, me permitindo compreender melhor a produção do espaço rural friburguense.

Aos membros da banca de qualificação, Carlos Alberto Franco e Luciano Ximenes, e, em seguida, àqueles que, junto a eles, compuseram a banca de defesa, Claudia Job Schmitt e José Borzacchiello da Silva, pelas valiosas contribuições.

Aos meus amores e amigos, que acompanharam com paciência essa longa jornada, ajudando das mais diversas formas (a principal delas: estando presentes e, quando necessário, compreendendo minha ausência).

À minha mãe Jussara (co-orientadora da vida), meu pai Miguel, minha irmã Elisa e meu sobrinho Caetano, por serem os melhores que eu poderia ter.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Simoni, Joana Cruz de; Rua, João. **O lugar do lugar rural na era da informação: múltiplas escalas de transformação do espaço (e suas representações) em localidades de Nova Friburgo – RJ.** Rio de Janeiro, 2019. 226 p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa empenha-se em desvendar as transformações nos e dos *lugares* rurais, a partir das localidades do município de Nova Friburgo – RJ (que compõem um dos mais importantes eixos de “urbanidades no rural” no estado do Rio de Janeiro, conforme RUA, 2017). Compreendemos que os espaços rurais estão inseridos em uma espacialidade capitalista, produtora e produto de desigualdades, mas, também, de diferenças. A partir disso, procura-se demonstrar como as transformações sociotécnicas (notadamente de informação e comunicação) atuam, de forma contraditória, como homogeneizadoras, fragmentadoras e hierarquizadoras dos lugares rurais. Deste modo, a pesquisa tem como objetivo analisar as relações urbano-rurais intensificadas pela mudança nas técnicas de comunicação e informação em um contexto de metropolização e globalização do espaço. Isto exige que, para além de uma análise que se apoie sobre as noções de campo e cidade, busque-se uma compreensão que considere o complexo processo que se dá no contexto metropolitano, onde entrecruzam-se urbanidades e ruralidades. Propõe, também, o exercício de confrontar e relacionar as múltiplas representações do espaço rural (e, em específico, do espaço rural friburguense). Conclui-se que há uma produção multiescalar do lugar rural, que, num contexto de metropolização do espaço, dá-se a partir de uma série de contradições: dispersão e centralização, inclusão e exclusão, presenças e ausências. As técnicas de comunicação e informação intensificam e aceleram um processo de inserção do lugar rural na escala global, através da sua mediatização, seu modelamento para o consumo (como uma representação de espaço de lazer e turismo antiurbano, porém, permeado de urbanidades) e sua apropriação por empresas globais. Assim, o espaço se

integrada e, ao mesmo tempo em que se eliminam dicotomias anteriormente existentes, reafirmam-se assimetrias entre os espaços.

Palavras-chave

Rural; relações urbano-rurais; metropolização do espaço; transformações espaciais; tecnologias de informação e comunicação.

Abstract

Simoni, Joana Cruz de; Rua, João (Advisor). **The place of the rural place in the information age: multiple scales of space transformation (and its representations) in Nova Friburgo - RJ.** Rio de Janeiro, 2019. 226 p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to unravel the transformations in and of rural places of the municipality of Nova Friburgo - RJ (which make up one of the most important axes of “urbanities in the rural” in the state of Rio de Janeiro, according to RUA, 2017). We understand that rural spaces are inserted in a capitalist spatiality, producer and product of inequalities, but also of differences. From this, we seek to demonstrate how sociotechnical transformations (notably those regarding information and communication technologies) act, in a contradictory way, as homogenizing, fragmenting and hierarchizing rural areas. While previous dichotomies are eliminated, integrating space, asymmetries between rural and urban spaces are reaffirmed. Thus, the research aims to analyze the urban-rural relations intensified by the change in communication and information techniques in a context of metropolization and globalization of space. This requires that, in addition to an analysis based on the notions of countryside and city, an understanding must be sought that considers the complex process that occurs in the metropolitan context, where urbanities and ruralities intersect. It also proposes the exercise of confronting and relating the multiple representations of rural space (and, in particular, the rural area of Nova Friburgo). We conclude that there is a multi-scale production of the rural place, which, in a context of metropolization of space, occurs from a series of contradictions: dispersion and centralization, inclusion and exclusion, presence and absence. Communication and information techniques intensify and accelerate a process of insertion of the rural place in the global scale (precariously), through its mediatization, its modeling for consumption (as a representation of leisure space and anti-urban tourism, however, permeated by urbanities) and their appropriation by global companies.

Thus, space is integrated and, while eliminating previously existing dichotomies, asymmetries between spaces are reaffirmed.

Keywords

Rural; urban-rural relations; metropolization of space; space transformations; information and communication technologies.

Sumário

1.	Introdução	18
1.1.	Metropolização do espaço e relações urbano-rurais	36
1.1.1	Notas sobre a relação metropolização – urbanização – globalização no contexto das relações urbano-rurais	43
1.2.	O lugar – e o lugar do rural	45
2.	Relações urbano-rurais, rural, ruralidades: representações e possibilidades analíticas	53
2.1.	Superando as dicotomias: relações urbano-rurais	60
2.2.	Quem produz o lugar rural?	64
2.3.	Metropolização do lugar rural: uma primeira mirada	73
3.	Rurais friburguenses	79
3.1.	O multifacetado espaço rural de Nova Friburgo	81
3.2	Campo do Coelho e o eixo Lumiar - São Pedro da Serra: uma aproximação	88
3.3.	Representações de um espaço rural: discursos de um planejamento para Nova Friburgo	100
3.3.1.	A naturalização do meio ambiente e a ambientalização do discurso: mecanismos de espoliação	103
3.3.2.	Contradições de uma “inexorável urbanização” prevista – e projetada – no planejamento friburguense: indícios de um espaço fragmentado e fragmentador	108

4.	Múltiplas escalas de transformação do espaço rural	
	friburguense	114
4.1	Transformações sociotécnicas, globalização e metropolização de localidades rurais: entre ausências e presenças	114
4.1.1	Por que falar em globalização de lugares rurais?	119
4.2	Ruralidades e expressões do lazer: práticas espaciais contraditórias	135
4.2.2.	Proprietários ausentes e dinâmicas da globalização em localidades rurais: lançando um olhar ao caso do <i>AirBnb</i>	144
4.3.	Uma ruralidade em rede? Reflexões sobre a mediação do/no lugar rural	163
4.4	“Para não dizer que não falei de flores”: atividade agrícola, urbanidades no rural e ruralidades no urbano	183
5.	Considerações finais	197
6.	Referências bibliográficas	209

Lista de figuras

Figura 1: Imagem de antena parabólica em propriedade rural semi-isolada, sem acesso por via pavimentada.....	30
Figura 2: Macroprocessos, mesoprocessos, processos, fenômenos e relações	75
Figura 3: Mapa de localização do município de Nova Friburgo e seus distritos	83
Figura 4: Mapa de Localização de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro e áreas de influência do município.	86
Figura 5: Produção agrícola e sistema de irrigação, Barracão dos Mendes.	89
Figura 6: Produção agrícola e estufas de mudas, Barracão dos Mendes.....	89
Figura 7: Produção agrícola com implementação de <i>mulching</i> agrícola de solo, Barracão dos Mendes.....	90
Figura 8: Produção de tomates, Barracão dos Mendes.	90
Figura 9: Produção de inhame, Vargem alta.	91
Figura 10: Produção de girassóis a céu aberto (primeiro plano) e estufas de produção de flores (segundo plano), Vargem Alta.	92
Figura 11: Centro de informações turísticas, Lumiar; Sede do programa de Circuitos de agroturismo “Altos da Serramar”, São Pedro da Serra.....	96
Figura 12: “Shopping” gastronômico, Lumiar.	96
Figura 12: Macrozoneamento do Município de Nova Friburgo, segundo proposta do Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico – Nova Friburgo 2050.....	102
Figura 13: Mosaico de fotografias – Presença dos artefatos de conectividade em Barracão dos Mendes, Nova Friburgo, 2018.	134
Figura 14: Trecho de divulgação de jornal de imobiliária.	137

Figura 15: Heliponto em “Eco-Resort Villa São Romão”, Lumiar, Nova Friburgo.	141
Figura 16: Empreendimentos do <i>Airbnb</i> no município de Nova Friburgo que geraram a maior receita no período de um ano (2018-2019).	152
Figura 17: Mapa da localização das acomodações do <i>AirBnb</i> no município de Nova Friburgo, de acordo com as macrozonas.	157
Figura 18: Mapa da localização das acomodações de maior receita do <i>AirBnb</i> no município de Nova Friburgo, de acordo com as macrozonas...	158
Figura 19: Mosaico de fotografias de divulgações no Instagram – Perfil de “GPveiga legumes selecionados” em Barracão dos Mendes (Superior à esquerda); Sítio Ther Flores, Circuito Serra-Mar de Agroturismo, em Vargem Alta (inferior à esquerda); Divulgação (feed e stories) da “Estufas da Mila” (direita), comércio de mudas em Barracão dos Mendes.	169
Figura 20: Registro da sugestão de inclusão de fotografia retirada na localidade rural de Barracão dos Mendes, no aplicativo Google Maps.....	176
Figura 21: Conjunto de imagens do <i>Google Maps</i> – <i>Google Streetview</i> e imagem de satélite. Localidade rural de São Lourenço, Nova Friburgo....	178
Figura 22: Plantação de inhame, em localidade rural de São Pedro da Serra e Ponte sobre o “Encontro dos Rios”, ponto turístico em localidade rural de Lumiar.....	179
Figura 23: Imagem do <i>Google Streetview</i> e do <i>Google Earth</i> de estufas de produção de flores (e estabelecimentos de Agroturismo) em Vargem Alta.	179
Figura 24: Mapeamento do <i>Google Maps</i> de localidade rural de Lumiar, Nova Friburgo.	180
Figura 25: Mapeamento do <i>Google Maps</i> de localidade rural de Campo do Coelho, Nova Friburgo.	182

Figura 26: Presença de estufas de produção de flores em Vargem Alta (Nova Friburgo), 2010 e 2018.	185
Figura 27: Revendedora de carros em Lumiar.	190
Figura 28: Mosaico de imagens - CEASA em Nova Conquista; depósito e distribuidora de alimentos em Barracão dos Mendes; Feira Agroecológica de Lumiar.	193

Lista de quadros

Quadro 1 - População residente, por situação do domicílio, segundo as mesorregiões e as microrregiões - Rio de Janeiro – 2010.....	82
Quadro 2 - População residente, por situação do domicílio, segundo os distritos - Nova Friburgo – 2010	83

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Ocupação da população economicamente ativa do eixo Lumiar – São Pedro da Serra e de Campo do Coelho, segundo questionário de reconhecimento comunitário	93
Gráfico 2: Cidade de origem da população residente no eixo Lumiar – São Pedro da Serra, segundo questionário de reconhecimento comunitário.....	98
Gráfico 3: Crescimento na oferta de acomodações ofertadas pelo <i>Airbnb</i> , no município de Nova Friburgo, 2016-2019.	149
Gráfico 4: Crescimento na oferta de acomodações ofertadas pelo <i>Airbnb</i> , no município do Rio de Janeiro, 2016-2019. Fonte: Airdna.co, 2019.	149
Gráfico 5: Número total de hóspedes, segundo sua origem, no ano de 2018 ..	159
Gráfico 6: Perfil dos hóspedes, segundo presença nas redes sociais e idiomas falados.	162

Lista de abreviaturas e siglas

ABIO	Associação de agricultores biológicos do estado do Rio de Janeiro
ALASRU	Associação Latino-americana de Sociologia Rural
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CADEG	Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
CTTF	Circuito Turístico Terê-Fri
CTTP	Circuito Turístico Três Picos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
PMNF	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
PMUS	Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SIMPURB	Simpósio Nacional de Geografia Urbana
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UC	Unidade de Conservação

1.

Introdução

À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais. Não entraria ele também na reprodução, aquela do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “no campo”¹?

Henri Lefebvre, 2013

Por que pensar em espaços rurais, suas dinâmicas e (r)existências na contemporaneidade? Esta pergunta colocou-se e coloca-se ao meu enfrentamento constantemente, sobretudo ao considerar minha trajetória (majoritariamente) urbana de vida. No entanto, os espaços rurais provocam-me desde certo tempo: ora enquanto objetos de análise e interesse epistemológico (é no espanto – que inclui a curiosidade e o desconhecido – que mora o fazer científico, já nos lembrava Aristóteles); ora enquanto necessidade de avaliação crítica da minha *práxis* (geográfica) no mundo. Desenvolvo melhor este último ponto: por afinidade; aprazimento e certo fascínio pelas dinâmicas, paisagens e ritmos de vida nos espaços rurais, encontrei-me, muitas vezes, me interrogando sobre meu papel, minha atuação e mesmo meu impacto em ditos locais. Já remetendo, tangencialmente, ao tema desta pesquisa: qual era meu *lugar naqueles lugares*?

Assim, há uma mescla entre uma postura acadêmica (de interesse em investigar o que creio ser um fenômeno importante para compreensão da

1 Conforme nota do tradutor, o original do termo era “*sur le terrain*” entre aspas, que configuraria, em francês, em expressão indicativa de “campo” – relativo ao trabalho empírico, na pesquisa científica; e, certamente, não à “campo”, relativo a espaço rural. Os dois significados, porém, conduzem a reflexões que propõem uma interessante primeira instigação ao trabalho que aqui se inicia.

realidade espacial brasileira) e uma postura crítico-ética (enquanto ser atuante no mundo).

No que tange ao percurso acadêmico que desembocou no desenvolvimento deste trabalho, cito a construção da minha pesquisa de mestrado, que tinha como importante pano de fundo a relação urbano-rural. Buscando compreender o (quase) lugar da agroecologia na universidade, observando os grupos que tentavam trazer um “paradigma da sustentabilidade” para dentro do mundo acadêmico, por muitas vezes me deparei com discursos que pareciam ter sido inspirados no *modo-de-ser* rural. É claro que, assim como o urbano, o rural é um espaço multifacetado, composto por uma miríade de atores; é, portanto, um espaço de vida heterogêneo. Assim, os discursos eram, com frequência, acerca de um *modo-de-ser* de um rural idealizado. Este caminhar, pessoal e científico, me fez perceber que, por um lado, que não se pode definir cidade e campo em relação aquilo que eles não são (ou seja, o espaço rural não é só ausência de urbanização); por outro, que é tarefa quase impossível pensar a complexidade das categorias de rural ou urbano sem pensar na dinâmica relacional (conceitual e praticamente) que aí se revela.

Pensar em espaços rurais enquanto espaços dotados de múltiplas trajetórias espaciais – e, portanto, múltiplos e diversificados cotidianos – exige, também, que se ponha em xeque a teoria que sustenta a inexorabilidade do processo de urbanização. Não necessariamente para confrontá-la a partir de sua negação imediata, mas, certamente, para relativizá-la, ou, ao menos, investigá-la. Assim, há de se questionar aquilo que se encontra nas entrelinhas de tal noção (como, conforme discutido por Lopes de Souza², um processo que poderia ser encarado como uma “ocidentalização planetária”).

Deste modo, entendemos que os processos de transformação dos espaços não são únicos ou inexoráveis, e tão pouco se dão em uma via de mão única. A complexidade e a multiplicidade de representações destes espaços endossam esta afirmação. Há de se demonstrar que:

2 Fala proferida no XV Simpósio de Geografia Urbana (SIMPURB), realizado de 20 a 23 de Novembro de 2017.

se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1996, p. 53).

Ainda assim, muitos autores, ao interpretar as influências da modernização conservadora na agricultura, advogaram o fim do “campesinato” enquanto ator social. Correntes teóricas faziam a leitura do “fim inexorável e necessário do rural”, tendo em vista o progressivo avanço do modelo urbano-industrial no século XX. Neste contexto, o final do referido século foi marcado por teorias que, simultâneas ao auge dos processos de mudança no mundo rural (impulsionados pela artificialização da agricultura), sugeriam o desaparecimento acelerado do campo e de seus atores (FERREIRA, 2002; PAULINO, 2010). Conforme Ferreira:

A ideia do desaparecimento do rural não era estranha aos quadros teóricos das ciências sociais: de Spencer a Durkheim, de Weber a Marx, o pensamento clássico pressupunha a hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna; a substituição da comunidade pela sociedade e da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica; a racionalização do mundo como sentido dos processos sociais em curso e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária. Mesmo que a espacialização rural-urbana não constituísse o elemento central dessas formulações, estava implícito o suposto segundo o qual o novo mundo era urbano e o velho, rural, uma diferenciação obviamente pensada em função dos espaços que historicamente serviam de base aos modelos societários em expansão e em decadência (2002).

A mesma autora afirma que, uma vez (pretensamente) destituído de singularidades analíticas, o rural passou a ser esvaziado (mais no discurso que em dinâmicas migratórias). Chegou-se ao ponto de haver questionamento acerca da pertinência da sociologia rural como campo do saber (e, por conseguinte, das ciências que se debruçavam sobre este tema), pois “ela parecia evocar, como seu objeto, uma sociedade à parte, um fenômeno anacrônico diante da integração da agricultura à indústria, do fim do campesinato e da urbanização crescente do campo” (FERREIRA, 2002).

A busca pela modernidade rural, como parte importante do “projeto de país” fez com que durante boa parte do século XX, duas grandes potências político-econômicas, Estados Unidos e (ex) União Soviética, propusessem “a desaparecimento do campesinato como via para realizar o desenvolvimento rural”. Muitos países seguiram a mesma lógica, apostando na pesquisa em ciência e tecnologia que, por fim, teriam colaborado para o quadro de crise ambiental que hoje conhecemos (TOLEDO, 1992).

Estas problematizações têm o objetivo de assinalar, aqui, dois pontos de partida: o primeiro, de que o espaço rural, com seus sujeitos (atores e agentes, como discutiremos mais à frente) é múltiplo e compõe uma totalização espacial (SANTOS, 1996), o que torna impossível apreendê-lo enquanto espaço hermético (o que não quer dizer que ele não exista). Em segundo lugar (e a este último ponto relacionado), remarcamos que o rural é/está sempre em relação ao urbano. Isto não significa dizer que não podemos falar em espaço rural sem falar em espaço urbano (ou da forma inversa); tampouco que aquele está completamente subordinado a este. No entanto, dentro de uma dinâmica de inter-relação dos espaços (a qual o processo de metropolização, como veremos, intensifica), urbano e rural encontram-se (ou podem ser analisados) sob uma dialética que se dá entre os processos de homogeneização e produção de diferenças³.

Neste sentido, a pesquisa que aqui se desenvolve busca, também, compreender as relações entre estas duas realidades que, quando categorizadas, aparentam uma oposição ou dicotomização. Conforme argumentaremos aqui, tal polarização é artificial – mesmo enquanto *categorias científicas* (que são, por excelência, tentativas de representações do real). Por um lado, as cidades (*lócus* da vida urbana?) são tidas muitas vezes, no imaginário social, como a expressão máxima da “antinatureza”, do industrial (moderno?) e do aglomerado populacional. Por outro, o campo/rural seria representado pela aproximação entre o homem

3 A produção de diferenças, aqui, trata de “resistências” frente ao processo de homogeneização, que se dão através de permanências, mas, também, da criação e mobilização de novos modos de *produção do espaço* – tanto no urbano quanto no rural; tanto intencionalmente como espontaneamente.

e a natureza (aquela *menos* transformada), numa relação mediada pela técnica da agricultura, afastado (da cidade, da concentração de gente e produção), antiquado e esvaziado. Com a passagem dos chamados “complexos rurais” aos “complexos agroindustriais” (GRAZIANO DA SILVA, 1996) – a “modernização conservadora” do espaço agrícola, a especialização da produção, intensificação da divisão do trabalho – a representação deste espaço se complexifica: é agora moderno? É industrial? É parte integrante do sistema urbano e metropolitano no qual o mundo se insere? A cidade, essa também, ganha novos adjetivos e é atrelada a novas ideias. As *externalidades internalizadas* do processo de urbanização (concentração demográfica crescente, violência urbana, poluição do ar, do som, da água) a tornam, para alguns, menos atraente, deveras artificializada ou caótica.

Para escapar destes dualismos simplificadores, é preciso desviar dessas categorias, quando estas se atêm demasiadamente à forma, dando capacidades de ação explicitamente àquilo que é produtor, mas também produto. Assim, ao invés de conceber “a cidade” como difusora de uma “ação homogeneizadora” ou de força destruidora (ou, por outro prisma, de potência modernizadora), se instigará uma análise de processos não mais circunscritos, necessariamente, ao urbano ou ao rural. Sem negar a força transformadora do próprio espaço na vida cotidiana (e desta no espaço, em um movimento dialético de um eterno devir), apoiar-se-á a ênfase da reflexão nos *processos* que perpassam as vidas e os espaços rurais (e, por sua complementaridade, os espaços urbanos).

Tais processos estão inseridos no que, aqui, trataremos como a dinâmica da metropolização do espaço. Esta noção refere-se a um fenômeno (sócio)espacial, que abarca a totalidade dos espaços da sociedade ocidental⁴ e produz transformações nos arranjos espaciais e nas

4 É importante salientar que as obras que tratam sobre este tema (bem como nossa ciência em geral) debruçam-se sobre realidades da sociedade capitalista ocidental. Assim, durante este texto, por muitas vezes trataremos de processos que ocorrem “na sociedade”, sem que se faça este adendo – crucial. Esta nota tem como objetivo salientar, de antemão, esta limitação.

vidas cotidianas que se produzem nestes espaços. Esta temática será desenvolvida, de forma mais explícita, nas seções seguintes.

A compreensão das dinâmicas de ruralidades e urbanidades no mundo atual (compreendidas como expressões de modos de ser e se relacionar no espaço), é tarefa primordial, sobretudo no contexto da metropolização dos espaços – o que enseja na difusão, invasão e inter-relação de conteúdos sociais e, portanto, espaciais. Para além disso, muitos autores advogam sobre o papel preponderante, por parte do *urbano*, de processos transformativos sobre o rural. Que *lugares* (rurais?) emanam desta dinâmica? Mais precisamente: que modos de vida e de produção estariam sendo sufocados ou (re)inventados? Ao entender o espaço como totalidade e totalização (SANTOS, 1992; 1996), que consequências e estímulos estas asfixias ou reelaborações aportam a este todo?

Concordamos com RUA *et al* (2007, p. 27) quando assinalam que “produzir uma representação do espaço já é uma forma de dominação”, de modo que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um lugar de relações”. É neste sentido que compreender, desvelar e realçar as formas de concepção e percepção do espaço é tarefa central para melhor compreender, também, (e, se possível, desviar) das formas desiguais de produção espacial, dos usos, formas e funções a ele atribuídos. Faz-se necessário, portanto, entender o espaço como “aberto, múltiplo e relacional” (MASSEY, 2008, p.95) – o que certamente corresponde a um desafio (como apreendê-lo, então?); e, por isso mesmo, deve ser encarado; afinal, “conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como um sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugar-lo” (*idem*, p.94).

Halfacree (2006, 2007b), para uma análise mais sistemática dos espaços rurais, busca construir um (complexo) “modelo tripartite” destes, embasado na tríade lefebvrea. A “totalidade” do espaço rural seria composta por: *i*) as localidades rurais (inscritas em práticas espaciais relativamente distintas – associadas às atividades de produção e consumo); *ii*) representações formais do rural (relacionadas à representação do espaço lefebvrea, trata de como o rural é concebido

no processo – capitalista – de produção, são, assim, expressas pelos burocratas e políticos); *iii*) cotidianos rurais, “inevitavelmente incoerentes e fragmentados, incorporam elementos individuais e sociais (“cultura”) em sua interpretação cognitiva e negociação. As representações formais do rural se esforçarão em dominar essas experiências, assim como as localidades rurais”⁵ (*idem*, 2007b).

Neste sentido, nos termos de Halfacree, o empenho desta pesquisa está em desvendar e confrontar aspectos deste espaço (a partir de nossa base empírica: o rural friburguense⁶), compreendendo que: *i*) estas três “facetas” do rural não podem ser analisadas em separado, pois compõem uma totalidade espacial (seja entre si, seja com o espaço urbano, o espaço metropolizado ou o espaço globalizado); *ii*) que os espaços rurais (e, portanto, a vida cotidiana imbricada a estes) estão inseridos em uma espacialidade capitalista, produtora e produto de desigualdades, mas, também, de diferenças.

Buscaremos fazer o esforço de compreender tais dinâmicas no seio dos “espaços rurais” friburguenses – também entendidos enquanto metropolizados e sob a égide da globalização. Para isso, não se pode negar a existência, ampliada em um contexto de metropolização, de uma “gestão total pretendida [...] que avança no sentido de prescrever a vida cotidiana, invadindo o plano do vivido” (SEABRA, 1996). Em um diálogo com Lefebvre, Seabra argumentará sobre este papel do Estado, afirmando como o cotidiano está inserido e, de certo ângulo, prescrito por uma pretensa gestão total. Porém, é nos “resíduos” do cotidiano que mora a potência da vida – e, também, as perversidades (objetiva ou subjetivamente

5 Tradução nossa, do original: “ These incorporate individual and social elements ('culture') in their cognitive interpretation and negotiation. Formal representations of the rural strive to dominate these experiences, as they will rural localities”.

6 Nova Friburgo se apresenta enquanto localidade empírica da presente pesquisa por três principais motivos: *i*) o município possui importantes áreas rurais – de acordo com classificação oficial (IBGE); *ii*) estes “rurais” são diversos, como veremos: do agrícola ao turístico; do afastado ao aproximado; *iii*) constituem, conforme Rua (2017), um dos mais importantes eixos de “urbanidades” no rural no estado do Rio de Janeiro, o que está intimamente ligado à nossa pesquisa; *iv*) por fim, a autora acompanha – não enquanto pesquisadora efetivamente – as transformações na região há algum tempo, o que permite um olhar mais profundo sobre o tema.

concretizadas) dos processos de fragmentação-hierarquização-homogeneização⁷. Ainda que sob o plano de representações concebidas por atores hegemônicos, tais “resíduos” são irredutíveis.

Conforme nos lembra Nasser (2013), em Lefebvre o estudo acerca das representações torna-se central, uma vez que é a partir desta abordagem que se constrói a crítica da vida cotidiana. As representações constituiriam “a mediação pela qual se estabelece a relação dialética entre o ser e o conhecer, entre o representante e o representado, entre o *vivido* (individual, mas também social e coletivo) e o *concebido* (a teoria)” (NASSER, 2013, p. 131). A autora concluirá que as representações são o terceiro termo, ou seja, o *percebido* que interpreta o *vivido* e a prática, pois não se pode “compreender e viver uma situação sem representá-la” (idem, grifos da autora), assim como não se pode tentar transformá-la sem uma crítica das representações que dela se faz. Assim, as representações tornam-se um substituto das coisas e dos processos, ao se demonstrarem presentes na sua ausência, conforme discute Lefebvre (1980).

Observe-se, por exemplo, as representações do espaço urbano. A cidade pode ser vista como “o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros. A anarquia atual da cidade grande lhe assegura um maior número de deslocamentos, enquanto a geração de relações interpessoais é ainda mais intensa” (SANTOS, 1996). Por outro lado, pode ser o lugar onde a “informação, transformada em mercadoria, ameaça a negociação de sentidos, as trocas intersubjetivas, a sociabilidade e o conhecimento”

7 Esse processo triádico de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço é descrito por Lefebvre no seguinte trecho: “O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos” (LEFEBVRE, 2006, pg. 11).

(RIBEIRO, 2005, p. 417). É, assim, o espaço do estar junto e do estar isolado, dos muitos vínculos e de vínculo nenhum.

A experiência urbana comporta contradições – como esta citada acima, como a experimentação simultânea entre homogeneização e diferenciação (homogeneiza-se a diferença, massificando-a); como a fluidez do capital acompanhada pelo enrijecimento das fronteiras; como os processos de mobilização, protestação, inquietação, que ocorrem lado a lado da indiferença cada vez mais aceita e institucionalizada.

É neste imbróglio de incertezas, que Ribeiro (2013) irá desenvolver a ideia de uma crise societária que, ao mesmo tempo em que é palco de mal-estar, de esgotamentos de formas coletivas e institucionais, é também impulso para movimentos de ação, de contraposição, de experimentações utópicas.

São as contradições e utopias da modernidade urbana, que se demonstram novamente. Lefebvre, ao tratar dos empregos do tempo, indica: o tempo imposto, o tempo obrigatório e o tempo livre (Lefebvre, 1991, p. 61). Os dois primeiros se sobressaem em relação ao terceiro. Mas é o tempo imposto aquele que mais “ganha terreno”, aumentando mais rápido que o dos lazeres. O tempo imposto é o tempo da burocracia e das muitas exigências ao qual, para viver o tempo livre (dos lazeres) ou o tempo obrigatório (do trabalho), temos que nos submeter... “o tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições” (idem). Guattari (1996, p. 293) também remarca este mundo de contradições do urbano, quando propõe que:

Tudo circula: música, *slogan* de propagandas, turistas, *bits* de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais. Os espaços se tornaram estandardizados, tudo passou a ser intercambiável, equivalente.

Frente a este fenômeno, que Ana Clara Ribeiro compreende como uma crise, Guattari enxerga algumas tendências, dentre elas, a tendência ao “nomadismo urbano” (e, em especial, de um “nomadismo juvenil”). Ressaltamos este último pois, a autora supracitada, ao tratar do “mal-estar urbano” (“causado pela perspectiva de um futuro artificial, maquínico e,

sobretudo, excludente” [RIBEIRO, 2005, p. 413]) reconhece tendências e comportamentos sociais que podem ser a este relacionado. Trata-se, por exemplo, da adesão de jovens “a valores culturais tradicionais e o retorno à religião, além da busca de vínculos com a natureza”. Essas, que chama de reações sociais à crise societária, indicariam que “a vida prometida pela modernidade radicalizada apresenta aspectos deletérios, que ameaçam o tecido social” (idem).

Ribeiro levanta pontos de tensão na sociedade frente a esta “crise da urbanidade”. Uma fragilidade na solidariedade, nos vínculos sociais, demanda por esperança – e por ação, por contraposição. Este fenômeno tem repercussões nas teorias sociais, mas, também, nos arranjos espaciais locais, regionais, nacionais e internacionais. E, tem, segundo nossa hipótese, reflexos nos espaços rurais, que, por vezes tornam-se a representação do não-urbano, a possibilidade do *fugere urbem*, a utopia.

Retomando o debate à luz de Lefebvre, lembramos como espaço e política estão relacionados de modo que este pode ser, e frequentemente o é, um instrumento político a ser intencionalmente manipulado, por meio de suas representações (2008, p. 44). Campo e cidade, urbano e rural não escapam a esta dinâmica – e a observação e reflexão acerca das práticas espaciais nos ajudam a compreender e dialogar mais profundamente e honestamente com estas categorias.

Assim, buscaremos fazer o esforço de compreender tal dinâmica no seio dos “espaços rurais” friburguenses (também entendidos enquanto metropolizados), segundo as instigações advindas da perspectiva lefebvreana. O trabalho, em intrínseca relação com a técnica, a natureza e, portanto, com o espaço (SANTOS, 1996) nos dá pistas fundamentais sobre as transformações espaciais, posto que constituem aquele tempo obrigatório e que se metamorfoseia com a produção de novidades técnicas e com as mudanças na estruturação produtiva do mundo capitalista. Transformam-se as relações com a metrópole (aqui, o Rio de Janeiro), portanto, transforma-se o espaço.

Assim, a noção de *lugar*, enquanto dimensão do espaço vivido, nos auxilia a compreender tais elementos que, dialeticamente (e não

exclusivamente) constituem a vida cotidiana. No entanto, não se pode negar aquilo que propõe Vasconcellos:

o lugar é atravessado por ações, processos, tempos que são globais, assim como o global se concretiza no lugar. Daí a ênfase numa leitura multiescalar e da importância de compreender que o lugar, embora seja singularidade, “não reúne características autônomas em relação à totalidade do sistema de objetos e ações que compõem o espaço” (VASCONCELOS, 2006, p.61).

Complementarmente, não entenderemos o lugar enquanto passivo, mero receptor de imposições ditadas pelos ritmos globalizados, ou, conforme discutiremos aqui, metropolizados. Ele é, nas palavras de Milton Santos, “globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser vista apenas como fábula” (SANTOS, 1997, p. 38). O mundo seria, assim, um estranho ao homem que nele vive, e o lugar, seu próximo. O lugar, a partir da reflexão miltoniana, é aquele que nos restitui o mundo: “se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência” (*idem*). Assim, é pelo e no lugar que conhecemos o mundo, pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é”, finaliza Santos (*ibidem*).

A análise de Santos acerca do cotidiano, geografizando-o, nos remete, mais do que aquela inspirada por Lefebvre, à inerente transescalaridade desse conceito. Do ponto de vista espacial, propõe Santos, devemos relacionar a corporeidade, a individualidade e a socialidade. Para o autor (1996b) é a relação entre essas três dimensões que define a cidadania e permite a compreensão do cotidiano como uma categoria espacial (mas precisamente: sugere que seja uma quinta dimensão do espaço); afinal, “o fato de estar juntos dentro de uma área contínua tem reflexos na maneira como a espacialidade se dá, como a individualidade evolui e como a corporeidade é sentida” (*idem*, p. 100).

Neste contexto, passamos a nos indagar: como pensar geograficamente o cotidiano? Como escapar de uma descrição limitada, ou de uma sociologia mal realizada? Santos (1996b) nos instigou ao propor:

cuidem que estou falando da maneira como o espaço se organiza, como os subespaços se articulam, e como cada espaço é constitucionalmente. E a qualidade dita ativa do espaço inclui a sua capacidade de relação. Por conseguinte o que estamos propondo é a construção de conceitos que se

encaixam uns nos outros. E quanto é assim a teoria está feita. Creio que essa pode ser uma forma de enfrentar geograficamente a questão do cotidiano. (SANTOS, 1996b, p.13)

Assim, pensar o cotidiano, enfrentando-o geograficamente, exige pensar o espaço ativamente, ou seja, enquanto movimento, enquanto ação. Pensar os subespaços que se articulam, ora, pensar a multiescalaridade que constitui o cotidiano! Assim, os pontos de partida foram as práticas espaciais, onde encontramos o percebido, a individualidade, indicando, na verdade, as múltiplas relações que atuam e são influenciadas por essa individualidade. Ela pode experimentar liberdades e constrangimentos a partir de uma série de relações com o espaço – materiais e subjetivas (a tecno e a psicoesfera) – que estão relacionadas ao corpo individual e social.

Empresas, instituições, governos, pessoas, suas diferentes representações e desejos atuam sobre o espaço, sobre o modo como este se organiza e se articula, como citara Milton Santos. É neste sentido que a noção de lugar nos auxilia somente se considerada sob as múltiplas escalas que estão aí encarnadas. Ora, como propõe Vainer (2002): “o poder é transescalar”. Assim,

a forma técnica do trabalho: a pequena agricultura, a pequena produção do pequeno industrial, a produção de serviços urbanos, que são formas diretas de produzir condicionadas pelos traços locais das redes globais, enquanto as redes globais presidem a cooperação e a divisão do trabalho, presidem a definição do valor universal dos capitais e dos trabalhos. Isto é, no lugar, através da rede e de sua utilização cotidiana o homem descobre outra vez que são dois: aquele que exerce o trabalho local, material, direto, que ele localmente sente e sofre todos os dias, e aquele outro homem que é objeto de uma divisão do trabalho, vítima de uma cooperação que afinal descobrirá um dia, ainda que não a entenda completamente. É este o cotidiano dos homens neste fim de século, neste período de globalização, frente às redes que são globais e são locais (SANTOS, 1996b).

Hoje, nos encaminhando para meados do século XXI, nos parece que tal reflexão não só continua pertinente como se acentua sua relevância. Há de se observar o lugar (e a vida cotidiana que aí se desenvolve) em suas múltiplas escalas, pois, de fato, é assim que ele se dá.

Como na vida cotidiana, cujo planejamento, a pretensão de implementação, no vivido, de representações arbitrárias do espaço

abstrato, nunca se realiza por completo, também o processo de pesquisa nos apresenta caminhos inusitados. Inusitados porque não planejados, porque sequer imaginados. Assim, após as idas a campo, exploratórias e sistematizadas, e, ao organizar os fenômenos observados ou anunciados por nossos interlocutores, destacou-se, dentre as questões das transformações cotidianas nas localidades pesquisadas, a força das transformações sociotécnicas, sobretudo no que tange às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). É sabido, mesmo pelo senso comum, que estamos cada vez mais em uma sociedade em rede (CASTELLS, 2003, 2005), cujos novos arranjos promovem mudanças nas relações humanas, na organização do território, nas construções de identidade e subjetividade. A presença dessas técnicas na produção do espaço rural, sua centralidade no cotidiano (aparecendo em diversos contextos – trabalho, lazer e família), direcionou a pesquisa para um caminho que, embora não desviasse de forma alguma de seu objeto, apresentava nuances que, certamente, não haviam sido previamente elencadas.

Figura 1: Imagem de antena parabólica em propriedade rural semi-isolada, sem acesso por via pavimentada.

Fonte: A autora, 2018.

A partir da constatação da centralidade dessas transformações sociotécnicas, um novo campo se abria. E um triplo sentido deste campo! Não era somente um “campo” no sentido de uma nova área de estudo, de um outro domínio intelectual (como, por exemplo, a comunicação ou a antropologia digital). Era também um novo “campo” como encarado, de forma coloquial, dentro da metodologia da pesquisa em geografia, como uma metonímia para o “trabalho de campo”. “Ir a campo” é colocar-se, efetivamente, sobre o terreno de investigação, para, ali, observar, levantar dados, coletar informações – fazer, portanto, um trabalho de/em campo, uma pesquisa de campo. Assim, encontrei-me “indo a campo” novamente, agora pelos terrenos virtuais dessas localidades. E que vasto terreno! Direta ou indiretamente, lá estão essas localidades, lá estão tantas outras representações desses rurais, tantas formas de apresentá-lo, de vendê-lo, de consumi-lo. Lá estão, portanto, tantas outras formas de compreendê-lo, de interpretá-lo... Assim, abria-se, também, um terceiro novo sentido desse campo, agora, como um correspondente (formal) de rural. É um rural que se abre à presença nas redes, que, através da relação com essas novas técnicas, encontra-se, ainda que como discurso (seja com palavras ou imagens) acessível nesse *cyberespaço*.

Vi-me, assim, por este desvio não calculado (porém, parece-me agora, inevitável), frente a um tecido ainda mais complexo de relações e nexos entre o cotidiano daquelas localidades rurais – com paisagens que, por tantas vezes, aludiam à representação clássica de um rural (agrícola, pacato, de um tempo lento) – e tantas escalas da produção do espaço, até constatar “a natureza global de nosso encontro com o digital”, embora “negando premissas de que o digital está, necessariamente, homogeneizando [mas] também dando voz e visibilidade àqueles que foram jogados às periferias por modernistas e perspectivas similares” (MILLER, HORST, 2015, p. 92).

Neste contexto, estreia nos cinemas uma produção brasileira cinematográfica: “Bacurau”, um filme de Kleber Mendonça Filho. Ali, assistimos ao cotidiano rural discutido artística e politicamente. Acompanhamos a presença de drones, dos mapas *online* e uma série de tecnologias “futuristas” e, ao mesmo tempo, assistimos a uma localidade

ainda permeada de especificidades, de estreitos laços de comunidade, de forte relação com a terra e com a memória do lugar. Um pequeno vilarejo fictício, porém, recheado de características fidedignas do semiárido nordestino. Uma história fantasiosa que nos conta sobre um rural transformado, também, pelas mudanças sociotécnicas. Transformado pela metropolização e globalização do espaço. Pelos tentáculos mais perversos do capitalismo. Pelo espaço (e pela gente) hierarquizados... Relações assimétricas, estabelecimento de desigualdades e a construção da diferença.

Em momento próximo, uma história pessoal deu de novo sentido àquilo sobre o que se vinha refletindo. Havia um dilema sobre a casa a qual frequente há quase duas décadas – e que comecei a frequentar encarando dezenas de quilômetros de estrada de terra e nenhuma energia elétrica, somente a luz do sol e de lampião. Agora, com a estrada asfaltada e energia elétrica (o que ocorre há cerca de 14 anos), colocava-se a possibilidade de instalação de *internet*. Iniciou-se uma discussão entre os frequentadores da casa: embora toda praticidade (e possibilidades) que isso ofereceria, havia certo temor de se perder a possibilidade daquele lugar (rural) enquanto refúgio de uma série de representações que atrelamos ao nosso cotidiano (urbano).

Dentro deste imbróglio, que complexifica as relações urbano-rurais, a noção de “caixa de ferramentas “ de Cruz (2010)⁸ nos instiga a pensar: como lidar com teorias e conceitos e a que tem servido o conceito de rural e urbano atualmente? Dá conta de uma realidade ou colabora com a reafirmação de uma dualidade assimétrica – fazendo o papel de reforçar essa hierarquia?

De acordo com Lencioni (2010), a metropolização do espaço que vivenciamos é um momento de transição, que subentende alterações como a “reestruturação mundial das relações sociais, quer seja ela denominada de pós-modernidade, pós-fordismo, modernidade líquida, sociedade pós-

⁸ A noção, traçada a partir de um diálogo com Foucault e Deleuze (1979), é trabalhada pelo autor para pensar sobre o uso dos conceitos na pesquisa em Geografia.

industrial”. Estas transformações implicam também na expansão dos territórios urbanos, e de suas lógicas, o que vai alterando os arredores das metrópoles e “imprimindo opacidade aos limites territoriais das cidades” (idem). Frente a este cenário, a autora conclui que:

Nesse momento de transição emerge o espaço e a própria produção do espaço urbano como o novo centro da acumulação que tem a capacidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas que passam a ter na valorização imobiliária uma das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social. Por isso é que na contemporaneidade se torna fugidio o espaço social da vida cotidiana, uma vez que se impõem, com força desmedida, o espaço-mercadoria, privatizado e instrumentalizado pela valorização do capital.

É precisamente nesse contexto que encontramos as localidades rurais de Nova Friburgo, transformadas de forma paradoxal: ao passo em que há áreas onde as ruas ainda não são pavimentadas, ou onde ainda é precário o acesso ao saneamento básico (colaborando para a ocorrência de situações trágicas como os desastres socioambientais em decorrência das chuvas de 2011), nessas mesmas áreas já é possível pagar pelo acesso à internet – abrindo, portanto, este espaço a toda uma gama de possibilidades de consumo (virtual e material) – remarcando, assim, a extensão global do capitalismo, que molda os territórios para o consumo.

Toda essa problemática das transformações sociotécnicas nos lugares rurais (e da concepção do lugar com um sentido global, cf. Massey, 2000) levou à multiplicação das escalas, multiplicando (por consequência) os procedimentos metodológicos. De início, foi através das entrevistas semiestruturadas que se buscou apreender a percepção desses sujeitos pelos discursos, pelas suas enunciações. No decorrer do processo, víamos que a conversa se distanciava daquilo que, *a priori*, se esperava. Ou, de certa forma, se aproximava daquilo que já se sabia: não se pode prever as sensações, interpretações e avaliações daqueles que vivem o lugar. Assim, a ênfase nas TICs (não proposta em nosso projeto inicial), colocou-se como uma urgência.

Deste modo, através das entrevistas preliminares buscou-se não perguntar as questões de pesquisa e sim produzir material para posterior

análise e construção das categorias que, em conjunto com outras ferramentas, possibilitaram responder às perguntas da pesquisa propriamente ditas (além de reformulá-las). Há de se dar atenção à construção desta ferramenta metodológica, não recaindo no erro citado abaixo:

A não-discriminação de uma dupla ordem de objetivos (os objetivos da pesquisa e os da entrevista) implica que o entrevistado seja abordado a partir dos objetivos da pesquisa e não dos objetivos da própria entrevista. Produz-se, desse modo, um certo deslocamento da palavra do entrevistado, que passa a ocupar o espaço daquele que fornece respostas às perguntas da pesquisa (lugar que, obviamente, deveria ser ocupado pelo pesquisador) (ROCHA *et al*, 2004, p.7).

Assim, o uso da entrevista se fará no sentido de entendê-la enquanto dispositivo enunciativo, rejeitando-se o ponto de vista que nela reconhece tão-somente o papel de mera ferramenta que possibilita ao entrevistador o acesso à “verdade” do entrevistado (ROCHA *et al*, 2004).

Tal direcionamento vai ao encontro das reflexões de Lefebvre, importante base teórico-metodológica da presente pesquisa, pois trata, de certa forma, das impossibilidades de se atingir um “real” através do discurso do outro. Embora seja uma importante ferramenta (a entrevista, ou seja, a enunciação do outro), ela deve nos permitir, a partir de sua análise, a reformulação de categorias, que os próprios sujeitos da pesquisa vinculem aos seus cotidianos e, assim, às suas espacialidades.

A observação em campo, neste sentido, aparece como uma ferramenta indispensável, que permite, juntamente com as narrativas, a construção da análise das múltiplas escalas e representações que transformam, coagem e estimulam a produção de desigualdades e diferenças nas localidades pesquisadas.

Em um terceiro sentido, compreendendo a importância das TICs como vetores da explosão da metrópole e do global nesses lugares, adentramos nos territórios do rural friburguense na sua presença (e ausência) nas redes virtuais – para então, perceber como este encontra-se

mediatizado. Para tal, embarcamos numa etnografia digital que corresponde à “análise de dados textuais extraídos do “campo” online” (NOVELI, 2010).

A partir desses procedimentos metodológicos e, agora, compreendendo o estudo das representações e a escala como método (é a partir daí que se analisará as contradições na produção desse espaço), organizamos a pesquisa da seguinte forma: essa introdução é complementada pelas seções seguintes, onde apresentamos, de forma mais aprofundada, o debate acerca metropolização e globalização do espaço e as relações urbano-rurais, para, então discutir o lugar e o lugar do rural neste contexto. Em seguida, adentramos, mais precisamente, no “mundo rural” (ou mundos rurais), onde discutimos suas representações, as identidades a ele atreladas e avançamos na discussão da metropolização do espaço e sua relação com o espaço rural. Apresentamos, no capítulo 3, o universo de nossa empiria, traçando análises sobre os espaços rurais “concebidos” de Nova Friburgo (as representações do espaço) e contrapondo-os às práticas espaciais (os espaços percebidos). No capítulo 4, traçamos uma análise acerca das transformações sociotécnicas nos lugares rurais pesquisados, em um contexto multiescalar. Nesse capítulo, demonstramos uma miríade (porém nunca a totalidade) de expressões das urbanidades no rural sob as dinâmicas de metropolização e globalização dos espaços,

Esta apresentação do trabalho visa a responder à problemática central do trabalho, qual seja: de que maneira as transformações sociotécnicas vem atuando (contraditoriamente) como homogeneizadoras, hierarquizadoras e fragmentadoras dos lugares rurais? Consideramo-las homogeneizadoras pois o processo de metropolização é um projeto homogeneizador, projeto este que nunca se completa (SANTOS,2001); assim, cria hierarquias (o acesso às inovações técnicas, por exemplo, não é igualmente distribuído pelo território) – portanto, fragmenta o espaço, ao hierarquizá-lo.

Nesse sentido, a tese que ora se apresenta procura demonstrar que as transformações sociotécnicas (notadamente de informação e comunicação) atuam, de forma contraditória, como homogeneizadoras, fragmentadoras e hierarquizadoras dos lugares rurais. Assim, o espaço se

íntegra e, ao mesmo tempo em que se eliminam dicotomias anteriormente existentes, reafirmam-se assimetrias entre os espaços – que se encontram permeados de ruralidades e urbanidades.

Deste modo, o objetivo da pesquisa que aqui se apresenta é o de analisar as relações urbano-rurais densificadas pela mudança nas técnicas de comunicação e informação em um contexto de metropolização e globalização dos espaços, como pode ser observado em algumas localidades rurais do município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro; transformações estas que são o objeto da presente pesquisa.

Para isto, faz-se necessário *i)* compreender as representações e os atores que compõem os espaços rurais; *ii)* identificar e relacionar as múltiplas representações do espaço rural friburguense; *iii)* analisar as transformações sociotécnicas como elementos transformadores dos lugares rurais friburguenses. Cada um desses objetivos específicos será desenvolvido nos capítulos que compõem este trabalho.

1.1. Metropolização do espaço e relações urbano-rurais

[...] nós vivemos realmente num mundo do urbano generalizado, aquele que simboliza a cidade gigante, a cidade desmesurada, a cidade informe que empurra simultaneamente os limites do urbano e do humano.

Olivier Mongin (2010:185)

A seção que aqui se inicia parte da noção de metropolização do espaço, considerada como fio condutor da discussão que se pretende desenvolver ao longo das páginas seguintes. Este processo estará presente em cada seção deste texto – seja de forma explícita, seja nas ausências que demarcam sua presença. Como veremos, a metropolização do espaço está atrelada a uma dinâmica hegemônica, que perpassa a lógica do capital (financeiro, em especial), os processos de globalização e reestruturação produtiva. Assim, adianta-se desde já que este processo

“paira sob tudo, como um manto, sob espaços metropolitanos ou não. Paira sobre o que aparece gritante, mas paira, também, sobre o que não é, pois a ausência não significa estar à margem, significa estar presente de forma ausente” (LENCIONI, 2015, p. 38).

Poder-se-ia pensar que, nos espaços rurais, o processo de metropolização estaria ausente. Esta percepção será aqui posta em xeque, através da discussão que acompanha esse texto: qual o lugar dos espaços rurais no contexto da metropolização do espaço? Que processos e contradições estão emanando da transformação destes espaços em um mundo globalizado?

Deve-se entender, pois, do que tratamos quando falamos em metropolização do espaço. Nos apoiamos aqui, sobretudo nas análises e revisões propostas por Lencioni (2006, 2008, 2013, 2015, 2015a) tanto para a discussão da própria noção de metropolização do espaço, como para processos a ela inerentes, como a ideia de dispersão, concentração e centralização. Outros autores, como Mongin (2010), Borja e Castells (2004) e Hidalgo (2007) também serão acionados para endossar o debate.

Ao buscar dar a dimensão do processo de metropolização do espaço, Lencioni (2013) inicia seu trabalho ressaltando que o referido termo se constitui num “processo socioespacial que metamorfoseia o território” (p.17). Ou seja, as transformações são de tal modo intensas, ensejando em mudanças na estrutura, lógica e natureza do espaço, que – argumentará a autora – trata-se de uma verdadeira metamorfose (LENCIONI, 2006; 2013; 2015a).

Esta metamorfose pode ser entendida como característica de um contexto pós-urbanização, inserida na dinâmica capitalista e – embora não se restrinja a este período – sob a égide da globalização. Este fenômeno não se limita ao processo de crescimento das grandes aglomerações: “é um fenômeno que diz respeito ao funcionamento cotidiano das grandes aglomerações, das cidades e pequenas cidades mais distantes e que

engendra morfologias urbanas de tipos novos” (ASCHER, 1995, p. 18⁹ *apud* LENCIONI, 2013, p. 20).

Assim, podemos desde já destacar a associação entre o fenômeno citado e a dispersão, o espraiamento das metrópoles, que constituem um “novo ciclo do urbano” (LENCIONI, 2013, apoiada em BASSAND, 2001 e LEVY, 1997). De acordo com Carlos (2013):

O processo de metropolização acompanha e realiza o movimento constitutivo da metrópole como momento diferenciado do processo de acumulação em função de suas exigências, o que se explicita pelo desenvolvimento/extensão do tecido urbano que, a partir do centro, desenvolve-se até a periferia com conteúdos diferenciados em seu processo de extensão [...]. Este momento constitui novas formas de expansão do tecido urbano na contradição entre centro e periferia, centralidade e dispersão, reunião e segregação (p. 38-39).

As contradições apontadas pela autora são trabalhadas por diversos estudiosos do tema, que irão discutir os processos que caracterizam as metrópoles contemporâneas – e, por conseguinte, o processo de metropolização do espaço. Assim, o par dispersão-centralização (considerados dialeticamente) em muito ajuda a análise do urbano metropolizado e, como veremos, do periurbano, e mesmo do rural – inseridos, necessariamente, neste processo.

Para falar em dispersão da metrópole, é preciso pensar num contexto de mudanças da morfologia urbana, engendradas, antes de tudo, pela dinâmica do capital. De fato, “o capitalismo tem-se voltado frequentemente para a reorganização geográfica (tanto em forma de expansão ou de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses; que constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem” (RUA, 2006, p. 96). Assim, podemos (e devemos) relacionar a dinâmica do capital à dinâmica dos lugares (como propôs Lencioni, 2008), através (também) das noções de concentração e centralização.

9 ASCHER, François. Métapolis. Ou l’avenir des villes. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.

Em Aglietta (1986, p. 193-195) faz-se a distinção entre a concentração do capital e sua centralização. De forma sucinta, pode-se dizer que a *concentração* é um feito quantitativo, que deriva da acumulação de capital, que se mantém autônomo. A *centralização*, por sua vez, trata-se de uma remodelação da autonomia dos capitais, criando novas relações de concorrência. Assim, tem-se uma modificação qualitativa, que faz desaparecer capitais individuais – através de processos como absorção, fusão ou consolidação. É “a expropriação de um capitalista por outro capitalista” (LENCIONI, 2008, p.12).

Se, conforme ressaltamos anteriormente, o capitalismo está diretamente relacionado com o espaço – pois ele é um importante meio para a (re)produção do capital – resta saber quais implicações estes processos de valorização do capital têm no urbano – e no metropolitano. Ora, tratam-se de processos sociais e, enquanto tais, estão sempre imbricados com a produção do espaço¹⁰. O processo de concentração, assim, nos lembra Lencioni (2008, p.11), concretiza-se no urbano através da “concentração das atividades econômicas que modificam, por exemplo, a malha urbana e a aglomeração”. Por sua vez, na centralização, a propriedade do capital está sob um mesmo poder, centralizado sob um mesmo comando. Aqui, trata-se não de uma concentração territorial tradicional, mas de uma centralização, através de uma capacidade cada vez maior de controle sobre processos que estão difusos territorialmente – é a gestão do capital, aqui, com a face de gestão empresarial, que está em jogo e, em escala tanto nacional quanto global, cada vez mais centralizada.

Neste ponto, faz-se mister ressaltar o tema da cidade global e da megacidade (embora não sejam o foco deste texto), para esclarecer algumas questões anteriormente suscitadas. Borja e Castells (2004) ao pensar sobre os fenômenos de globalização e informacionalização¹¹ dos

10 Aqui, em sentido lefebvriano, do espaço “à sua maneira produtivo e produtor”, que “entra nas relações de produção e nas forças produtivas”. Portanto, “ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais” (LEFEBVRE, 2006, p. 5)

11 Este termo visa a demonstrar como a economia e seus processos estão cada vez mais informacionalizados, ou seja, desmaterializados, com tônica cada vez maior nos fluxos informacionais que nos fixos ou fluxos materiais.

processos de produção, distribuição e gestão, nos lembram como estes “modificam profundamente a estrutura espacial e social das cidades em todo o planeta” (p. 35). Dentre as dinâmicas sublinhadas, os autores falam da emergência de novos padrões de organização do urbano: a “cidade dispersa”, à qual atrelam as chamadas megacidades.

De fato, “a metrópole espalhada, com limites difíceis de precisar, é a expressão máxima da indefinição das fronteiras e da desagregação da cidade compacta típica do início do século XX” (LENCIONI, 2008, p. 10). Assim, o fenômeno da dispersão, já aqui levantado, é característica inegável do processo de metropolização: a metrópole não é mais compacta e concentrada, definida, como assim o fora. Conforme discutimos junto à Carlos (2013), são novos os processos de contradição na relação centro-periferia, ressignificada frente a essa explosão da metrópole.

O espaço metropolitano, agora, precisa ser analisado sob outra escala; ou, em palavras mais precisas, sob múltiplas escalas: local-regional-global, inter-relacionados de formas cada vez mais complexas. Há integração regional no fenômeno metropolitano, ao passo que há, também, fragmentação e produção de desigualdades – que ultrapassam a lógica binária centro-periferia.

Isto se dá pois, além da constituição das megacidades (“cidade-massa”, como propõe Mongin [2010] relacionada mais diretamente ao *urban sprawl*, à suburbanização), há a emergência das cidades globais, que constituem naquelas cidades “que acompanham a globalização no plano territorial” (MONGIN, 2010, p. 190), ou seja, que se colocam em rede, altamente interconectadas, em prol de uma economia globalizada¹².

Mongin (2010) fala até mesmo em um processo de reterritorialização que se desenvolve a partir do urbano generalizado e contínuo no contexto de globalização. Este processo se traduz, segundo o autor, por um triplo fenômeno que se instala na dinâmica metropolitana: a explosão (sempre

12 Há de se ressaltar alguns pontos aqui. Primeiro, que há mais de uma concepção sobre o termo de “cidade global”. Como aqui ele não é o tema central, tratá-lo-emos da forma tal qual foi apresentado. Além disso, há de se remarcar a distinção entre megacidade e cidade global, que correspondem a duas formas (que não são as únicas formas do urbano) extremas de cidades-mundo (MONGIN, 2010, p. 195).

acompanhada da fragmentação), a reticulação (malhagem de extensão indefinida) e a multipolarização.

Assim, a dinâmica metropolitana implica em que haja, ao contrário da lógica urbana clássica, um “voltar-se para fora”, um integrar-se com seu periurbano e seu suburbano, e, tanto quanto possível, com o global. No entanto, nada disso ocorre sem que se intensifiquem, ao mesmo tempo, os aspectos fragmentadores dos espaços metropolizados: como propõem Borja e Castells (2004, p. 67), “o espaço dos fluxos está globalmente integrado, o espaço dos lugares está localmente fragmentado”. A explosão da cidade é também a explosão de uma fragmentação, tanto territorial (dispersão, menor densidade e, em uma escala aproximada, menor concentração), quanto social (proliferação de condomínios fechados, intensificação na formação de *precariópolis* [HIDALGO, 2007]).

Afinal, como veremos, há de se pensar na expansão urbana sempre na sua relação com a lógica capitalista. Veja-se o que propõe Silva (2015):

Esta expansão, explosão, é motivada por interesses daqueles que logo descobrem no urbano uma grande fonte de lucro, caso dos construtores ou incorporadores, mas também dos empresários de diversas atividades econômicas em busca de áreas maiores e mais baratas.

Todos esses fatores ajudam a explicar a dinâmica de “desconcentração” das metrópoles. No entanto, já assinalamos, aqui, que há um processo, complexo, que faz com que haja, por um lado, uma nova forma de concentração: regiões metropolitanas concentrando a produção e acumulação de riqueza, de recursos – em especial recursos humanos – e de serviços avançados e inovadores. Por outro, uma crescente centralização em vigor (centralização da gestão do capital, sobretudo financeiro, à escala nacional e, em especial, global) – dinâmicas sempre relacionadas ao processo de metropolização.

A dialética entre concentração e dispersão; centralização e policentrismo marca este “novo ciclo do urbano”, capitaneado sobretudo pela dinâmica dos fluxos informacionais, ditando novas escalas, novas redes territoriais, novos arranjos espaciais – invadindo, em distintas formas e graus, o espaço planetário. Ora, “o processo de metropolização imprime

características metropolitanas ao espaço, transformando as estruturas pré-existentes, independente desses espaços serem ou não, metrópoles” (LENCIONI, 2012, p. 22-23). Além disso, essas transformações não são puramente do ponto de vista da morfologia espacial: há um movimento de totalização, associada aos processos de metropolização (e globalização) – todo o espaço, sempre em movimento e (re)construção, encontra-se, agora, sob uma dinâmica de espraiamento de signos, ritos e modos de ser (características concatenadas aos processos citados).

Este espraiamento tem, portanto, efeitos, e produz transformações nas práticas espaciais e vida cotidiana dos lugares. Resta aprofundar como tais transformações, objeto de análise desta investigação, revelam-se na vida cotidiana de lugares onde seriam, em um primeiro olhar, menos evidentes – aqui, os espaços rurais.

Neste sentido, se compreendemos a noção de metropolização enquanto uma nova fase do urbano, que enseja em novas formas de relação urbano-periurbano-rural (ou global – metropolitano – local), desprendemos, daí, a transformação das cotidianidades. Certamente, no espaço urbano-metropolitano: novas e sempre transformadas formas de se relacionar no espaço – seja pela rápida “evolução” da técnica, seja pelas reestruturações espaciais já aqui discutidas (fenômenos, é claro, relacionados). Quanto mais “global” o “local”, mais aparentes são estas transformações – perceptíveis a olho nu, na perspectiva de um habitante ou usuário destes espaços.

De forma a ampliar esta discussão – e localizá-la dentro da temática da metropolização do espaço –, o próximo tópico busca dar conta das relações entre processos imbricados: a metropolização, a urbanização e a globalização. Em seguida, situaremos o debate da globalização e das transformações sociotécnicas em espaços rurais, para, então, adentrarmos na reflexão acerca de algumas evidências deste rural globalizado nas localidades pesquisadas.

1.1.1 Notas sobre a relação metropolização – urbanização – globalização no contexto das relações urbano-rurais

Antes de introduzir a discussão acerca da globalização em espaços rurais, tomamos este espaço para esclarecer que, em nossa perspectiva, falar em globalização remete, sempre, à relação entre capitalismo (agora, financeiro) e espaço. Exige compreender, portanto, o processo histórico da construção do capitalismo (do capitalismo comercial aos moldes atuais) e, assim, reconhecer a importância do espaço – e da técnica, por meio do trabalho – para sua manutenção. Embora a cibernética, de acordo com algumas perspectivas, possa parecer uma tecnologia que levaria à negação do espaço – e do tempo, a medida em que os comprime –, em verdade, como discutiremos, apenas imprime uma nova dinâmica a ele. Torna-o, assim como o tempo, presente sob outras configurações.

Dentre os preceitos dessa nova configuração encontram-se os processos de urbanização, globalização e metropolização – elencando, aqui, dinâmicas expressas no espaço. “A geografia da globalização econômica contém simultaneamente uma dinâmica de dispersão e uma dinâmica de centralização”, conforme já propunha Sassen (2007). Assim, o processo globalizador exige a existência da cidade e, em específico, da metrópole, para expandir-se. Ora,

o modelo gerencial metropolitano é consagrado e generalizado para toda e qualquer cidade, num processo de consultoria gerenciado a partir das grandes metrópoles. Não só a economia mais moderna tem o domínio dos vários espaços, com distâncias variadas, absolutamente relativizadas pelas novas tecnologias, como o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar, negando os tradicionais estilos de vida. A televisão, o cinema e o próprio rádio são veículos dessa generalização do modo de vida moderno. A essa perspectiva, acrescentem-se, ainda, os sistemas de informação e comunicação por computador (DAMIANI, 2006, p. 137).

Assim, compreendemos que há, de certa forma, três elementos/processos que formam uma tríade (interrelacionada e interdependente). A urbanização enquanto um fator que é condição material e funcional tanto do processo de metropolização quanto do

processo de globalização (e a potencialização da centralização): a metrópole explode, desconcentrando-se, mas centraliza a gestão, cada vez mais globalizada.

Neste sentido, a metropolização insere-se em um contexto multiescalar (e desigualizador), funcionando como vetor do processo de globalização. A mudança, em relação ao processo de urbanização, coloca-se na intensidade, velocidade, mas, ainda, na essência do processo. A dicotomia urbano-rural demonstra-se cada vez mais distante da explicação de uma dinâmica espacial. Não se trata, também, de um processo de ampliação da urbanização (constituição de megacidades, por exemplo). O que se observa não é um processo de conversão, ou neste caso, de fagocitose dos espaços rurais pelos espaços urbano-metropolitanos. Assistimos a uma dinâmica um tanto mais complexa, onde espaços rurais encontram-se altamente metropolizados/globalizados, seja: a) pelas urbanidades ali presentes; b) pela dependência (mútua) e fluidez cada vez maior em relação à metrópole; c) pelas características e inserção cada vez maior no processo de globalização, tendo a metrópole como principal vetor deste. Ao mesmo tempo, estes espaços (re)configuram e “intensificam” suas ruralidades (ou seja, não há um mero processo de conversão, nos moldes da explicação clássica), existindo, até mesmo, processos que permitem discutir sobre uma (re)agrariação, apenas para demonstrar um exemplo extremo.

São muitas as evidências deste processo multiescalar, que posicionam os lugares rurais no cenário globalizado. São muitas, também, as consequências deste processo: seja pelo prisma da inclusão (destes lugares, a seu modo, conectados à escala global), seja pelo prisma da exclusão: das consequências humanas do processo globalizador, que pode levar à intensificação de desigualdades (fazendo uma alusão à proposta de Bauman, 1999). Santos (2001) também nos alerta precisamente sobre estas múltiplas facetas: da globalização como fábula à globalização como perversidade, onde será que se encontram os lugares rurais na busca por uma *outra globalização*?

1.2. O lugar – e o lugar do rural

Hoje certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar.

Milton Santos (1997)

O lançamento da obra de Veiga (2002) trouxe, já em seu título (“Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”), uma provocação que ajudou a reacender, sobretudo no seio do debate geográfico, uma questão que acompanha a história desta ciência: campo, cidade, rural, urbano e suas relações. Dentre as principais críticas ao autor – veja-se, por exemplo, a resenha de Ana Fani Alessandri Carlos (2004), ou o trabalho, dialogado com Lefebvre, de Sobarzo (2006) –, estão aquelas que demonstram como sua tese recai sobre uma visão formal (e não relacional) destes espaços. “O problema é que”, como pontua Carlos (2004), “‘urbano’ e ‘rural’, longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta”. Compreendo que esta concretude não se dá através de uma solidez de suas paisagens, pela estanqueidade dos modos de viver nestes espaços ou, ainda menos, pela fragmentação ou dualização das realidades urbanas e rurais. A concretude dar-se-ia, pois, no sentido (aqui exposto) lefebvriano de cotidiano, em toda sua grandeza e complexidade; ou, ainda, naquilo que o mesmo autor atribui à noção de produção em Marx, quando readquire “um sentido amplo e vigoroso”, designando a fabricação de produtos, mas também a produção de obras (onde inclui o tempo e o espaço sociais) e do próprio ser humano. Tratar-se-ia, assim, da (re)produção das relações socioespaciais, que se *concretiza no lugar*.

No entanto, o conceito de lugar, foi, por certo tempo, considerado como um dos mais problemáticos (e menos explorados) dentro da gama do arcabouço conceitual da ciência geografia (cf. BARTOLY, 2011; HOLZER, 2000; FERREIRA, 2000). Ainda assim, este mesmo conceito tem se destacado cada vez mais nos estudos contemporâneos, uma vez que demonstra-se enquanto possibilidade frutífera para compreensão das relações espaço-temporais no mundo globalizado, colaborando para o

destrinchar das dinâmicas locais-globais. Ocorre que, ao mesmo tempo, este processo recente também (re)complexifica tal análise. Em sua construção teórica, a ideia de lugar foi por vezes idealizada, reduzindo-se a uma sobrevalorização da escala local. Conforme Ribeiro (2005, p. 412):

É em busca do tecido social que se constata, por outro lado, a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar. Procura-se, com a reflexão teórica, o correto enquadramento espaço-temporal da ação que resiste à destruição dos valores e das práticas que garantem a reprodução social [...]Essa idealização baseou-se no esquecimento tanto da subordinação e das formas primárias de controle social, que tantas vezes acompanham a vida local, como da natureza transescalar da vida urbana. Realmente, a idealização da escala local colaborou para o enfraquecimento da reflexão da escala metropolitana, com fortes impactos negativos para a pesquisa da estruturação de classes que acompanha a crise urbana, que é também crise da urbanidade.

Assim, na visão da autora, a noção de lugar perde sua potência se atrelada exclusivamente à escala local, quando não dialoga com sua (inerente) transescalaridade.

Ainda que por outra perspectiva teórica, a corrente humanista da geografia trouxe algumas possibilidades para ultrapassar um viés puramente localista (o lugar pode ter uma localização no espaço, mas supera esta condição), ao trazer o campo das percepções, da corporeidade e dos elos afetivos entre os *usadores* e seu espaço.

De acordo com Bartoly (2011), “geógrafos como YiFu Tuan, Edward Relph, Anne Buttimer, Fred Lukermann e Susane Langer conseguiram, por meio de um aporte filosófico baseado no existencialismo e na fenomenologia husserliana, trazer o lugar para o centro da discussão na geografia”. Tuan, por suas diversas contribuições, é um importante pensador do conceito de lugar na perspectiva humanista. De acordo com o geógrafo, “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (Tuan, 1983, p.83); ou seja, quando “conhecemos” o espaço, guarnecendo-o de valores e significações, estamos lidando com a ideia de lugar. Já aqui, não se trata de um local, pontual, visto que essa relação pode ser desenvolvida de forma transescalar: o lugar pode ser uma poltrona que se gosta até a totalidade da Terra (FERREIRA, 2000). Relph avalia que o lugar deve ser entendido, também, a partir das experiências diretas que temos

do/no mundo e da consciência que desenvolvemos a partir dessas experiências – que dotam de significados o espaço em que vivemos. Já Buttimer irá, através da noção de mundo vivido, buscar analisar as relações subjetivas entre os indivíduos ou grupos sociais e os lugares, pensando nas suas representações, nas relações de pertencimento e nos imaginários deste “mundo vivido” (FERREIRA, 2000).

Assim, embora possa parecer em uma primeira mirada, a geografia humanista de base fenomenológica não se debruça somente nas relações com a experiência “direta” nos/dos lugares. Ela também se engaja a questionar os efeitos da globalização no mundo contemporâneo, problematizando, também, um processo de homogeneização – que levaria à perda da diversidade ou significações dos lugares.

Mas é de fato na corrente, por alguns chamada de radical, que pôr-se-á em exame e contestação as tensões deste processo. Geógrafos como Milton Santos discutem como a noção de lugar não se circunscreve à noção de local, devendo sempre ser pensado (e ajudando a compreender) em sua relação com outras escalas: “Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo encontra-se em toda parte” (Santos, 1996, pg.314). Na perspectiva do autor, é pelo lugar que percebemos empiricamente o mundo, assim, “cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional” (Santos, 1996, p.158).

O geógrafo, para desenvolver tal conceito, dialoga com Massey (em especial com a obra de 2000) e com Lefebvre (em diversos pontos e obras). O lugar é, na concepção de Massey (que busca escapar de dualismos em suas análises), sem fronteiras, heterogêneo, constituído de processos e conflitos. Assim, o “sentido de lugar” (conforme a autora, na obra de 2000) ultrapassa a ideia de enraizamento e identidade, embora estes sejam sempre únicos. A leitura de Santos (1996) colabora para a compreensão das provocações de Massey: lugar e cotidiano aparecem enquanto noções indissociáveis – pensadas, sempre, no contexto da globalização. Assim, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 1996, p. 213). A noção de cotidiano, tão cara a Lefebvre, aparece, nestas concepções brevemente

apresentadas, enquanto atrelada ao conceito de lugar, pois, ainda na terminologia lefebvriana, este denota o *espaço vivido*.

Como designa Massey [2008], o espaço pode ser entendido como “a dimensão de trajetórias múltiplas, uma simultaneidade de histórias-até-agora”. A noção de *lugar*, enquanto dimensão do espaço vivido, nos auxilia, aqui, se não negarmos aquilo que propõe Vasconcellos:

o lugar é atravessado por ações, processos, tempos que são globais, assim como o global se concretiza no lugar. Daí a ênfase numa leitura multiescalar e da importância de compreender que o lugar, embora seja singularidade, “não reúne características autônomas em relação à totalidade do sistema de objetos e ações que compõem o espaço” (VASCONCELOS, 2006, p.61).

Complementarmente, o lugar não é compreendido enquanto passivo, mero receptor de imposições ditadas pelos ritmos globalizados. Ele é, nas palavras de Milton Santos, “globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser vista apenas como fábula” (SANTOS, 1996, p. 38). O mundo seria, assim, um estranho ao homem que nele vive, e o lugar, seu próximo. O lugar seria, a partir da reflexão miltoniana, aquele que nos restitui o mundo: “se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência” (idem). Assim, é pelo e no lugar que conhecemos o mundo, pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é”, finaliza Santos (ibidem).

Carlos (2007), destaca também a potencialidade do conceito de lugar para se compreender a racionalidade homogeneizante do processo de (re)produção e acumulação do capital, que, conforme a autora “não se realiza apenas a partir da produção de objetos e mercadorias, mas liga-se cada vez mais à produção de um novo espaço, de uma nova divisão e organização do trabalho, além produzir modelos de comportamento que induzem ao consumo e norteiam a vida cotidiana” (p. 11).

Assim, os geógrafos críticos trarão, em sua abordagem, uma maior atenção “às relações mantidas entre a circulação do capital, a influência das técnicas e das estruturas socioespaciais e o lugar” (BARTOLY, 2011), ao passo que os “humanistas” darão ênfase aos “significados e valores atribuídos ao espaço, que então se torna lugar” (idem).

Disto não deriva, no entanto, que uma perspectiva seja superior à outra, ou que a tenha “superado”. Embora guardem distinções de enfoques e métodos de análise do espaço, os conceitos de lugar aí presentes não são, necessariamente, excludentes. Moreira (2007), ao se debruçar sobre as obras de Tuan e Santos, destaca:

Lugar como relação nodal e lugar como relação de pertencimento podem ser vistos como dois ângulos distintos de olhar sobre o mesmo espaço do homem no tempo do mundo globalizado. Tanto o sentido nodal quanto o sentido da vivência estão aí presentes, mas distintos justamente pela diferença do sentido (MOREIRA, 2007, p.61).

Assim, o lugar demonstra-se enquanto um conceito que permite uma compreensão do mundo que, ao mesmo tempo se fragmenta e se unifica; se homogeneíza e cria singularidades. Tanto as visões com tendências fenomenológicas, quanto aquelas mais ligadas à corrente marxista, como vimos, permitem este olhar. É através de uma aproximação maior da linha crítica da Geografia que se esboçará algumas reflexões em torno da (re)produção de diferenças (e desigualdades) nos lugares rurais em um mundo capitalista globalizado.

Conforme nos lembra Rua (2014), as políticas públicas para o(s) rural(is) e para a(s) cidade(s) evidenciam as “geometrias de poder que marcam a ação dos agentes e atores sociais na competição por esses apoios” (veja-se, por exemplo, a desigualdade dos subsídios dados ao agronegócio e à agricultura familiar, no campo; à produção e manutenção de infraestrutura nas áreas centrais e periféricas, nas cidades). Há, portanto diferentes valorizações a diferentes modos de produção do espaço. Faz-se mister, assim, compreender as representações dadas, pelos atores locais, aos “seus” espaços; de modo que escapemos daquilo que Maricato (2000) propõe como uma cidade oculta (e, aqui, incluímos um campo invisibilizado), subprodutos do planejamento “moderno” e das políticas de desenvolvimento. Esses espaços “ocultados” ou negligenciados demonstram, pois, a necessidade de se reaproximar as ideias do *lugar*. De acordo com Santos (1996):

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa,

com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Para além da relação de uma perspectiva que abarca o local, o metropolitano e o global, constituintes da vida cotidiana, – o que nos levaria desde já a “iluminarmos” o conceito de *espaço* e, em específico, de *lugar*, dentro de toda a gama de conceitos geográficos (cf. HAESBAERT, 2014) – a multiplicidade de possibilidades, subjetividades e concretudes que se dá no *lugar* nos chama para próximo dele. O lugar é um “modo de entendimento do mundo” (HAESBART, 2014, p. 45) que, ao compreender desde o conjunto das coisas materiais necessárias às relações sociais, até as redes de subjetividades aí existentes, permite que o pesquisador ajuste o olhar exatamente às diferenças aparentemente reprimidas pela representação do espaço abstrato.

Concluimos esta seção com uma observação que nos parece importante de ser frisada, pois, subjacente à discussão aqui proposta está a questão escalar – que, também, nunca é neutra. Assim, falar em dinâmicas “locais” ou “globais” pode passar a ideia de uma escalaridade linear, de espaços superpostos hierarquicamente de forma homogênea. Não é a proposta. De fato, há uma hierarquia – assimétrica – entre os espaços aqui estudados: um modelo hegemônico globalizado, fortemente impulsionado e (re)produzido pela dinâmica metropolitana e um lugar que guarda “características rurais” e, conforme argumentamos aqui, está ao mesmo tempo inserido e excluído desta lógica.

No entanto, os *lugares* compõem, sob nossa perspectiva, dinâmicas multiescalares – que não se circunscrevem ao local, nem, tampouco, ao global. Há, aí inscritas, dinâmicas nacionais (notadamente o papel do Estado nacional); regionais e metropolitanas; internacionais; interpessoais...

Portanto, apesar de toda a vida social estar necessariamente localizada, “esta importância central do lugar não pressupõe que o local seja o sítio preeminente para a construção da teoria sócio-espacial”

(SWYNGEDOUW¹³, 1997, p. 143, tradução nossa). Tampouco o global. Ainda que a globalização, suas características e conseqüências, faça parte da maioria dos discursos que se propõem explicar a dinâmica social atual, circunscrever-se ao magnetismo fetichizado dessa escala reduz as análises a rígidas explicações estereotipadas e generalizantes (GOMEZ, 2006, pg. 256).

Neste sentido, a noção de lugar (rural) que endossamos aqui, repetimos, tem relação, mas não se circunscreve à escala local. As narrativas, relações e significados dados ao *lugar* conversam com múltiplas escalas, por mais que estas sejam de difícil definição ou apropriação. Faz-se necessário encarar esta complexidade, compreendendo, também, que “em nenhum caso, a escala é social ou politicamente neutra, ‘mas incorpora e expressa relações de poder manifestas’” (Swyngedouw 1997, p. 140 *apud* GOMEZ, 2006, p. 255). O mesmo autor, ainda dialogando com Swyngedouw, nos traz uma reflexão com a qual fechamos o capítulo: “o crucial não é, portanto, se o local ou o global têm prioridade teórica ou empírica na hora de conformar as condições da vida cotidiana, mas de que forma o local, o global e outros níveis escalares relevantes (ainda que perpetuamente mutáveis) são o resultado, o produto de processos, de mudança sócio-espacial” (*idem*).

No espaço que se produz, cada vez mais, pelos efeitos das técnicas de informação e comunicação, esta perspectiva é, então, inescapável. Lemos e Firmino (2015, p. 18) ao analisar aquilo que chamam de territorialização informacional – traçando uma hipótese de que o acesso à informação (em específico, aquela mediada pela técnica da *internet*) tem implicado em territorializações específicas do tecido social –, provocam: “O que nos conecta a determinados locais? (...) Qual o nosso lugar? Quais as fronteiras informacionais dos lugares e territórios na cidade contemporânea? (LEMOS, FIRMINO, 2015, p.18).

Para Santaella (2008, p. 1), na era informacional e da *internet* há *algo* “que existe em um lugar sem lugar e que é, ao mesmo tempo, uma miríade de lugares (...) [que] Consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou

13 SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local. “Glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin. (ed.) Spaces of globalization. Reasserting the power of the local. New York: Guilford Press, 1997, p. 137-166.

virtual incorporada a uma rede global (...). Desse modo, “a escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. A escala das variáveis é maior do que a escala do lugar”.

2.

Relações urbano-rurais, rural, ruralidades: representações e possibilidades analíticas

De uma maneira ou de outra, uma sociedade nova está nascendo de nossa civilização técnica. [...]. O desaparecimento do fosso cavado entre citadinos e rurais pode e deve comportar soluções que respeitem certos traços do meio natural e humano de cada região; ela desemboca em uma nova arte de viver.

(Juillard, 1973, em Wanderley, 2000)

Até este ponto do presente texto, já se iniciou a discussão sobre a complexidade inerente à conceituação e compreensão do espaço rural. De fato, conforme já apontado, encontramos-nos frente a um processo que comporta hibridismos e produções de novos arranjos espaciais – concatenados a novos cotidianos. Esta discussão abrange toda uma zona cinzenta, que vai da argumentação de uma urbanização inexorável até evidências de uma subestimação da presença da ruralidade no tecido socioespacial brasileiro¹⁴.

Este debate, embora não seja inédito ou pouco abordado, é ainda um tema em disputa. Afinal, o que é espaço rural? Qual sua função? Serve ou deve servir para algo? Que atores o constituem?

Nenhuma destas perguntas, no entanto, será respondida no decorrer do trabalho, posto que não são os objetivos centrais deste. Elas norteiam questões subjacentes ao desenvolvimento deste trabalho que, esperamos, possa contribuir para uma compreensão mais substancial dos tais espaços rurais e as transformações pelas quais vêm passando.

Os debates acerca das muitas noções que buscam dar conta das diversas “realidades espaciais” (como urbano e rural) superam a esfera epistemológica e acadêmica a partir do momento em que endossam, por um lado, as “políticas de desenvolvimento” para estes lugares, por outro,

¹⁴ Há de se notar que, considerando-se o foco da presente pesquisa, buscou-se um diálogo sempre mais aproximado à realidade fluminense, circunscrevendo este debate ao cenário brasileiro e, quando pertinente, ampliando-o ao panorama latino-americano ou global.

as (re)significações pelas quais passam, constantemente, estes termos. Traça-se, assim, a importância do debate conceitual, pois, “as palavras do léxico político sinalizam, através de suas polissemias, usos antagonistas que diferentes grupos dela fazem ou fizeram” (VAINER, 1993, p. 566, apoiado em Bourdieu, 1984¹⁵). Como não poderia deixar de ser, são múltiplos os sentidos atribuídos ao campo-rural – seja da perspectiva de suas construções conceituais, seja de suas representações pela e na sociedade moderna.

À luz da sociologia rural, Carneiro (2008) avalia duas vertentes que analisam o urbano e o rural. A primeira, que se baliza sobretudo na sociologia de tradição urbana industrial (americana e alemã), propõe uma dualidade entre essas duas realidades: o urbano enquanto polo da civilização, berço do progresso e da modernidade, ao passo em que o rural constituiria polo oposto – estigmatizado enquanto atrasado, tradicional e estagnado¹⁶. A segunda vertente de análise, também estigmatizada, propõe o contrário: o rural seria valorizado exatamente pela sua condição de não-cidade, posto que esta seria carregada de males (violência, criminalidade, desvio) (CARNEIRO, 2008). O meio rural, portanto, seria apreciado e analisado por estar “protegido” ou “intocado” desses e de tantos outros males atrelados à cidade, que passa a ser “representada como uma ameaça constante ao meio rural, submetida passivamente à força destruidora dos valores da sociedade de consumo e à ação homogeneizadora da cultura de massa” (CARNEIRO, 2008). A mesma autora irá discutir a presença do rural enquanto uma categoria do pensamento, advogando que a noção de *rural*, portanto, classificaria e organizaria o mundo social, orientando suas ações.

Nesta primeira classificação, pode-se notar como urbano e rural configuram realidades internamente homogêneas, mas em oposição. Em outras palavras, ressaltam-se suas características a partir de sua

15 BOURDIEU, P. Espace Social et genèse des ‘classes’. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. n. 52-53, juin. 1984.

16 Nesta vertente, a sociologia rural se presta à função de uma disciplina instrumental e tecnocrática, estando, portanto, orientada para um dito progresso da produção agrícola – através do desenvolvimento de sua eficácia (GIORDANO, 1989).

polarização e de uma valoração (por vezes maquinaísta) do que seria um espaço, *a priori*, bom ou ruim, moderno ou atrasado, protegido ou degradado. Para que tal análise pudesse se consubstanciar, campo e cidade, rural e urbano, representam-se enquanto totalidades em si mesmo, o que exigiria fronteiras (territoriais e analíticas) claras e rígidas.

Hespanhol (2013, p.106, *apud* MOTA; SCHMITZ, 2002), nos lembra que “as definições existentes do que seja rural e urbano, campo e cidade, de uma forma geral, estão associadas a três grandes abordagens: a dicotômica, a de *continuum* e a de permanência das ruralidades”. A primeira, de perspectiva mais formal; a última que, de certa forma, abrange tanto a perspectiva de novas ruralidades como a de urbanidades no rural. A abordagem de *continuum*, por sua vez, indica que haveria uma progressiva passagem do urbano ao rural, onde aquele iria modificando este, tornando-se contíguos (cf. GRAZIANO DA SILVA, 1996). Esta abordagem, embora supere uma visão estritamente dicotômica das realidades urbano-rurais, tropeça, ao nosso ver, quando recai em uma proposta de urbanização do campo como solução principal para suas fragilidades. Concordamos também com Rua (2006), quando argumenta que a ideia de um *continuum* – que pode ser expressa na imagem de uma mancha de óleo se espalhando uniformemente – não revela a relação rural-urbano, por entender um momento de fagocitose daquele modo de vida sobre este, o que, conforme já argumentado ao longo desse texto, não observamos na realidade rural brasileira.

Também buscando refletir e suplantar as definições existentes do que vem a ser o rural, considerando suas novas dinâmicas, Ricardo Abramovay, sociólogo brasileiro, ao comentar os resultados da pesquisa de Veiga (2002), indaga: “Qual é o destino, nas civilizações contemporâneas, das áreas não densamente povoadas? As áreas que apresentam uma densidade demográfica baixa e que se caracterizam por uma relação diferenciada de sua população com o meio natural estão condenadas ao abandono e à desertificação?” (TAKADA, 2002). É por este motivo que o autor considera necessário que haja critérios substantivos para definir o que são as áreas rurais; destacando: i) a específica relação com o “mundo natural”; ii) o interconhecimento entre as pessoas, que seria

mais amplo nos espaços rurais; iii) o fato de que não se pode mais definir áreas rurais (e que elas não mais se desenvolvem) sem que isso seja feito a partir de uma relação intensa com as regiões metropolitanas: “A grande fonte de crescimento das regiões rurais contemporâneas é cada vez menos a agricultura e cada vez mais sua capacidade de valorizar a biodiversidade, o patrimônio paisagístico e as possibilidades de vida social ali existentes”.

Neste sentido, emerge uma importante corrente de análise do rural, desenvolvida, principalmente, no campo da antropologia e sociologia rural. Trata-se da abordagem de que haveria a emergência de “novas ruralidades”. Esta vertente enfatiza as transformações nos espaços rurais, sob a ótica de que não vivenciamos (conforme já discutido aqui) um processo de conversão de espaços rurais em urbanos, ou de espaços agrícolas em industriais. No entanto, admite-se uma transformação (em maior ou menor grau) nos espaços rurais, seja do ponto de vista do abandono da prática da agricultura como atividade laboral fundamental, seja do ponto de vista da diversificação das fontes de rendimento, mantendo-se a atividade agrícola como fonte principal.

Por meio desta abordagem, busca-se exaltar a permanência das diferenças dos espaços rurais em relação àqueles urbanos. Conforme Wanderley (2000) estas permanências estão “contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo–cidade engendrando em novas ruralidades”. No entanto, a ideia de permanência não sugere a ideia de imobilidade, de modo que, na perspectiva da autora, “o ‘rural’ não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma”.

Carneiro (2008), ao se debruçar sobre a proposição das “novas ruralidades, provoca: seria este “um novo olhar informado por outras lentes que permitiram enxergar – sobre uma variedade de espaços socialmente habitados – uma realidade dinâmica, mutável e com plasticidade que até então era definidora da urbanidade?”

A proposta de “novas ruralidades” está atrelada à noção pluriatividade no/do rural, que se refere “a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício

de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003, p. 100). Nas palavras de Rua:

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emerge e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade, são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola (2006, p. 85).

O mesmo autor, no entanto, apesar de dialogar com a ideia de “novas ruralidades”, traça críticas e faz nova proposição analítica acerca destes espaços. Para o geógrafo, há, na perspectiva citada, uma ênfase demasiada do rural em relação ao urbano, o que não contemplaria “as múltiplas escalas da ação de criação territorial. É necessário lembrar que há uma escala ampla de urbanização ideológica, comportamental, difusa que alcança todo o território” (idem, p.100). Parcialmente apoiado na concepção de urbano demonstrada por Léfèbvre, propõe, então, a noção de “urbanidades no rural”, que visa a realçar a relação assimétrica entre o urbano e o rural (perspectiva com a qual nos alinhamos). Assim, “as “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas” (*ibidem*, p.95).

Em obra mais recente (e conjuntamente a outros autores), o geógrafo avança na presente reflexão, acolhendo a abordagem da metropolização do espaço às suas análises, ao propor:

Os hábitos culturais e os valores urbanos típicos da metrópole se difundem para além dela, chegando a todo espaço, levando a uma mercadificação generalizada. Assim, o processo de metropolização do espaço chega a áreas cada vez mais distantes, difundindo a cultura urbana, os valores urbanos, as normas e práticas sociais dominantes da metrópole. Se em determinado momento pudemos falar, inclusive, em urbanidades no rural, talvez agora tenhamos de aprofundar ainda mais esse debate, já que,

atualmente objetiva-se o desenvolvimento de condições metropolitanas que viabilizem ainda mais a reprodução do capital (FERREIRA; RUA; MATTOS, 2017, p. 14).

Para extrapolarmos a discussão do cenário brasileiro, destacamos a análise de Ploeg (2008), que, ao tratar da agricultura mundial, enumera três trajetórias, que se inter-relacionam: a industrialização, a desativação e a recampesinização. De forma objetiva, a primeira trajetória diz respeito a um controle imperial sobre a produção e o consumo de alimentos, e a desconexão entre estes dois processos. Aumenta-se a centralização, ao passo em que a interconexão entre produção agrícola e ecossistemas locais diminui, ou se afasta. A desativação (que não deve ser confundida com a descampesinização) designa o processo onde recursos e mão-de-obra, outrora empregados na agricultura, são reorientados a outros setores e atividades econômicas. Por fim, a recampesinização é uma expressão da luta por autonomia do grupo socioecológico em questão. Enquanto o processo de industrialização é a busca da hegemonia da agricultura capitalista, e, portanto, do *Império*¹⁷; o processo de recampesinização consiste em um aumento tanto quantitativo quanto qualitativo de “camponeses”, que na busca por novos graus, formas e espaços de autonomia, (re)inventam modos de sobrevivência (de si e do seu modo-de-ser), em um contexto marcado pela marginalização e por novos padrões de dependência.

Ainda que os termos e os contextos estudados pelo autor sejam outros, conforme anunciado acima pode-se fazer um paralelo entre os processos de “resistência camponesa” trazidos por Ploeg (frente, sobretudo, à lógica do agronegócio) e os processos múltiplos de resistências e transformações das formas de fazer agricultura frente à urbano-industrialização dos territórios.

Ferrão (2000), por sua vez, entende que o mundo rural se destaca por quatro principais aspectos, quais sejam: i) uma função principal: a produção

17 Modelo operante – cada vez mais – em escala mundial, fortemente centralizado, cujo modo de ordenamento tende a tornar-se dominante. Os *impérios alimentares* são tipificados pelos grupos do agronegócio, pelos grandes varejistas, por mecanismos estatais, leis e tecnologias que agem de forma coercitiva sobre o campesinato e sobre a sociedade.

de alimentos; ii) uma atividade econômica dominante: a agricultura; iii) um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; iv) um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas.

Para o autor (idem), há uma “invenção” de um mundo rural não agrícola, construída socialmente e cujas tendências argumentativas basear-se-iam em três principais correntes: a de “renaturalização” (crescente hipervalorização da conservação/preservação da natureza, capitaneada pelos debates acerca de um dito desenvolvimento sustentável); a de mercantilização das paisagens (o consumo do espaço como mercadoria, e a consequente valorização de espaços para turismo ou lazer) e a procura de “autenticidade”, que leva a encarar a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de globalização. Desta forma, ainda segundo o autor, o mundo rural passaria a englobar práticas de multiatividades e multirrendimentos – cuja remuneração agora se daria não somente pelo valor econômico (pela coisa produzida), como também, pelas funções sociais e ambientais que tais atividades assegurariam. Este debate se aproxima à noção de “novas ruralidades” e pluriatividades no rural; mas é Ferrão quem dedica maior tempo às implicações destas “novas” dinâmicas às relações urbano-rurais.

Para sair do campo da realidade europeia, podemos dialogar com Salazar, Hidalgo e Paéz (2011), que, para analisar o processo que chamam de expansão residencial intrametropolitana em direção às áreas rurais chilenas, propõem um olhar sobre as mudanças nas definições de ruralidades, com foco nos casos da América Latina e Caribe (2011, p. 210). Pode-se notar, pela sistematização apresentada, que o rural (do ponto de vista formal) é definido de acordo com os seguintes critérios: a) *quantidade de habitantes* – podendo ser atrelada à disponibilidade de serviços, ou não (é o caso da Argentina, Bolívia, México, Peru e ainda Cuba, Nicarágua, Panamá e Honduras); b) *tamanho do povoamento* (Peru), *em relação à ocupação da população economicamente ativa* (Chile); c) *em contraponto*

à *residência urbana* – definidas administrativamente ou pelo censo (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Haiti, Guatemala, Paraguai, Republica Dominicana, Uruguai).

Estas definições, adotadas para estratégias de políticas públicas e planejamento territorial, possuem grandes limitações, calcando-se, ainda, no viés dual entre cidade e campo, diferenciados, sobretudo, pelo tamanho da população ou do povoamento; ou, ainda, em uma conceituação por mútua exclusão (rural seria aquilo que não é definido como área urbana). Todas essas propostas apoiam-se, deste modo, em concepções dicotômicas da realidade: o campo e a cidade, o pouco e o muito povoado, a grande e a pequena área..., o urbano e o não urbano.

2.1. Superando as dicotomias: relações urbano-rurais

Tratou-se, no início deste texto, acerca da relação intrínseca entre cotidiano e espaço. Para além disso, ressaltou-se a necessidade de novos olhares sobre este, do exercitar formas de análise que agregassem sua complexidade, fluidez e movimento, ao invés de torná-los estanques e limitados. No campo da relação campo-cidade, a sociologia (mais notadamente a sociologia e a antropologia rural) avançou neste sentido, trazendo à tona uma discussão que traçamos na introdução aqui exposta

Tudo começou quando se comparou o campo com a cidade. A sociologia rural, em seus primeiros 40 anos de existência, procurou ressaltar o que havia de característico, ou diferente, nas pessoas que viviam no campo. Essas pessoas, postas em confronto com os cidadãos, pareciam muito especiais e, para os sociólogos, suas características podiam ser atribuídas ao meio em que viviam (Sorokin, Zimmerman e Galpin, 1930). Produziam de maneira diferente; para uns, relacionavam-se de forma egoísta e cruel; para outros, eram a própria encarnação da solidariedade. As regras de sua vida não eram escritas nem formais e abstratas. Provinham de normas antigas e, aparentemente, feitas à medida das pessoas. Pareciam viver ao ritmo da natureza, lentamente e com sabedoria ou também pareciam ficar a reboque na história, atrasando seu progresso (GIULIANI, 1990).

Estas diferenças, que por vezes desembocam em dicotomias, entre campo e cidade (e portanto, entre a vida no campo e a vida na cidade), se,

por muitos momentos resultaram em uma depreciação no que tange ao “ser rural”, sofrem, cada vez mais, transformações expressivas. Como as assimetrias de poder entre os homens se refletem nas hierarquias dos espaços-lugares, pode-se lançar mão da ideia de que estas transformações ocorrem substancialmente no sentido urbano-rural – sobretudo se levarmos em conta que “o urbano transcende a cidade [...] envolve o material e o imaterial, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, ideologias e representações” (FERREIRA, 2015, p.72)¹⁸.

Regiões onde a fronteira entre o rural e o urbano é ainda mais turva têm sido alvo de investigações (e disputas) epistemológicas, o que culmina em diferentes denominações que visam a abarcar a complexidade destes arranjos espaciais. Termos como “áreas periurbanas”, “periferias”, “região rururbana”, “agricultura urbana” são exemplificativos desta complexidade. Pontua-se, pois, como o espaço, as práticas, os modos de vida, enfim, como os limites entre rural e urbano não são lineares ou explícitos. Machado (2013) propõe que:

O comportamento do espaço rural em processo de incorporação à lógica metropolitana corrobora com a tese de que as transformações espaciais na periferia da metrópole não são lineares, ou seja, não resultam somente de um processo de conversão de áreas tipicamente agrícolas em áreas urbanas. Ao mesmo tempo em que ocorre a conversão de áreas rurais em urbanas, há áreas que se mantêm com uso e ocupação tipicamente agrícolas e outras em que se mesclam atividades e funções rurais e urbanas, constituindo-se em espaços de interação rural-urbana.

O autor (2013), que postula a denominação de um “rural perimetropolitano”, lembra que “as relações e configurações com o espraiar

18 São muitas as evidências que demonstram esta hierarquia, tanto no plano socioeconômico, como no plano simbólico. A título de exemplo, trazemos Silva (2001) que, ao pesquisar a emergência das atividades não agrícolas no rural, conclui que: “têm maior dinamismo justamente [aquelas] áreas rurais que têm uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Ou seja, nas regiões mais atrasadas, não há emprego agrícola e muito menos ocupações não-agrícolas. Assim, não há alternativa senão políticas compensatórias tais como as de renda mínima e de previdência social ativas, por exemplo”.

espacial do urbano, fruto do crescimento metropolitano [...] dão origem a espaços interativos do urbano com o rural”, isto permitiria a conclusão, pois, de que as atividades desenvolvidas nestes espaços tem especificidades – mas não que estariam fadadas à urbanização.

Mais uma vez, urbano e rural, encontram-se como vertentes, desenrolares, de um mesmo “espaço uno e múltiplo” – ocorre que, no entanto, não se pode discutir essa dinâmica relacional sem que, neste debate, insiram-se as assimetrias de poder. Como nos lembra Maricato (2000), “o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica”. Demonstra-se, assim, a desigual produção espacial, “posto que o espaço encontra-se associado à produção social capitalista que se (re)produz desigualmente” (RUA *et al*, 2007). Deste modo, para pensar estes espaços, que, em nossa hipótese, coexistem se (re)inventando, não se pode negar as dinâmicas de poder que compõem estes híbridos. De certa forma, há de se levar em consideração aquilo que Guy Debord (1992) atribui à “sociedade do espetáculo”: trata-se da sociedade do monólogo. E, no contexto destes espaços que aqui discutimos, quem escreve (primordialmente), os roteiros? A cidade, os “urbanos”. É por isso que não se pode pensar em campo sem pensar em cidade – não são só partes de um todo, mas usos e significados da terra imbricados entre si. Novamente concordando com Rua *et al* (2007), afirma-se que a produção de uma representação do espaço já configura uma forma de dominação.

Santos (2008) e Ferrão (2000) constroem argumentações que endossam estas reflexões. O primeiro, quando diz que “a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro dos conflitos crescentes, como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (SANTOS, 2008, p. 11). O segundo, quando chega a uma conclusão que, segundo o próprio autor, aparenta ser incontornável: “o futuro dos “mundos rurais” decide-se, no essencial, em sede urbana”. Ao que adiciona, procurando uma postura propositiva: “se contra fatos não há argumentos, então a questão a colocar parece ser a seguinte: como gerir a procura e a oferta urbanas a favor dos vários mundos rurais?”

Na percepção de Martins (em TAKADA, 2002), haveria “um índice de urbanização no Brasil rural. O telefone celular, por exemplo, já chegou a áreas inesperadas neste país”. Ao mesmo tempo em que pontua:

Eu diria que a cidade de São Paulo, que é tida como umbigo da urbanização brasileira, é rural em muitos sentidos. Ela é muito menos urbana do que era há 50 anos porque há nichos de ruralidade muito fortes na cidade que são consequência do seu crescimento não organizado que criou enormes quistos de miséria, mas também de tradicionalismos, preservação da identidade. A verdade é que a cidade não tem muita coisa a oferecer à população que se refugia em valores e concepções que trouxe de um passado rural. Nos últimos 20 anos, reapareceram em São Paulo Folias do Divino e Folias de Reis. São práticas folclóricas que já estavam banidas há 50 anos e, no entanto, voltaram em função do tipo de urbanização que tivemos (*idem*).

Há muitos autores, portanto, que discutem a dinâmica entre ruralidades e urbanidades, demonstrando, assim, a necessidade de se transpassar o binômio campo-cidade, ou, ao menos, complexificá-lo. A perspectiva formal, sobretudo do ponto de vista analítico (ou seja, da compreensão dos espaços urbanos e rurais em suas multiplicidades) nos traz possibilidades limitadas. O mesmo ocorre no que tange aos “sujeitos” habitantes ou frequentadores desses espaços: muitas são as propostas analíticas ou categorias atribuídas a eles. A próxima seção do texto busca uma aproximação com estes sujeitos, incorrendo em uma discussão aí inscrita: aquela que trata da agência ou atuação destes nos espaços

2.2. Quem produz o lugar rural?

Aqui, buscaremos discutir quem são os atores, individuais ou coletivos, que produzem (e são produzidos por) esse espaço. Há gente, há vida, há geração de técnica e de trabalho, concepção de festa e de cultura, resignação e resiliência... Não nos cabe fazer um profundo resgate histórico deste que seria o “sujeito rural” (haveria consistência analítica em tal categoria?), no entanto, precisamos compreender de *quem* falamos, mesmo que, por ora, esta compreensão se dê no plano da teoria. Para além disso, faz-se necessário, no seio de nossa reflexão acerca da produção do lugar rural, que superemos (embora contemplemos) os sujeitos “clássicos” comumente associados a estes lugares (o que, em geral, já vem carregado de (alguma) representação de lugar rural).

Conjugaremos a esta breve apresentação uma reflexão em torno dos termos de ator e agente, demonstrando porque, nesta discussão da (re)produção espacial, todos são ora atores, ora agentes. Conforme discutido em FERREIRA (2013), ambas categorias buscam dar conta da ação social, inserida em uma lógica de relações de poder. O agente operacionaliza (“age”), sem que esta ação passe pelo plano da consciência. Age-se por necessidade, por estar ligado a uma subjetividade coletiva/cultural... Giddens (1989) esclarece essa “agência” ao ressaltar que ela “não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar”. A “Agência” diz respeito “a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido em que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente” (Giddens, 1989, p.7). As intencionalidades, necessárias e inerentes à produção do espaço, aqui encontram-se, diluídas, acríicas.

A noção de ator, por sua vez, “incorpora autonomia, capacidade reflexiva e a própria manipulação” (FERREIRA, 2013). Neste sentido, o ator “atua” reflexivamente, estrategicamente, inventivamente. Essas atuações, como já exposto, estão dentro de um jogo de poderes – na verdade, são partes intrínsecas, criadores destas relações de poder. A ação dos atores

leva sempre em consideração a existência-presença de outros atores nas práticas espaciais.

Esta breve mirada nestas categorias permite, pois, refletir acerca do duplo papel do homem no espaço – às vezes mais agente, às vezes mais ator. Mas, sempre os dois: tratam-se de categorias de análise acerca do ser social que, assim como o espaço (SANTOS, 1996) são uma totalização. E uma totalização complexa.

Neste sentido, veremos como por muitas vezes tanto as noções de “camponês”, quanto de “agricultor familiar” são evocadas de modo à denotar sua posição política, ativa, enquanto “ator coletivo”; ao mesmo tempo em que, por tantas outras, são empregadas de forma genérica (WANDERLEY, 2009), recaindo em um certo vazio semântico. Para além dos termos já citados, ainda podemos encontrar na literatura especializada: pequeno produtor, agricultor de subsistência ou mesmo agricultor familiar camponês... isto sem adentrar nas águas turvas dos sujeitos (atores e agentes) atrelados ao agronegócio exportador.

As figuras de “camponês” e “agricultor familiar” tornaram-se noções comumente evocadas pela sociologia rural. Para Wanderley (2009), as duas noções comportam rupturas e continuidades. A primeira noção, que comporia o ator coletivo “campesinato”, é a forma mais tradicional – e, de certa forma, importada, sobretudo dos estudos europeus, posto que está calcado no contexto da idade média europeia.

Segundo Marques (2008), que defende a atualidade e a força analítica do conceito para a compreensão da realidade agrária brasileira, o campesinato deve ser entendido enquanto uma classe social, ligada à luta (histórica) pela terra e pela reforma agrária. Para a autora, “o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar” (p.58).

Já Woortmann (1990) se refere à campesinidade enquanto uma qualidade de um grupo social, que poderia “apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista” (MARQUES, 2008, p. 59).

Abramovay (1992) irá defender o uso do termo agricultura familiar (que contrapõe à agricultura patronal) enquanto profissão que se desenvolve junto à expansão do capitalismo na agricultura. Este sentido, de certa forma, quando atrelado à noção de “pluriatividades” do produtor familiar, “estratégia de multirendimentos” (e, por certas vezes, à própria noção de “novo rural”), dá novo fôlego (e significado) a este ator rural.

Assim, a noção de agricultor familiar, enquanto ator primordial do desenvolvimento rural, ganhou tamanha força que, a partir dos anos 1990, o governo brasileiro adotou o termo como categoria definitiva para o direcionamento de políticas públicas para o espaço rural/agrícola¹⁹. Olhando sob outro prisma, no entanto, poder-se-ia dizer que foi a própria representação estatal que deu força à reprodução do conceito: “o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2009, p. 186). A definição do modelo europeu de estabelecimento agrícola que tinha como base estrutural, em geral, o casal familiar, corrobora com tal reflexão. A mesma autora, assim, compreende que o campesinato corresponde a uma forma particular da agricultura familiar – esta última englobaria, portanto, uma diversidade de modos de produzir e de viver.

Em um contexto onde, defendemos, urbanidades e ruralidades se entrecruzam, destacar esses sujeitos (ou categorias analíticas) como os *sujeitos* (ou atores) do rural, seria incoerente. Sem dúvida, independente da corrente que seguimos, camponeses, agricultores familiares são produtores do espaço rural. Mas também o são tantos outros, como, por exemplo, aqueles que, denomina-se na literatura mais corrente de “neo-rurais”²⁰. A ênfase no seu papel dá-se pois, na perspectiva aqui trabalhada, é cada vez mais difícil conceber um ator estritamente rural ou urbano – ora, processo de metropolização do espaço que vivenciamos comporta permanências, rupturas e hibridismos.

19 Veja-se a denominação da própria secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, substituta do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário e a nomenclatura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal programa de crédito rural para “pequenos” agricultores.

²⁰ Denominação que problematizaremos mais à frente.

Se anteriormente falamos em “novas ruralidades”, remarcamos que esta não deve ser confundida com “neorruralidade”, a ser aqui comentada. Enquanto aquela diz respeito a uma construção analítica, que busca dar conta das diversas “realidades rurais” – ou seja, trata-se de uma teoria sociológica acerca do rural e das ruralidades; a expressão “neorruralidade” busca, ainda de forma vacilante, agrupar um certo conjunto de atores/agentes sociais (os “neorrurais”) que estariam fazendo um movimento de “volta”²¹ aos espaços rurais; ou seja: moradores não-nativos de espaços rurais, advindos, em geral, de áreas urbanas consolidadas.

Halfacree (2007) identifica três principais áreas ou abordagens de estudo sobre um movimento que denomina “back-to-the-land” (“de volta à terra”, tradução nossa), sobretudo nos anos 60 e 70, e novamente, no século XXI²²: i) análises baseadas na relação deste fenômeno com o movimento da contracultura; ii) a vertente que considera a emergência de “novos” agricultores; iii) aquela que analisa o processo enquanto um fenômeno de contra-urbanização.

Como veremos na seção seguinte, onde exploramos mais abertamente a área de nossa empiria, este fenômeno (se assim podemos chamar) é comum nas parcelas mais turísticas do município de Nova Friburgo. Por tal motivo, se desenvolverá uma reflexão acerca deste processo, buscando relacioná-lo com as noções de cotidiano e espaço.

A discussão acerca da chamada “neorruralidade” pode envolver debates como: haveria um consumo do espaço rural, seja como materialidade, desejo ou utopia? Ainda neste sentido: haveria uma busca por novos cotidianos, relacionada às contradições e às crises societárias (urbano-capitalistas-paradigmáticas), discutidas por Ana Clara Ribeiro (2000, 2005, 2013)? A busca por “novos espaços” de vida, e, portanto, por novas práticas espaciais, são, se mantivermos a linha argumentativa deste texto, buscas por transformações no cotidiano. Poderiam, assim, ser

21 Falar em “volta” pressupõe a ideia de que há um lugar de chegada (para onde se vai: aqui, as cidades) e um de partida (de onde se veio: o “campo”). De fato, não é o caso, pois isto daria a entender que o urbano é o “futuro” do rural, perspectiva com a qual não nos alinhamos; por isso, a presença das aspas.

22 Vale salientar que tais estudos investigam, em sua totalidade, fenômenos ocorridos no hemisfério norte.

entendidas como ações sociais transformadoras, com impulsos e reflexos subjetivos, individuais e coletivos. Nas palavras de Moreaux, são “justamente as reflexões acerca das práticas no espaço que permitem enxergar as possibilidades de transformação: é pela produção de um espaço apropriado que a transformação do cotidiano se torna possível” (2013, p. 32, apoiado em Lefebvre).

No entanto, ao contrário do que poderia se supor no caso das ações *na cidade*, estas “novas práticas espaciais” não se fazem por dentro da cidade (como uma autorreflexão, ou, ainda uma meditação, se fizermos uma analogia do *corpo-alma cidade* com o *corpo-alma humano*), mas por fora dela, por vezes como uma negação da sua capacidade de resiliência, como uma fuga²³; como uma ação utópica, como um desejo ou tantas outras possíveis intencionalidades. Ocorre, pois, que, se não acontecem *na cidade*, não significa que não carreguem consigo signos *da cidade*.

É neste sentido que, ao apontar que o urbano na modernidade, dada as transformações técnicas (em especial, relacionadas às, hoje, chamadas TICs), corresponderia a uma “cidade sem portas”, Virilio (1993, p. 15), ressalta que o limite, início ou fim desta cidade (agora com fronteiras cada vez mais turvas), poderia estar “no desejo de fugir, de escapar por um momento de um ambiente técnico opressor para se reencontrar”.

Ora, sujeitos, ideologias e representações transitam pelo espaço e, necessariamente, construirão um “novo rural” a partir destes fluxos – quando nos detemos sobre o “caso” dos neorrurais.

De acordo com Codonho (1993), o neorrural é um

termo já utilizado por diversos autores, como Kayser (1990), Carneiro (2008, Giuliani (1990), Brandenburg (2005), Wanderley (2000) e outros, [que denomina] tanto as pessoas não originárias da zona rural que optaram por este novo estilo de vida, quanto pessoas originárias do campo que, de certa forma, se converteram ao manejo orgânico de produção, diferenciando-se desta maneira do tipo de ruralidade predominante na região, praticante de agricultura convencional dependente de insumos químicos externos e maquinário.

23 Halfacree (2007), em sua análise do movimento “back-to-the-land” no final dos século XIX, e, em seguida, início do século XX, identificava nestes atores uma “recusa, em pequena escala, de ter qualquer coisa a ver com a sociedade” (tradução nossa, do original: “a small-scale refusal to have anything to do with society”).

Não são, ainda, numerosos os estudos que se detêm sobre estes, o que acaba por corroborar com uma visão estereotipada dos espaços rurais e, conseqüentemente, dos espaços urbanos. Nas reflexões aqui presentes, nos detivemos sobretudo no ator/agente que, conforme descreve a autora, não são “originários da zona rural e optaram por esse novo estilo de vida”. Estes atores – que, no decorrer do texto, nos referiremos como “novos moradores” – são (historicamente) produtores do espaço friburguense. Mayer (2003), ao analisar esse processo na formação sócio-histórica do município, já apontava que: “Enquanto a lavoura oferece agora uma renda insuficiente para atender a nova demanda de bens por parte dos homens do campo, vendem-se terras e se constroem casas para aqueles que já foram denominados de “neorrurais”.

De fato, este movimento de novos moradores, vindos sobretudo da região metropolitana, ocorre e se intensifica há algumas décadas. Trata-se de um fenômeno já consolidado em alguns países centrais e que, nas áreas rurais em eixos de urbanidade no Brasil, também toma forma (decerto, com especificidades). Assim, tomando de empréstimo as palavras de Halfacree (2007, p. 4-5): [o fenômeno] “back-to-the-land é um ator no jogo de produção de rural/ ruralidades para o novo milênio”²⁴.

Quando reflete sobre o espaço/cotidiano em que vive e escolhe não – exclusivamente – transformá-lo, mas “mudar-se”, esse ator carrega consigo uma série de estratégias (socioeconômicas, afetivas, etc.); mas carrega, também, uma série de simbologias, ilusões, crenças (individuais e coletivas) que, possivelmente, não passarão por uma reflexão crítica mas, necessariamente, se demonstrarão na sua ação neste “novo espaço” – aqui, o “espaço rural”.

Provavelmente, esta “dupla presença” dos sujeitos no mundo tem efeitos em todos os espaços-lugares. A facilidade em trazer esse olhar para a análise do mundo rural, dá-se, sobretudo, pela dicotomização histórica entre espaço rural/espaço urbano, que permitem traçar imaginários acerca do que seria um e outro, engessando (na teoria) seus modos de vida.

24 Tradução nossa, do original: “back-to-the-land is a player in the game of producing rurality/ruralities for the new millennium”.

Sobre este último ponto, voltemos ao trecho destacado que visa a conceituar o neorrural (Codonho, 1993). A autora enfatiza que há a busca por um “novo estilo de vida” – certamente, a busca por novos cotidianos, impulsionadas pela crise societária (crise da urbanidade) que discutimos na seção anterior. A própria ideia de “estilo” contem, por um lado, uma questão estética (que poderia, por exemplo, se remeter à paisagem rural idealizada e mercadificada), por outro, uma questão relacionada a ideia de costumes, práticas, hábitos²⁵. Neste ponto, poder-se-ia discutir (se há) a especificidade do modo de vida rural, e se este modo de vida pode ser desejado/adquirido. Outro ponto que colabora para o consumo/desejo do espaço rural tem a ver com uma possível fragilidade dos vínculos sociais (efêmeros? Artificiais? Mecânicos?) nas grandes cidades²⁶.

Ferreira destaca que “ações que se realizam em determinado lugar, e que dão origem a algumas formas urbanas, muitas vezes são fruto de desejos e estratégias estranhas ao lugar” (2013, p. 54)... A pergunta que fica, considerando os anseios subjetivos e coletivos dos homens, em um contexto de um conflito societário, de uma crise urbana, mas que não se restringe à cidade, é: “Podem o cotidiano, o lugar, a sociabilidade e a urbanidade resistir à financeirização das relações sociais, que acentua a insegurança no acesso às condições materiais e imateriais de vida urbana?” (RIBEIRO, 2005, p. 414)

Esta provocação nos reposiciona para pensar outros atores que estão no complexo jogo da produção do lugar. A socióloga nos provoca a partir das contradições do espaço urbano, mas, não seriam, em verdade, as contradições da produção capitalista do espaço – também constituidoras do lugar rural? Assim, Carlos (1992) pontuava que o urbano “vai se produzindo a partir da luta de interesses entre o que é fundamental para a reprodução do capital, de um lado e da vida, de outro” (p.122) e que, assim, deveríamos “pensar os atores/sujeitos que produzem o urbano

25 De acordo com o dicionário Michaelis, temos duas acepções (entre outras): 1) Feição especial, caráter de uma produção artística de certa época ou certo povo; 2) Hábito, prática, praxe, costume.

26 Estas formulações partem de algumas conversas com “neo-rurais” e de outras experiências. As discussões aqui expostas são o primeiro exercício de uma possível reflexão mais profunda e sistemática acerca do tema.

entendendo-os como agentes do processo de produção – *latu sensu* – de uma identidade e de uma compreensão sobre a cidade produzida em sua materialidade espacial e nas condições de existência que cria” (idem).

Assim, para além dos tipos sociais exemplificados nas noções de camponês, agricultor familiar, neorrural (e tantos outros, dentro desse amplo campo de disputas epistemológicas e territoriais), há toda uma gama de atores que precisa ser considerada se buscamos compreender a produção capitalista do espaço, dentro de um contexto de metropolização e globalização do espaço. Como discutimos, para compreender o lugar do lugar rural, em nossa perspectiva, é necessário compreender as muitas escalas que interagem, se sobrepõem e são ressignificadas no lugar, isto é, onde coexistem, na vida cotidiana dos homens, as redes que são globais e são locais (cf. SANTOS, 1996b, p. 12-13).

No bojo da tarefa de “enfrentar geograficamente o cotidiano” (provocação feita por Milton Santos na obra citada), “os geógrafos não devem escolher entre empresas, e instituições e muito menos entre pessoas. Todos constituem este espaço banal que é o centro de nosso trabalho e por intermédio do qual nós mostramos nosso interesse pelo Mundo e pelo Homem” (SANTOS, 1996b, p. 14). É neste sentido – e reafirmando a escala como método – que, muito em função dos primeiros trabalhos de campo e primeiras conversas com os sujeitos/atores (trabalhadores rurais e novos moradores), destacamos a presença de empresas e instituições (que inclui a instituição governamental como face do Estado) como atores na produção desse lugar rural.

Essa relação – desde muito existente; afinal, quando poderíamos falar de um lugar plenamente isolado? – intensifica-se a partir do momento em que partimos da ideia de que a produção do espaço capitalista está sempre ligada à produção de escalas e que estas escalas são fluídas, contingentes, socialmente construídas (MOORE, 2008, p. 204) e afetam-se, constroem-se ou impulsionam umas às outras (e seus conteúdos espaciais). Assim, podemos falar em atores hegemônicos e não-hegemônicos (SANTOS, 2001), cujas forças são assimétricas no jogo de produção do espaço: Estado, empresas (notadamente empresas globais)

são, assim, atores que – buscaremos evidenciar – estão agindo, a partir das mais diversas racionalidades, na transformação do lugar rural.

Isto torna-se sobretudo relevante em um contexto de metropolização e globalização do espaço, na sociedade da informação que acelera as transformações (e modifica as relações espaço-temporais) – inclusive do lugar rural. As palavras de Milton Santos (2001, p. 14) destacam a urgência em tomar isso em consideração:

Com essa grande mudança na história, tornamo-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Essa é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência dos momentos. A aceleração da história, que o fim do século XX testemunha, vem em grande parte disto. Mas a informação instantânea e globalizada por enquanto não é generalizada e veraz porque atualmente intermediada pelas grandes empresas de informação. E quem são os atores do tempo real? (...) A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excelente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a possibilidade da fluidez, quem, todavia, é fluído realmente? Que empresas são realmente fluidas? Que pessoas? Quem, de fato, utiliza em seu favor esse tempo real?

Deste modo, esta assimetria em “acelerar” o tempo (de modo que, alguns, nas palavras do autor, serão “atores do tempo real”), em “comprimir” o espaço (através de uma “fluidez efetiva”), coloca a importância de se considerar toda esta amplitude de atores e sujeitos que constroem o lugar rural friburguense. Neste sentido, a seção seguinte adentra essa relação multiescalar e de atores múltiplos, ao discutir sobre o lugar do lugar rural frente ao processo de metropolização do espaço.

2.3. Metropolização do lugar rural: uma primeira mirada

o futuro dos "mundos rurais"
decide-se, no essencial, em sede
urbana.
 João Ferrão (2000)

Buscar-se-á, aqui, traçar um diálogo com alguns autores que pensam, sob diferentes perspectivas, a relação entre globalização, produção (capitalista) do espaço e os “mundos rurais”, tal qual aludido por Ferrão (2000). Nos tópicos anteriores, algumas pistas do caminho que essa discussão toma já foram sinalizados: todos estes aspectos estão relacionados à metropolização do espaço, que carrega consigo um espriar de representações do espaço (no sentido lefebvreano). Qual seria, portanto, a imagem desejada do rural no mundo globalizado, metropolizado, em processo de reestruturação produtiva e imobiliária? Como o capital tem se apropriado do espaço rural (e criado representações deste) de modo a incluí-lo em uma dinâmica metropolitana, agregando outros valores a este espaço?

A ocorrência do turismo em áreas rurais (em busca do idílico, da “natureza intocada”) e da migração por amenidades, seja temporária (muito aludida nos estudos teóricos como segunda residência e vilegiatura) ou fixa (primeira ou principal residência), não é produto da contemporaneidade (ARRAIS, 2013; HIDALGO; ARENAS, SANTANA, 2016; GAITÁN; RAINER, 2013). No entanto, esses processos estão se transformando no que tange à intensidade, velocidade e condição, quando consideramos as mudanças, materiais e imateriais, que acompanham o “novo clico do urbano”: a metropolização do espaço.

Por um lado, alguns autores advogariam que tratar-se-ia de um revigorar da ruralidade. Por outro, argumenta-se, na verdade, que estes processos são indicativos de uma expansão da vida (dos discursos, prioridades e códigos) metropolitana nos espaços ditos rurais. De fato, um dos processos que se tentará demonstrar com a o atual processo de metropolização, acompanharia um espriamento (não linear) dos modos urbanos de (re)construção do espaço (nas suas formas-conteúdo), levando

a transformações nos espaços rurais, sem que isso enseje no desaparecimento de especificidades destes espaços. Rural e urbano são compreendidos, portanto, em suas dinâmicas complexas e relacionais, concordando com a perspectiva trazida por muitos autores (FERREIRA *et al*, 2014; RUA, 2006; 2014; SORBAZO, 2006) – e o urbano se estenderia para além das cidades. Demonstrar-se-ia, assim, a emergência de urbanidades no campo, ao passo em que ruralidades são também ressignificadas no espaço urbano.

Assim, trataremos aqui desta complexa questão a partir de duas principais reflexões. A primeira trata do mercado imobiliário metropolitano, da geração de riquezas através da terra, que, portanto, exige que “novas terras” sejam valorizadas. Essa discussão muito se faz no âmbito da cidade dispersa, comentada na primeira seção deste trabalho. Os espaços ditos rurais, no entanto, também precisam ser ressignificados, de modo que possam ser “úteis” ao capital; afinal, como propõe Harvey (2011, p.137): “A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver os excessos de capital”.

Neste sentido, Rua (2014), ao tratar da relação rural-urbana na contemporaneidade, nos lembra que o preço da terra (a especulação imobiliária e o aumento do preço da terra em espaços ditos rurais, no caso estudado, no Rio de Janeiro) é uma das maiores expressões de urbanidades no rural²⁷. Se levarmos em consideração a afirmação trazida por Harvey e as avaliações propostas por Rua em seu trabalho, não podemos negar que se produz novo espaço (novas possibilidades de reprodução do capital), através da consolidação de representações de uma “utopia urbana da anticidade” (HIDALGO; ARENAS, SANTANAS, 2016, p. 30). Tal utopia, embora se construa através de uma visão negativa da cidade (a antinatureza, o espaço caótico, violento e poluído), somente

27 Conforme veremos mais à frente, o próprio autor (em Ferreira; Rua e Mattos, 2017) já pontua a necessidade de aprofundar o debate acerca da abordagem das “urbanidades no rural”, levando em consideração o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço.

consolida-se carregando consigo “as comodidades que derivam da vida urbana” (HIDALGO; ARENAS, SANTANAS, 2016, p. 30).

Ocorre que essa “invenção” – ou seja, esta representação do espaço rural transformado em utopia – tem consequências que podem levar à sua distopia, conforme demonstrarão Hidalgo, Arenas e Santanas (2016). Ao estudar o caso do litoral chileno, os autores irão demonstrar como, através deste processo de difusão da lógica metropolitana a espaços rurais, pelo meio da valorização da residência ou turismo em ditos locais, criam-se, também, fenômenos de “elitização, exclusão, segregação e degradação ambiental” (p. 28). Assim, os autores irão demonstrar como a criação de uma representação do rural como utopia (fazendo emergir um imaginário de *utópolis*) cria, em verdade, sua antinomia: uma *distópolis* – dispersão de novas (e velhas) formas de segregação e elitização dos espaços. O esquema abaixo, produzido pelos autores, colabora com a sistematização de muito do que foi discutido até aqui:

Figura 2: Macroprocessos, mesoprocessos, processos, fenômenos e relações

Fonte: HIDALGO; ARENAS; SANTANAS, 2016.

O Projeto de pesquisa Rurbano, orientado por Graziano da Silva (2001), demonstrou, também, no caso brasileiro, como as “novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental etc.)”. Estas ditas “amenidades rurais” são chamarizes para o consumo de terras no rural; ou, no caso do turismo, do usufruto do tempo nestes locais, ensejando na transformação dos mesmos através da criação de uma rede de serviços modernos que atenda à demanda (urbana) por uma vivência no rural.

O lazer aparece, portanto, enquanto uma função ou demanda urbana. Assim, a proposta de um “retorno ao rural” ou de uma revalorização da natureza, ocorre, em última análise, enquanto uma perspectiva urbana – ensejando em mudanças no uso do espaço (rural) ou no percurso até ele, pois, sob a perspectiva da metropolização, os turistas, vilgiaturistas ou migrantes precisam manter-se sob o espaço dos fluxos. Exige-se, assim, uma reestruturação da mobilidade (vias de acesso) e do alcance das mídias e internet (fluxos informacionais) – cada vez mais, é necessário estar em rede, o que tem influência no território e na população desses espaços rurais. Afinal, “(...) será que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos?” (ENDLICH, 2010, p. 29).

Gaitán e Rainer (2013, p. 575) tratam do processo que chamam de “dinâmicas globais em espaços rurais”, através da análise de um caso argentino, e chegam a conclusões que, em alguns aspectos, aproximam-se da *distópolis* acima mencionada:

aumento de edifícios que transferem para o espaço rural as contradições e a segregação social do espaço urbano, pressão sobre os recursos naturais, busca de "qualidade de vida" que territorializa a distinção social, etc. Assim, "o rural" torna-se um espaço de investimento e *playground* para as elites (Hall & Müller, 2004) e as segundas residências se tornam um agente de distinção social, mas também de especulação financeira. Como Bauman (2010) ou Lanquar refletem, é necessário perguntar se a mobilidade significa apenas uma mudança de lugar ou tem como

consequência uma mudança na posição social (2007, p. 223, apoiado em Knafo 1997, tradução minha)²⁸.

Há, assim, uma clara relação entre especulação imobiliária (e reestruturação imobiliária), a comodificação da natureza (Harvey *apud* Gaitán e Rainer, 2013) e a transformação do espaço rural e de suas atividades econômicas. Arrais (2013) também propõe uma análise do caso brasileiro, acerca da emergência de segundas residências em duas regiões metropolitanas: Fortaleza, marcada pela presença do litoral e Goiás, pela presença da continentalidade. O autor também irá demonstrar a construção de fragmentações, produzidas pelo processo de metropolização do espaço:

para além da necessidade básica de morar, em cada uma das regiões metropolitanas, a posse de uma segunda residência converteu-se em símbolo de prestígio social, demarcando uma apropriação diferenciada do espaço para práticas de lazer privadas demandadas pela metrópole. Esse tipo de lazer exigiu a construção de espaços específicos para sua realização, não por acaso sua ocorrência, indiferente se no litoral ou na hinterlândia, demandou investimentos em fluidez por parte do Estado e investimento segurança por parte dos empreendedores imobiliários e proprietários.

Assim, gestada nas cidades, a demanda pelo espaço rural (transformado em utopia) acaba por imprimir nele características cada vez mais “metropolizadas”, seja do ponto de vista da morfologia e organização do território, seja do ponto de vista das práticas sociais. Resta, no entanto, não observar estas transformações de forma também dicotômica (como costumamos fazê-lo no que tange ao par urbano e rural), ou seja, de forma em que haja, “unicamente, uma valoração (positiva ou negativa) sobre as

28 “aumento de edificaciones que trasladan al espacio rural las contradicciones y segregación social del espacio urbano, presión sobre los recursos naturales, búsqueda de “calidad de vida” que territorializa la distinción social, etc. Así, “lo rural” se convierte en un espacio de inversión y lugar de recreo (playground) de las élites (Hall & Müller, 2004) y las segundas residencias se constituyen en un agente de distinción social, pero también de especulación financiera. Como reflexionan Bauman (2010) o Lanquar, es necesario preguntarse si la movilidad significa sólo un cambio de lugar o tiene como consecuencia un cambio de posición social (2007: 223, a partir de Knafo 1997)”.

influências do ‘global’ sobre o ‘rural’”, como propõem Gaitán e Rainer (2013, p. 575).

Deste modo, ao nos debruçarmos sobre as transformações no espaço rural friburguense, buscaremos desviar destas valorações (ou seja, compreendê-las enquanto maléficas ou benéficas por si mesmas), considerando as contradições inerentes à produção do espaço. O capítulo seguinte, apresentará de forma mais sistemática o espaço rural friburguense, para que, em seguida, apontemos e discutamos algumas escalas de transformação da vida nestas localidades.

3. Rurais friburguenses

Este capítulo se destina a apresentar, de forma mais sistemática, o “rural friburguense”, *lócus* da investigação acerca das transformações/relações entre “velhos” e “novos” cotidianos nos espaços rurais, em um contexto de metropolização. Entretanto, é preciso demarcar, mais uma vez, duas dimensões determinantes nesta pesquisa: em primeiro lugar, a noção de que buscar compreender um fenômeno, em seu momento presente, significa trabalhar com o devir. Assim, há de se fazer um esforço em relacionar múltiplos momentos (espaço-temporais) passados e possibilidades latentes de futuro, para traçar um diálogo investigativo com o presente, que está em constante transformação (aqui, nos inspiramos nas provocações sobre o processo de presentificação discutido em Ribeiro, 2006). Na abordagem com a qual trabalhamos nesta pesquisa, tentaremos, na medida do possível (em outras palavras: reconhecendo as limitantes de nossa racionalidade) evitar uma leitura linear ou de simplificação analítica (que precipita relações de causa-e-efeito).

Em segundo lugar, remarcamos, novamente, que o fenômeno pesquisado não se circunscreve nos limites político-administrativos enunciados. A multiescalaridade é intrínseca a esta pesquisa, posto que a metropolização do espaço subentende esta noção. No entanto, há de se bem compreender dinâmicas próprias deste espaço (tido como “local”), tendo sempre em mente que estas dinâmicas não têm fronteiras – seja do ponto de vista da psicoesfera ou da produção de sua tecnoesfera.

Ao partir destas perspectivas, podemos encarar as seções que compõem este capítulo não como uma apresentação, fechada ou conclusiva, da área onde focalizaremos nosso estudo. Trata-se, sobretudo, de um esforço em compreender alguns dos fenômenos que influenciam (e influenciaram) na produção deste lugar, onde identificamos um processo de transformação na vida cotidiana engendrada pela metropolização do espaço. Neste sentido, a primeira seção busca apresentar e dialogar com

características deste “rural friburguense”, a partir de coleta de dados levantados em órgãos oficiais (dados primários) e em outros referenciais teóricos. Este primeiro momento apresenta uma escala (aqui, em sentido estrito) municipal, com dados que dão conta do Município de Nova Friburgo e sua caracterização. Buscar-se-á apresentar, assim, o cenário municipal e, em específico, o panorama de suas localidades rurais. Esta seção tem dois objetivos principais: *i)* apresentar a empiria objeto desta pesquisa, contextualizando o leitor; *ii)* demonstrar e justificar a escolha do município enquanto *lócus* da pesquisa.

No segundo momento do capítulo, adentraremos na caracterização dos distritos sobre os quais se debruçou, de forma mais profunda, a pesquisa. Trata-se, conforme se demonstrará (fundamentando tal escolha), dos distritos de Campo do Coelho, Lumiar e São Pedro da Serra. Adianta-se, desde já, que as escolhas destes distritos são consequências de, em primeiro lugar, serem estes os distritos que apresentam a maior parte de sua população vivendo em localidades rurais, segundo dados oficiais (IBGE, 2010). Além disso, estes três distritos apresentam um cenário bastante diverso no que tange às suas paisagens, sua economia e modo de vida. Considerando o eixo São Pedro da Serra-Lumiar, por um lado, e Campo do Coelho, por outro, temos dinâmicas fortemente diversificadas. O eixo São Pedro-Lumiar (distritos contíguos) apresenta forte inclinação turística (o primeiro distrito foi pioneiro na exploração desta atividade, hoje, conforme veremos, é o segundo – Lumiar – que concentra a maior parte dos equipamentos turísticos). Já o distrito de Campo do Coelho tem, no ramo agrícola, sua principal atividade econômica. Esses cenários carregam, como veremos, outras tantas diferenças – também no que tange às urbanidades e ruralidades da vida cotidiana nesses lugares.

É por isso que a segunda seção desse capítulo irá debruçar-se sobre a caracterização mais aprofundada destes distritos, delineando outras especificidades neles presentes.

3.1. O multifacetado espaço rural de Nova Friburgo

O município de Nova Friburgo é composto por um cenário que auxilia na compreensão do rural (ou rurais) fluminense e, em especial, do lugar do rural em meio ao processo de metropolização do espaço. Uma breve caracterização permite elucidar tal afirmação. Localizado na região centro-norte do estado do Rio de Janeiro, na mesorregião do Centro-Fluminense²⁹ (de acordo com classificação do IBGE, 2010), Nova Friburgo – ou Friburgo, como é comumente chamado – compõe microrregião homônima (IBGE, 2010). Por aproximação histórica e de suas características socioambientais, é, em outras propostas de regionalização (como aquela proposta pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991 do estado³⁰) categorizada como constituinte da Região Serrana. Com uma população de aproximadamente 233 mil habitantes (IBGE, 2010), a microrregião de Nova Friburgo possui quase um quinto de seus habitantes vivendo em áreas consideradas rurais, do ponto de vista das estatísticas oficiais, conforme ilustrado no Quadro 1:

29 São seis mesorregiões que compõem o estado do Rio de Janeiro: Baixadas Litorâneas, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Sul Fluminense. A mesorregião aqui citada inclui as seguintes microrregiões, além de nova Friburgo: Cantagalo-Cordeiro, Santa Maria Madalena e Três Rios.

30 Instituído a partir da Lei nº 1.227/87 (RIO DE JANEIRO, 1987), subdivide o estado do Rio de Janeiro em oito regiões: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.

Quadro 1 - População residente, por situação do domicílio, segundo as mesorregiões e as microrregiões - Rio de Janeiro – 2010

Mesorregiões e microrregiões	População residente			População residente em área rural (em %)
	Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	
		Total	Total	
Total	15 989 929	15 464 239	525 690	3,28%
Mesorregiões				
Baixas	700 842	622 249	78 593	11,2%
Centro Fluminense	481 357	397 462	83 895	17,42%
Metropolitana do Rio de Janeiro	12 578 485	12 424 829	153 656	1,22%
Noroeste Fluminense	317 493	262 335	55 158	17,37%
Norte Fluminense	849 515	748 680	100 835	11,86%
Sul Fluminense	1 062 237	1 008 684	53 553	5,04%
Microrregiões				
Bacia de São João	162 372	144 547	17 825	10,9%
Baía da Ilha Grande	207 044	190 979	16 065	7,7%
Barra do Piraí	175 182	160 140	15 042	8,5%
Campos dos Goytacazes	587 975	503 946	84 029	14,3%
Cantagalo-Cordeiro	62 963	51 947	11 016	17,5%
Itaguaí	223 733	200 614	23 119	10,3%
Itaperuna	195 119	165 900	29 219	15%
Lagos	538 470	477 702	60 768	11,3%
Macacu-Caceribu	109 824	88 203	21 621	19,68%
Macaé	261 540	244 734	16 806	6,4%
Nova Friburgo	233 245	187 814	45 431	19,47%
Rio de Janeiro	11 601 307	11 567 281	34 026	0,3%
Santa Maria Madalena	29 505	15 324	14 181	48%
Santo Antônio de Pádua	122 374	96 435	25 939	21,2%
Serrana	479 914	436 500	43 414	9%
Três Rios	155 644	142 377	13 267	8,5%
Vale do Paraíba Fluminense	680 011	657 565	22 446	3,3%
Vassouras	163 707	132 231	31 476	19,2%

Fonte: Organizado pela autora, com base em IBGE (2010).

Os destaques, feitos pela autora, buscam demonstrar o cenário expressivo das localidades rurais, do ponto de vista da classificação operacionalizada pelo IBGE, da meso e microrregião onde se localiza o município de Nova Friburgo, que é composto por oito distritos: (1º) Nova Friburgo (centro); (2º) Riograndina; (3º) Campo do Coelho; (4º) Amparo;

(5°) Lumiar; (6°) Conselheiro Paulino; (7°) São Pedro da Serra e (8°) Muri, conforme ilustrado no mapa a seguir:

Figura 3: Mapa de localização do município de Nova Friburgo e seus distritos

Fonte: adaptado de CECNA (2014).

Dentre os oito distritos que constituem o município, metade tem uma composição de, ao menos, 70% de sua população vivendo em áreas rurais: são os distritos de Campo do Coelho, Lumiar, Riograndina e São Pedro da Serra, conforme exposto na Quadro 2:

Quadro 2 - População residente, por situação do domicílio, segundo os distritos - Nova Friburgo – 2010				
Mesorregiões e microrregiões	População residente			População residente em área rural (em %)
	Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	
		Total	Total	
Nova Friburgo	182 082	159 372	22 710	12,5%
Amparo	4 920	2 370	2 550	51%
Campo do Coelho	10 067	2 814	7 253	72%
Conselheiro Paulino	32 463	32 463	-	0%
Lumiar	4 720	1 144	3 576	75%
Muri	5 872	4 541	1 331	22%
Nova Friburgo	113 108	113 108	-	0%
Riograndina	7 774	2 106	5 668	72%
São Pedro da Serra	3 158	826	2 332	74%

Fonte: Organizado pela autora, com base em IBGE (2010).

Ainda segundo classificação proposta pelo IBGE, as localidades destes distritos podem ser classificadas enquanto vilas, aglomerados rurais ou, ainda, povoados ou aglomerados rurais isolados (OLIVEIRA, 2007). Também do ponto de vista demográfico, destacamos a obra de Oliveira (2010) que demonstra, através da análise de fluxos de migração no estado do Rio de Janeiro, a importante atração exercida pela região serrana (aqui, naquela regionalização que inclui o município de Nova Friburgo). Ao observar tal fluxo, o autor analisa como, nas últimas décadas do século passado, esta região recebeu parcela importante do número de migrantes saídos da capital fluminense – ficando atrás, apenas, da região das Baixadas Litorâneas.

A análise da estrutura fundiária do município, por sua vez, remonta ao processo de imigração e colonização europeia no século XIX, influenciando na organização agrária do município (BARROS, 2011). Em mesmo sentido, Mayer (2003), ressalta a “constituição de núcleos rurais baseados na pequena propriedade como parte integrante da política imigratória e de colonização”, que teria sido “constante ao longo do período 1820-1930”. Segundo o historiador, “o cidadão-proprietário era a esperança de que se superasse a agricultura predatória considerada uma das conseqüências do binômio latifúndio-escravidão”, com o intuito de “transformar um país de latifúndios escravocratas em um de pequenas propriedades policultoras através de um campesinato à europeia, idealizado como tipo social” (idem).

Ainda de acordo com a Barros (2011), de forma contrastante em relação ao conjunto do estado do Rio de Janeiro (marcada por grandes fazendas monocultoras), Nova Friburgo apresentava uma importante ocupação por pequenas propriedades familiares, fornecedora de gêneros agrícolas para o mercado interno da região metropolitana – sendo a proximidade com a capital fator determinante para este processo. Segundo Galvão (1986 *apud* Barros, 2011):

a integração da região serrana ao centro econômico, político e administrativo do Estado do Rio de Janeiro se deu através da produção diversificada de alimentos para atender à crescente demanda urbana, ao contrário da lavoura monocultura voltada para a exportação presente em outras regiões de governo do Rio de Janeiro.

Assim, na região há o predomínio da agricultura familiar intensiva, configurando-se como um importante polo olerícola do estado, tornando-se um fornecedor fundamental para a região metropolitana. Não à toa, existem muitos estudos acerca da relação saúde-ambiente na região, sobretudo relacionando a atividade agrícola e o uso de agrotóxicos com os riscos de contaminação ambiental e à saúde³¹. Segundo Araújo *et al* (2007, p 116):

Nas comunidades rurais do município, a pressão pela produção e colheita semanal regular de hortaliças para um mercado atacadista da capital, cada vez mais exigente com a aparência dos produtos, contribui para o uso abusivo de inseticidas, fungicidas, herbicidas e acaricidas. O escasso conhecimento dos riscos potenciais destes produtos e a não utilização de equipamentos de proteção durante a aplicação aumenta os riscos de contaminação dos agricultores e de suas famílias, quase todos envolvidos no processo de trabalho agrícola.

O alto consumo de agrotóxicos na região serrana – cinco vezes superior à média da Região Sudeste e 18 vezes maior que a média do estado (PERES; MOREIRA, 2007) – são indícios (ao revés) da força da atividade agrícola como meio de vida na região.

Segundo Marafon e Ribeiro (2006), dialogando com Rua (2002), há um eixo de urbanização nesta região, cujos principais representantes são Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, área que é marcada pela produção no ramo de hortigranjeiros e flores, e abastecimento da RMRJ. Em Nova Friburgo, há, também, a presença marcante da atividade industrial (ressaltando-se a indústria da moda íntima).

Sobre a relação com a capital do estado e os municípios vizinhos, compreende-se que Nova Friburgo exerce um papel de centralidade entre alguns dos municípios que o circundam. Segundo dados do Diagnóstico da Segurança Pública de Nova Friburgo (cf. mapa abaixo, retirado de Lemgruber e Musumeci, 2009), o município exerce influência sobre boa parte dos municípios vizinhos – num gradiente que vai de muito influenciados até pouco influenciados –, e recebe influência somente da capital do estado (com a qual não possui fronteira):

³¹ Ver, por exemplo, Araújo *et al* (2007) e Peres e Moreira (2007).

Figura 4: Mapa de Localização de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro e áreas de influência do município.

Fonte: Pedro Higgins Ferreira de Lima, com dados do IBGE (2004). In: LEMGRUBER; MUSUMECI, 2009.

Importante notar, porém, que esse mapeamento foi efetuado em 2004 – alguns marcos espaço-temporais (elencados mais à frente) ocorridos posteriormente demandariam uma reformulação deste diagnóstico. É o caso, por exemplo, da pavimentação da estrada Serra-mar (RJ 142), que foi concluída em 2006, aumentando o fluxo de interação entre o município e a própria capital, mas também, entre os municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé e Niterói.

O primeiro percurso, e também o mais consolidado, é o da RJ 130, também conhecida como estrada Terê-Fri. Atravessando os municípios da região serrana, através da BR 116, ele entra no município de Nova Friburgo pelo 3º distrito (Campo do Coelho). A Terê-Fri é uma importante via turística do estado, apresentando, às suas margens, diversos equipamentos relacionados ao turismo (pousadas, hotéis-fazenda, haras, restaurantes e pontos de apoio para acesso a cachoeiras e outros atrativos relacionados ao ecoturismo). No entanto, é no trecho de Teresópolis onde estão

concentrados esses empreendimentos, que vão ficando cada vez mais raros ao adentrarmos o município de Nova Friburgo.

A segunda via deixa a capital pela Linha Vermelha (sendo, assim, importante conexão com a Baixada Fluminense, também) e atravessa o município de Cachoeiras de Macacu, pela RJ 116, até adentrar o município de Nova Friburgo pelo município de Mury. Esta via também pode ser acessada pela BR 101, seguindo, em seguida, o mesmo caminho.

Por fim, há o percurso que articula a BR 101 e a RJ 142 (estrada Serra-Mar), entrando no município de Nova Friburgo pelo distrito de Lumiar, em sua fronteira com Casemiro de Abreu. A pavimentação desta última (em 2006) e a duplicação do trecho da BR 101 entre a capital do estado e o município de Casimiro de Abreu (finalizada em meados de 2018) são transformações recentes que, sem dúvida, modificaram as áreas de influência do município e o fluxo de pessoas e mercadorias entre, por exemplo, Nova Friburgo e os municípios previamente elencados. Essa afirmação ganha força quando notamos que, segundo dados do Airdna (2019), a maior parte dos aluguéis de temporada na região dá-se por moradores do Rio de Janeiro, é claro, mas seguidos pelos moradores de Niterói, Macaé e São Gonçalo (excetuando-se aqueles do próprio município de Friburgo). Assim, há uma clara transformação nas dinâmicas da localidade engendrada pela pavimentação da RJ 142, e, mais recentemente, da duplicação do trecho da BR101 entre o Rio de Janeiro e Casimiro de Abreu.

Tal fato colaborou para reacender o dinamismo turístico da localidade de Lumiar, uma vez que a distância (espaço-temporal) entre seu centro e a cidade do Rio de Janeiro (e outras importantes cidades como as citadas) foi encurtada.

Interessante notar, também, que essa modernização das vias levou à implementação de um circuito turístico aos moldes da já consolidada estrada Terê-Fri. Criou-se também um circuito turístico baseado na estrada Serra-Mar (que possui essa denominação exatamente por ligar a região litorânea – em especial a Região dos Lagos – à Serra de Nova Friburgo).

Neste caso, o apelo é ao turismo ecológico, que se dá, sobretudo, pelas formações rochosas ao longo da via (como a Pedra Riscada) e pelos

muitos pontos de banho de rio e cachoeira ao longo dos Rios Macaé e Bonito, que margeiam a estrada. Estes temas serão retomados no capítulo 4 e nas seções seguintes, onde apresentamos, de forma mais aproximada, o 3º e o 5º e 7º distritos, lócus da presente pesquisa.

3.2 Campo do Coelho e o eixo Lumiar - São Pedro da Serra: uma aproximação

A apresentação acima permite-nos notar como são muito diversas as dinâmicas e os “rurais” que coexistem em Nova Friburgo – para além das estatísticas ou tipologias até aqui expostas. Se, por um lado, algumas áreas mantêm forte relação e dependência com a atividade agrícola (destacamos aqui a localidade de Campo de Coelho) outras consolidam-se enquanto um rural com forte inclinação ao turismo. Neste caso, destacam-se os distritos de São Pedro da Serra e Lumiar. Assim, enquanto o preço da terra do distrito de Campo do Coelho está relacionada à sua capacidade de produção agrícola (e a oferta é pouca, dada a alta demanda)³², nos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar esta associação se dá no campo da possibilidade de exploração turística (proximidade com pontos de interesse ambientais ou viabilidade de exploração comercial – restaurantes, lojas de artesanato, etc.).

Há, ainda, a presente associação entre o rural e o ambiental (correlação esta que deve também deve ser problematizada), uma vez que parte do território é composto por Unidades de Conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima e do Parque Estadual dos Três Picos, além das APAs municipais.

Os registros abaixo, efetuados em trabalhos de campo entre os anos de 2016 e 2019, demonstram este diverso mosaico de paisagens rurais. Em um primeiro momento, há uma inclinação à atividade agrícola, notadamente no distrito de Campo do Coelho. São paisagens que, à primeira vista, correspondem ao rural que está representado nos livros

³² Tal afirmação pode ser evidenciada tanto a partir da pesquisa de Oliveira (2002), quanto a partir de entrevistas realizadas em campo exploratório (2016).

didáticos escolares. As primeiras fotografias, assim, têm enfoque nas diferentes técnicas de produção agrícola utilizadas no município de Nova Friburgo:

Figura 5: Produção agrícola e sistema de irrigação, Barracão dos Mendes.
Fonte: A autora (2016).

Figura 6: Produção agrícola e estufas de mudas, Barracão dos Mendes.
Fonte: A autora (2016).

Figura 7: Produção agrícola com implementação de *mulching* agrícola de solo, Barracão dos Mendes.
Fonte: A autora (2019)

Figura 8: Produção de tomates, Barracão dos Mendes.
Fonte: A autora (2019).

A atividade agrícola não se restringe a esse distrito, no entanto. Embora o eixo Lumiar – São Pedro da Serra venha apresentando – cada vez mais – uma diminuição no seu espaço agrário, há também espaços para, inclusive, um ressurgimento da agricultura como atividade principal ou secundária (conforme será discutido no capítulo 4).

Figura 9: Produção de inhame, Vargem alta.

Fonte: A autora (2019).

Figura 10: Produção de girassóis a céu aberto (primeiro plano) e estufas de produção de flores (segundo plano), Vargem Alta.

Fonte: A autora (2019).

O turismo tem, do mesmo modo, papel importante na geração de renda na região, que, em consonância com a dinâmica da pluriatividade nos espaços rurais, fazem emergir a importância de um trabalho não-agrícola, (conforme destacam Marafon e Ribeiro (2006), profissões como jardineiros, caseiros, domésticos, ou, em outra direção, trabalho em empresas sediadas nos municípios da região).

Essa afirmação encontra respaldo no levantamento feito pela Prefeitura de Nova Friburgo, por ocasião da revisão do plano diretor de 2014 do município. Em um universo de 137 pessoas do eixo Lúmiar-São Pedro da Serra e 78 no distrito de Campo do Coelho, podemos organizar da seguinte maneira a população, segundo sua ocupação principal:

Gráfico 1: Ocupação da população economicamente ativa do eixo Lumiar – São Pedro da Serra e de Campo do Coelho, segundo questionário de reconhecimento comunitário

Fonte: Organizado pela autora, a partir de dados de SEMMADUS, 2015.

Notamos, imediatamente, a diferença entre os dois distritos no que diz respeito à ocupação principal de seus moradores. Embora os três possuam proporções bem próximas de população rural total (entre 72% e 75% da população desses distritos vive em localidades rurais, segundo dados do IBGE, 2010³³) é muito discrepante, por exemplo, a proporção daqueles que trabalham com atividades relacionadas à agricultura³⁴: 60,3% no caso de Campo do Coelho e apenas 8% no eixo Lumiar - São Pedro da Serra. Embora note-se isso apenas pela observação das paisagens, esses resultados demonstram tamanha é a diferença da divisão do trabalho e da organização socioespacial nos dois distritos.

Na categoria que denominamos “comércio e serviços de apoio às residências/turismo” encontram-se exatamente aquelas profissões elencadas por Marafon e Ribeiro (2006) – diaristas, jardineiros, caseiros –, além do comércio – que inclui, no caso dos dois distritos, muitos que trabalham em restaurantes. Aí enquadra-se quase um quarto da população. A categoria “outros” engloba funcionários públicos, prestadores de serviço estatal e privado, além de autônomos, com destaque para o ramo da costura (confeção de moda íntima).

³³ Ver quadro 2.

³⁴ Incluímos nessa categoria respostas como “agricultor”, “trabalho na roça”, “lavrador”.

Assim, a força do turismo como atividade geradora de renda no eixo Lumiar-São Pedro da Serra atualmente fica também clara – no entanto, como veremos à frente, nem sempre foi assim. As localidades já foram pontos importantes de atividade agrícola. O historiador Jorge Miguel Mayer (2003, p. 470), apontava que

os descendentes de colonos (...) mantiveram-se atrelados a um padrão técnico rudimentar até a década de 70. Concentrados numa atividade que combinava pequena produção mercantil com a subsistência, foram também fontes de provimento de força de trabalho para a cidade. Ao mesmo tempo, sob certas conjunturas favoráveis intensificavam a agricultura expandindo o cultivo de terras em detrimento da Mata Atlântica. Esta realidade “caipira” manteve até a década de 70 padrões absolutamente roceiros, tanto em relação à produção agrícola como ao modo de viver doméstico: produção agrícola extensiva, cavalos no transporte, lamparinas, fogão à lenha, ritmos de alimentação próprios etc.

No entanto,

Diante da situação crítica passaram a vender terras para os turistas. Quando bem sucedidos, construíram casas para alugar. Na medida em que se abriam maiores possibilidades de venda, ampliava-se a área de cultivo o que era feito de modo extensivo. A partir da década de 70, esta expansão recorreu crescentemente à adubação e ao uso de defensivos agrícolas – os agrotóxicos (...) Trata-se de uma drenagem de recursos da terra e da agricultura para o mundo urbano e no plano político o fortalecimento de instâncias estaduais e centrais em detrimento do âmbito local (idem, p. 471).

Segundo D’Onofre e Souza (2016), o turismo na região remonta à década de 1940, incentivado pelo turismo de montanhistas – graças à topografia elevada e escarpada. Já a partir dos anos 1970, a região começa a receber turistas que “desejavam um espaço longe da agitação dos grandes centros urbanos. Estes turistas demonstram o desprezo pela vida urbana e o gosto pela paisagem campestre, o ideal de uma vida simples e integrada à natureza, além da busca pelo equilíbrio espiritual” (D’ONOFRE; SOUZA, 2016, p. 1179).

Neste momento, no entanto, ainda é Nova Friburgo (a sede do município) e seus arredores que concentram, junto com as vizinhas Teresópolis e Petrópolis, o turismo serrano. Segundo relato de Ricardo Panesa, em reportagem à Quatro Rodas (1988): “Nova Friburgo está para o Rio de Janeiro como Gramado está para o Rio Grande do Sul ou Campos

do Jordão para São Paulo”. Nessa época, assim, era a sede de Nova Friburgo que atraía um turismo sofisticado, pensado em especial para as elites, como fica claro na comparação que o autor propõe. Ele conta, porém, que queria chegar à Lumiar e, ao perguntar para um morador que passava na estrada, obteve a seguinte resposta:

– “Lumiar? Vocês querem ir pra Lumiar? Não sei se está dando passagem”.

O assombro na resposta do transeunte demonstra o contexto em que o eixo Lumiar – São Pedro da Serra se encontrava no final da década de 80. Quase inacessíveis, exigindo aventuras em estradas de terra (e lama), tratava-se de um turismo muito diferente daquele que colocava a sede de Nova Friburgo no mapa – de um espaço de consumo, equilibrando conforto e tranquilidade³⁵.

As transformações na infraestrutura, ampliando a conectividade dessa localidade com a RMRJ, e os investimentos públicos e privados na localidade foram, aos poucos, tomando esse lugar da sede do município – de um turismo, cada vez mais, requintado.

Assim, D’Onofre e Souza (2016) revelam, ainda, a existência de uma terceira geração de turistas (e também a mais recente): majoritariamente composto por representantes de classe média, trata-se de um grupo que, considerando a proximidade com a capital fluminense, se deslocam, temporariamente – e com uso prioritário do automóvel – até a região.

As fotografias abaixo ajudam a demonstrar uma série de infraestruturas ligadas ao turismo na região:

³⁵ Nas palavras do repórter: um daqueles lugares onde o turista se põe a salvo da agitação dos grandes centros, sem normalmente renunciar ao conforto.

Figura 11: Centro de informações turísticas, Lumiar; Sede do programa de Circuitos de agroturismo “Altos da Serramar”, São Pedro da Serra.

Fonte: A autora (2016 e 2019).

Figura 12: “Shopping” gastronômico, Lumiar.

Fonte: A autora (2016).

Embora a exploração turística desses dois distritos não seja uma novidade, pretende-se mostrar como, atualmente, frente a um processo de metropolização do espaço, é, sim, inédita, a intensidade e rapidez da transformação espacial que ali ocorre – tanto do ponto de vista de sua forma, quanto dos cotidianos atrelados a ela. Nos últimos anos, esses dois distritos receberam uma série de investimentos infraestruturais (alguns (re)investimentos³⁶) que objetivavam o fomento do turismo nesses locais.

Notamos, a partir daí, que há uma nova onda turística na região, também passíveis de serem organizados em três categorias. Na verdade, trata-se de uma releitura (em outro contexto espaço-temporal) das categorias assinaladas por D’Onofre e Souza (2016). Em primeiro lugar, há uma intensificação do turismo de aventura atrelado ao turismo ecológico – que ganha força junto com a ambientalização dos discursos e a proliferação de unidades de conservação na região. Há, também, uma onda relacionada ao (agora institucionalizado) Agroturismo que busca associar [uma representação do] modo de vida rural à atividade turística, promovendo visitas às propriedades rurais e “vivências” deste cotidiano. Facetas desse fazer turístico são exemplificadas na figura, por exemplo, na figura 11.

Em último lugar, a partir desses investimentos e novo dinamismo do turismo, sobretudo na localidade de Lumiar, há o turismo que se assemelha aos fenômenos de “migração por estilo de vida ou amenidades³⁷” (HIDALGO; ARENAS, SANTANA, 2016), ou a ruralidade de segunda residência. Trata-se de uma migração temporária e parcial. São novos

³⁶ Pode-se dialogar, aqui, com a teoria da causação circular (VETTER e MASSENA, 1982), que demonstram como, no que tange às políticas urbanas, e notadamente, à provisão, manutenção e melhoramento da infraestrutura, seriam as elites as mais capazes de (re)atrair investimentos públicos para os seus “lugares” na cidade – lugares estes já mais valorizados e com maior atenção do Estado. A lógica se demonstra circular, pois, a mão do Estado estaria “enriquecendo os mais ricos e empobrecendo os mais pobres”, através de seus mecanismos e ações; ao invés de estar diminuindo as desigualdades no interior das cidades. No caso em questão, com vistas à expansão da atividade turística em um local que já recebeu diversas ações do estatais, (re)constroem-se e reformam-se os mesmos pontos nos núcleos dos distritos. Outra questão a ser aventada, neste tópico trata da questão política aí envolvida, que desdobra-se em um fenômeno de “obras-maquagem”.

³⁷ Segundo Gáitan e Rainer (2013, p. 574), a migração por amenidade pode ser entendida como “o deslocamento devido a interesses particulares e não por necessidades”.

moradores que, em verdade, vivem somente parte do tempo na região e, boa parte das vezes, possuem vínculos empregatícios nas cidades de onde vieram. Deste modo, localizam-se no gradiente entre os turistas e os moradores.

Sobre este ponto é importante destacar a origem de parte dos moradores que residem, atualmente, nesses distritos. A partir da organização de dados levantados pela SEMMADUS (2015), para as respostas à pergunta “onde você morou anteriormente?”, chegamos ao seguinte resultado:

Gráfico 2: Cidade de origem da população residente no eixo Lumiar-São Pedro da Serra, segundo questionário de reconhecimento comunitário

Fonte: Organizado pela autora, a partir de dados de SEMMADUS, 2015.

Se as incursões a campo já denunciavam esse processo, esses dados ajudam a clarificá-lo. Enquanto toda população que respondeu ao questionário em Campo do Coelho veio de outras localidades internas ao Município de Nova Friburgo (ou sempre viveu no mesmo lugar), no eixo Lumiar-São Pedro da Serra pouco mais de 40% da população veio de outras cidades ou estados, com número significativo para a capital da RMRJ.

Para brincarmos com os números, dentre os 75% da população residente em área rural nos distritos, ao menos 16,6% dela veio de área urbana, se levarmos em consideração que o município do Rio de Janeiro

é, formalmente, 100% urbano. É lógico que esses números nos dizem muito pouco – inclusive pela grande possibilidade de serem superiores, afinal, boa parte das localidades de Nova Friburgo são classificadas como urbanas, o que acontece, é lógico, com as outras cidades e estados citados.

No entanto, não é por esse caminho que concluímos a pobreza destes números. Se eles nos ajudam a ter dimensão do processo em curso (há uma diferença grande que não pode ser ignorada entre os três distritos), eles pouco nos dizem sobre as transformações em termos de urbanidades e ruralidade presentes nos cotidianos dessas localidades. Nos apontam, sem dúvidas, para um processo de metropolização do espaço – como negar a força da presença de ex-moradores da RMRJ? –, mas nos dizem pouco sobre suas nuances e, sobretudo, sobre suas múltiplas escalas. Afinal, qual o peso dessas presenças? Serão os únicos e definitivos vetores para as transformações do espaço e da cotidianidade através da explosão das urbanidades? Daí, poderíamos inferir, portanto, que estamos frente a realidades opostas? Ou seja, um distrito autenticamente rural (posto que sua população é quase majoritariamente de um *background* rural e que, ainda, tem a agricultura como atividade principal) e um distrito em urbanização?

Como veremos no capítulo que fecha esta pesquisa, não se trata disso. Certamente, este trabalho não dá conta de demonstrar por quantos e quantos ângulos essa afirmação é falsa. Alguns deles, no entanto, serão abordados a seguir.

Nas primeiras seções desde capítulo, discute-se a complexidade de visões e modos de produzir o espaço em questão. Nossa discussão baseia-se, sobretudo, na tríade lefebvriana: espaço concebido, vivido e percebido. Esta escolha deu-se pela abertura de olhar que a referida teoria nos trouxe, levando em consideração, no entanto, o desafio que é trabalhar com tal dialética triádica, sem incorrer em uma simplificação ou operacionalização leviana da filosofia de Lefebvre. O esforço é o de desvendar as “concepções” deste espaço, através da análise de alguns documentos governamentais.

3.3. Representações de um espaço rural: discursos de um planejamento para Nova Friburgo

Nesta seção do texto fez-se o exercício de investigação acerca dos “projetos para o espaço friburguense”, em especial o espaço rural. Esta reflexão objetiva munir a pesquisadora (bem como o leitor) de uma compreensão do panorama atual da representação do rural friburguense por parte daqueles que o “planejam” (ou pretendem planejá-lo). Tal esforço vai ao encontro das instigações trazidas por Lefebvre quando nos apresenta sua dialética triádica. Aqui, em particular, tratamos da tríade percebido-concebido-vivido. Conforme já aludido em momentos anteriores, o empenho desta pesquisa está em desvendar as transformações nestes ditos “cotidianos rurais”, emanadas por um processo de metropolização dos espaços. Assim, nosso olhar estará direcionado aos espaços de representação, ou seja, “o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, espaço dos “habitantes”, dos “usadores” [...]. Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 2006, p. 35).

No entanto, destacamos duas questões que daí desabrocham, também alinhadas à proposta do filósofo: *i)* para pensar o espaço a partir das dimensões triádicas, há de sempre ter-se em conta a indissociabilidade entre estes “três momentos” da produção do espaço – para além disso, são uma “única” realidade, observada dialeticamente; *ii)* daí emana a segunda questão: importa, sobretudo, buscar compreender (e desvelar e subverter!) o real, pondo em prática o projeto de uma metafilosofia. Nos valem de dois trechos da obra de Lefebvre, que inspiraram tais observações:

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela se apodera do concreto (e não do “imediato”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras [...]

É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido, sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder” (2006, p. 36).

Deste modo, tendo em vista que que “a representação do espaço sempre serve a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e

concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008, p. 45); e que esta estratégia está sob uma lógica hierarquizada no mundo capitalista (de atores hegemônicos, suas racionalidades e códigos), pareceu-nos significativo o breve mergulho nestes espaços da tecnocracia, nestas representações do espaço: como se quer conceber o rural em Nova Friburgo? Que representações estão presentes (ou ocultas) nestas concepções estratégicas?

Durante a pesquisa foram examinados os seguintes documentos: a) Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico (PMNF, 2015b); b) Programa de Metas – Gestão 2017-2020 (PMNF, 2017); c) o anteprojeto de lei do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (SEMMADUS, 2014); d) Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) – Nova Friburgo (PMNF, 2015a); além das devolutivas das assembleias realizadas nos distintos distritos do município.

O Programa de Metas da Gestão 2017-2020 (PMNF, 2017), em seção intitulada “visão de futuro”, destaca a localização do município, tida como estratégica para “divulgação voltada primeiramente para os grandes centros urbanos da cidade do Rio de Janeiro e Niterói, devido à proximidade e facilidade de acesso” (PMNF, 2017). O mesmo documento, em seção que trata das metas e diretrizes para o desenvolvimento rural, destaca a necessidade de:

Concentrar esforços na política de investimentos em infraestrutura, para promover melhorias relevantes quanto à mobilidade para o escoamento da produção, que hoje é um dos maiores gargalos para o crescimento e fortalecimento do agronegócio. Desenvolver ações de controle e combate a doenças e pragas, em parceria com o setor privado e órgãos do governo. Implementar ações educativas para orientação quanto ao uso adequado de defensivos e de boas práticas agrícolas. Apoiar parcerias produtivas visando à capacitação para os produtores rurais, de forma a inseri-los na agenda do desenvolvimento do município. Apoiar o acesso a novas tecnologias e pesquisas, relacionadas a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo de base agroecológica, agricultura de baixo carbono e controle de resíduos. Incentivar a implantação de sistemas de captação e manejo de água da chuva, visando à qualidade e ampliação da agricultura. Monitorar as condições climáticas que subsidie a implementação de sistemas de alerta de riscos de desastres. Incentivar as feiras livres como centros de cultura alimentar. Reconhecer e fortalecer o papel essencial da agricultura familiar e da atuação crescente das mulheres no agronegócio. Incentivar a parceria com Universidades e órgãos federais, estaduais e privados para fomentar a rede de

desenvolvimento tecnológico, bem como a precipitação dos produtos. Articular junto ao sistema financeiro políticas para concessão de créditos agrícolas, acessíveis aos pequenos produtores rurais. Promover e incentivar melhorias no fornecimento de telefonia e internet nas áreas rurais (PMNF, 2017)

Apesar de enfatizarem a presença e importância da atividade turística na região, as representações de ruralidades neste documento giram sempre em torno da potencialização da atividade agrícola e na possibilidade de fomento de sua competitividade.

O mapa abaixo, proposto pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico de Nova Friburgo (PMNF, 2015, p. 84), colabora com a identificação tanto da presença de áreas rurais no município, quanto das propostas e representações de rural (e urbano e natural) aí inscritas.

Figura 12: Macrozoneamento do Município de Nova Friburgo, segundo proposta do Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico – Nova Friburgo 2050
Fonte: (PMNF, 2015).

As áreas tidas como “rurais” no macrozoneamento, são aquelas associadas às zonas com “características agrícolas, rústicas ou campestres, destinadas ao desenvolvimento de atividades agrosilvopastoril, de baixa densidade demográfica e construtiva, entremeadas por propriedades rurais” (PMNF, 2015, p. 84), que se justapõem às áreas urbanas (concentradas no distrito sede e nos pequenos

núcleos dos outros distritos) e as zonas chamadas “naturais”. Estas últimas seriam “vocacionadas a relevantes serviços ambientais prestados pelo ecossistema, e que apresentam notáveis aspectos de belezas cênicas, podendo ser destinada a princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento” (idem).

Neste ponto, podemos abrir um (importante) parêntese: se, conforme já aludido em seções anteriores, a noção de rural e ambiental por vezes se confundem (são confundidas?), há de se analisar a proposta tanto de rural (agrícola), quanto de natural (ambiental) presente no referido Plano. Esta reflexão torna-se necessária, sobretudo, quando percebemos que o município de Nova Friburgo possui um terço de todas as Reservas de Patrimônio Paisagístico Natural (RPPN) do estado do Rio de Janeiro (sete registradas junto ao ICMBio e catorze junto ao INEA), tendo recebido “título” de primeiro município do Brasil em número das citadas reservas³⁸. Deste modo, o próximo tópico abordará a presente discussão.

3.3.1. A naturalização do meio ambiente e a ambientalização do discurso: mecanismos de espoliação

Tomando como parâmetro a noção de zona natural trazida pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico, podemos notar que: *i*) há uma visão preservacionista acerca da natureza (na esteira da discussão proposta por Diegues, 1996³⁹), que considera áreas (extensas, como demonstra o mapa na figura 12 como “naturais”, invisibilizando a presença da população; *ii*) quando notamos que, no descrever da área, quando há a presença da relação homem-natureza, essa se dá sob a tônica da “vocação do lugar” para o “lugar de fora” – seja por intermédio do turismo, através da

38 Além de ser possível referendar tais fatos junto aos órgãos oficiais (INEA, ICMBio), alguns jornais locais noticiaram os feitos, como o Jornal “A Voz da Serra” (EMRICH, 2017).

39 Através da ideia de que há um mito da natureza intocada e de que há dois discursos (ou dois saberes) acerca da natureza que se contrapõem: aquele técnico-científico e aquele das populações tradicionais.

citada beleza cênica, seja por meio de uma concepção instrumental da natureza: a “prestação de serviços ambientais”.

Neste mesmo sentido, por muitas vezes travam-se discursos e representações de um meio ambiente puramente “naturalizado”, ou seja: ignora-se que este, “longe de ser uma realidade empírica, em si, é uma construção social, conjunto de representações acionadas em um campo de forças no qual interagem diferentes grupos sociais” (VAINER, 1993, p. 556). No que tange aos conflitos chamados socioambientais, a dimensão ambiental, crescentemente em voga, fez com que os atores construíssem certas problemáticas sociais como problemas ambientais no interior do espaço público – ignorando que, além de ambiente a ser preservado, por exemplo, estes conflitos têm *história* a ser considerada (ALONSO; COSTA, 2000).

Ao seguir estas reflexões, podemos nos indagar se a grande quantidade de UCs no município e a visão utilitarista acerca do ecossistema lá presente podem vir a ser, em si mesmos, impactos de um processo de metropolização – que demanda, para sua reprodução, a presença de áreas de conservação, que prestem “serviços ambientais” como forma de compensar os tantos desserviços imanentes à manutenção e ampliação da lógica capitalista (seja em espaço urbano ou rural). Assim, esta criação de paisagens protegidas tem, no mínimo, a consequência (ou função) de atender às necessidades das populações urbanas em suas atividades de turismo e lazer – e não aquelas das populações locais (DIEGUES, 1996).

Mendes (2010), ao analisar o caso da Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima (RJ), instituída em 2001, demonstra como sua criação e manutenção deu-se em um campo de conflitos, onde a participação da população local foi restrita e deu-se sob imposições governamentais:

De um lado parcela da população tradicional se coloca contra a implantação da APA, divulgando suas posições e recorrendo a políticos que compartilham da mesma opinião. A população se diz responsável, através de suas técnicas de plantio, pela preservação existente na região. Ela alega que foi a partir da chegada dos veranistas que houve um aumento do desmatamento em áreas de preservação permanente (APP) para construção de imóveis, uma vez que os novos moradores têm interesse em construir suas propriedades próximas aos corpos hídricos e

que substituem áreas de floresta em regeneração por grama, sem destinar à terra nenhum uso social. Os agricultores defendem ainda que a fiscalização rigorosa que lhes é imposta não ocorre com os sitiantes, que seriam mais articulados politicamente e conseguiriam “driblar” as barreiras impostas pela fiscalização (MENDES, 2010).

Expõe-se, na fala da autora, um conflito que envolve diversas representações e, conseqüentemente, usos do espaço rural e natural (conforme denominação do macrozoneamento). Para além disso, evidenciam-se as assimetrias de poder no processo de produção do espaço – que incluem uma forma de hierarquia do urbano sobre o rural. Aqueles atores com maior poder de definir o lugar da população nos espaços podem vir a adotar, através da chancela do discurso preservacionista, medidas de espoliação ou repressão, de forma velada ou manifesta.

Percebemos nas narrativas de moradores (e agricultores) o conflito com a legislação ambiental que, por vezes, se instala como uma racionalidade técnica (reflexo, assim, de uma burocracia urbana). Práticas e técnicas largamente empregadas passam, a partir da ambientalização dos discursos (que se concretizam, no espaço friburguense, através da proliferação de unidades de conservação, da fiscalização ambiental e da inclinação ao turismo ecológico na região) a serem questionadas ou repudiadas.

Caldas (2014) também sinalizava para esse processo de conflito entre a legislação ambiental e as práticas espaciais locais, ratificando essa percepção: “vários agricultores abandonaram suas lavouras e nota-se hoje um expressivo desânimo com a atividade por parte daqueles que permanecem trabalhando em suas lavouras, como se não fosse mais possível conciliá-las com a conservação ambiental, especialmente em virtude das leis ambientais” (p. 33).

Mais de uma década antes, Mayer (2003) já recolhia depoimentos de moradores que ali viveram a partir da década de 30. Os relatos vão ao encontro daqueles escutados por nós e por Caldas: o novo conjunto de normas, tendo como porta-voz o Instituto Brasileiro de Meio ambiente (IBAMA), seria avaliado, pelos depoentes, como causa central na diminuição das lavouras. Há, ainda, relação feita entre este processo e a

transformação na estrutura agrária na região: com o impedimento da prática da coivara, além da retirada de certas espécies (nos foi citado, por exemplo, a palmeira jussara – o açai), e a consequente inibição da atividade agrícola, teria ocorrido, na percepção de alguns, uma maior fragmentação e loteamento dos terrenos – muitos vendidos àqueles tidos como os *outsiders*. Conforme relato colido há cerca de 20 anos por Mayer, na região do eixo Lumiar – São Pedro da Serra: “tem aumentado a venda de pequenos lotes, aumento do número de casas na região e a transferência de terras para as pessoas ‘de fora’”.

Interessante notar, nesse sentido, como a própria legislação ambiental e os mecanismos de controle são, muitas vezes, expressões da racionalidade urbano-metropolitana. Veja-se esse depoimento de um proprietário de terra da região, nascido na década de 1920:

“Seu Naziro acha que a situação do lugar piorou com os tempos modernos. Segundo ele, a situação do lavrador está prejudicada pela ação do IBAMA. A vida não tem a fartura de antes. Ele, por exemplo, tem muitas terras e não pode plantar. Na cidade não há mais emprego. A situação do lavrador está muito difícil. A pobreza está aumentando. No passado todos tinham fartura. Naquele tempo ninguém passava fome” (MAYER, 2003, p.456).

A modernidade, assim, é portadora de constrangimentos às práticas espaciais, através de “uma transposição de uma ideologia moderna e racional a estes povos” (SIMONI, 2015, p. 14). A preservação/conservação ambiental aparece, portanto, enquanto um bem em si mesmo, um direito “difuso”, de todos – bem este concebido pela sociedade moderna, “aquelas que estão construídas e constituídas a partir do conhecimento teórico ou especializado” (*idem*), tal qual as propostas conservacionistas ou preservacionistas da natureza – ramificação, por exemplo, do conhecimento biológico. Neste sentido, conforme explicita Escobar (2002), há certa a “imposição da modernidade: esta “arranca” a vida local de seu contexto – a vida local passa cada vez mais a ser produzida pelo translocal” (*ibidem*).

Essencial ressaltar, porém, que isso não significa dizer que um movimento para a preservação ambiental seja exclusivamente gestado em áreas urbanas. De fato, são muitos os estudos que demonstram a

existência de práticas de populações rurais (em especial, as chamadas populações tradicionais) que convivem de maneira harmônica com o ambiente – ou até mesmo colaboram com sua regeneração⁴⁰. Neste sentido, a naturalização do meio ambiente, presente tanto nas propostas de uso do solo do plano diretor de Nova Friburgo, como, de outra forma, nas ações, regulamentações e fiscalizações/punições de órgãos governamentais – como o IBAMA, recorrentemente citado – tem, como um de seus efeitos, o choque entre práticas espaciais distintas: aquelas da população local e aquelas da representação de um espaço natural, concebidas em estâncias diversas do planejamento governamental. Estão, aí também, colocadas escalas diversas de atuação nesses espaços de representação. Na terminologia de Escobar (2002), uma translocalidade – de fato, a implementação dessas políticas, advindas da racionalidade moderna impacta de formas diversas na organização espacial e na vida cotidiana das localidades estudadas. De outro modo, sua força é acompanhada pelo crescimento do apelo ao turismo ecológico, a formas ecológicas/orgânicas de produção agrícola e de toda uma ambientalização do discurso rapidamente notados em incursões na região.

Pode-se dizer, assim, que o município se tornou um expoente no estado do Rio de Janeiro no que diz respeito às pautas ambientais. A proliferação de áreas de conservação (e o já citado destaque na quantidade de RPPNs) quando unidos à beleza cênica da Mata Atlântica ainda relativamente conservada na região, contendo cabeceiras de grandes bacias hidrográficas, ajudam a explicar esse panorama. A leva mais recente de imigração, de população de classe média atraída por estes elementos, colaboraram para um fomento neste cenário. Havia uma demanda por um rural “ecológico” que incutiu nesse espaço tais representações. Atualmente, são muitos os signos na paisagem que remontam a um lugar cujo cotidiano está permeado por práticas sustentáveis – sob os mais diversos significados deste termo. Como propunha Santos (1996b), o cotidiano está submetido ao mundo das normas e da regulação, ainda que “a propaganda do neoliberalismo fal[e]

⁴⁰ Veja-se, por exemplo, o trabalho de Posey, 1984 e Arruda, 1999.

de desregulação”, ao mesmo tempo em que “nos apresenta possibilidades para a espontaneidade (...) E tanto a norma como a espontaneidade têm que ver como o espaço, com a forma como o espaço se constitui” (SANTOS, 1996b, p. 11).

Assim, “se de um lado a valorização ambiental é extremamente necessária sob todos os pontos de vista”, ou seja, se há a necessidade destas normas e regulação, “é preciso que ela não se torne um fator de inviabilização de comunidades rurais” (MAYER, 2003), que não sufoque as espontaneidades ou, no dizer de Santos (*op. cit.*) que não leve a um reforço do empobrecimento simbólico. Assim, dentro da gama complexa de escalas e representações do/no lugar rural, vemos a “ameaça de que a valorização ecológica se torne o caminho da expropriação” (MAYER, 2003). Este tema, a partir de outras de suas implicações, será retomado no próximo capítulo desta tese.

3.3.2. Contradições de uma “inexorável urbanização” prevista – e projetada – no planejamento friburguense: indícios de um espaço fragmentado e fragmentador

Outro ponto que ressaltamos nesta análise dos documentos trata da reafirmação de dois discursos/representações já aqui citadas: *i)* da perspectiva dicotômica em relação ao rural e o urbano (ou seja, tende-se a recair em uma avaliação/projeção não relacional de tais categorias); *ii)* da análise do rural como fadado à substituição pelo urbano. O excerto abaixo foi retirado do Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) – Nova Friburgo, RJ, com grifos nossos:

As atividades econômicas das áreas rurais de Nova Friburgo vêm se diversificando bastante nos últimos tempos, impulsionados pela **intensificação da produção agrícola pautada por certa “industrialização” do campo através de novas tecnologias, pela ampliação dos fluxos turísticos e de veraneio, pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas no campo, como, por exemplo, atividades ligadas à produção de moda íntima, estabelecimento de fábricas, condomínios residenciais; ou novas atividades, como complexos hoteleiros ou o novo aeroporto, previsto pelo Governo Federal.** Estas atividades tendem a diversificar o perfil da população residente nas áreas rurais e aumentar a demanda por serviços, comércio e equipamentos públicos em áreas próximas. **A “urbanização” do rural torna-se factível**

uma vez que as tecnologias, sobretudo de comunicação, são cada vez mais acessíveis e percebe-se uma clara tendência de algumas localidades rurais se consolidarem como centralidades secundárias, o que pode ser positivo, pois poderia reduzir a necessidade de deslocamentos de todo e qualquer tipo ao Centro de Nova Friburgo. Entretanto, como são locais em geral com menor grau de infraestrutura instalada, recomenda-se que as leis de ordenamento e uso do solo (zoneamento) sejam compatibilizadas com a oferta de infraestrutura viária e a gestão da demanda do transporte público. [...]

Nas estradas rurais, não existe separação entre caixa de rolamento e calçadas, nem pavimentação - no caso, em terra batida. Nestas estradas, circulam veículos motorizados, não motorizados - como charretes e bicicletas, animais e pedestres, sendo toda a faixa compartilhada por estas modalidades. Para as zonas rurais, deverá ser pensado padrão específico, compatível com os usos e necessidades. Embora o trânsito não seja intenso, a largura das vias muitas vezes é estreita, podendo apresentar risco de acidentes. Isto poderia ser melhorado, através do alargamento das estradas, ou até somente de trechos, com indicativo de Projetos de Alinhamento que avancem sobre as propriedades lindeiras, de forma a garantir a segurança de todos. **É muito importante ressaltar que defendemos manter a pavimentação em terra batida nestas estradas, de forma a preservar a ambiência rural** (PMNF, 2015a, p.15).

Os trechos destacados evidenciam uma tripla concepção dos “futuros rurais” em Nova Friburgo. Ao passo em que se valoriza a preservação de características comumente relacionadas a uma identidade rural, há, também, uma proposta que mescla uma perspectiva modernizadora do espaço rural (ao citar uma “industrialização do campo”) com aquela do rural das pluriatividades (ênfatizando o crescimento das “atividades não agrícolas no campo”, em especial, a atividade turística), ou, ainda, uma terceira concepção que exalta uma “factível” urbanização do rural.

Assim, distinguem-se três representações do rural no referido trecho, relacionadas a tipologias já aqui discutidas: *i)* o rural enquanto uma *permanência modernizada*, seja através da “modernização” de sua principal atividade vinculada – a agricultura – (e, assim, exaltando um fortalecimento do agronegócio), seja através de sua readaptação ou recriação frente às demandas de um espaço capitalista-metropolizado (pelo fomento das multiatividades); *ii)* enquanto uma *permanência bucólica*, que exige a existência de formas tidas como precarizadas (“as estradas de terra batida”) para que se mantenha o conteúdo rural (aqui, em um diálogo com a noção de formas-conteúdo do espaço, trazida em Santos, 1996); *iii)* por fim, enquanto um rural fadado à substituição pelo espaço urbano, ou

seja, seguindo a visão de *urbanização do rural*, propondo a ideia de um etapismo ou evolucionismo através do qual haveria uma progressiva passagem do rural ao urbano.

É interessante confrontar esta segunda concepção – a de uma *permanência bucólica* – com a demanda levantada através de reunião comunitária devolutiva, realizada no distrito de Campo do Coelho como parte do processo do Plano Diretor Participativo do município. Neste documento, na seção intitulada “Medidas estruturais (obras)”, está registrada, enquanto reivindicação, a “melhoria de manutenção e asfalto nas vias do bairro, garantindo atendimento de serviços básicos” (PMNF, 2015c). Em outro trecho do PMUS, no entanto, cita-se a necessidade de “investimentos na melhoria da infraestrutura viária de vias de conexão (vicinais), **sem prejuízo da identidade rural que lhes caracteriza**” (PMNF, 2015a, p.16, grifo nosso), fazendo alusão, portanto, à proposta de manter as vias em terra batida – como forma de “preservar a identidade rural”.

Demonstra-se, de fato, a manutenção de um processo a partir do qual, nas sociedades capitalistas modernas, o espaço encontra-se homogêneo, hierarquizado e fragmentado (conforme tese lefebvreaana). Quando se assinala, *a priori*, a continuidade das vias não asfaltadas (o que pode ir de encontro às demandas da população local), encontramos-nos frente a uma lógica onde “a homogeneização torna os espaços semelhantes, porém essa homogeneização se fragmenta e é aí que reside um dos aspectos da desurbanização, a negação do urbano. Fragmenta-se o espaço e devido às diferenças que se apresentam, se edificam hierarquias e se reestruturam as relações de subordinação e dominação” (LENCIONI, 2010).

Jirón e Mansilla (2014) buscam relacionar a noção de fragmentação espacial às formas de fragmentação do tempo que se instalam na sociedade capitalista. Os autores, dialogando com Massey (2008), irão argumentar que o fenômeno da globalização, ao contrário do que muito se sustentou, não minimizou o papel do espaço e do tempo na vida cotidiana: para além disso, engendrou novos e distintos impactos na experiência espaço-temporal cotidiana (JIRÓN, MANSILLA, 2014). Neste sentido, delineiam três formas possíveis de fragmentação espaço-temporal. A

primeira delas demarca exatamente esta vinculação entre fragmentação espacial, fragmentação temporal e a vida cotidiana, lembrando como os *usuários* do espaço (aqui, na terminologia lefebvrea) encontram-se frente a uma realidade cada vez mais atomizada, especializada – a vida cotidiana torna-se cada vez mais funcionalizada; de modo que determina-se “uma experiência temporal fragmentada de quem transita na cidade, que adapta seu uso do tempo mediante estratégias para unir as partes fragmentadas da realidade”⁴¹ (JIRÓN, MANSILLA, 2014, p.11). A segunda forma trata das dissonâncias de tempos e ritmos entre aqueles impostos pela dinâmica globalizada da sociedade de consumo e aquele da vida das pessoas. Os tempos da vida cotidiana encontrar-se-iam segmentados: tempos para a família, para comer, para conviver, seriam eliminados, substituídos ou submetidos aos ritmos das atividades determinadas por aquela lógica.

Aqui, no entanto, queremos salientar a terceira forma de fragmentação espaço-temporal que paira sobre a atual sociedade capitalista. Aquela que acontece quando:

a distinção do tempo cronológico como totalidade desaparece perante as diferenciações de possibilidades que os grupos sociais possuem para atingir uma compressão espaço-temporal. Somente alguns grupos sociais podem acessar a hipermobilidade, facilitada pelas tecnologias da comunicação e do transporte, enquanto outros encontram-se imobilizados ou continuam movendo-se em ritmos lentos, marcados pela precariedade (Santos, 1994; Mansilla, 2011b), inseridos em túneis de separação que têm espessuras, espaços, frequências, duração, entornos, qualidades, altamente diferenciados (Jirón, 2010b)⁴².

41 Tradução minha, do original: “una experiencia temporal fragmentada de quienes transitan en la ciudad, que adaptan su uso del tiempo mediante estrategias para unir las partes fragmentadas de la realidad”.

42 Tradução minha, do original: “distinción del tiempo cronológico como totalidad se desvanece ante las posibilidades diferenciales que los grupos sociales poseen para lograr la compresión espacio-temporal. Solo algunos grupos sociales pueden acceder a la hipermovilidad facilitada por las tecnologías de las comunicaciones y del transporte, mientras otros se encuentran inmovilizados o siguen moviéndose en los ritmos lentos, marcados por la precariedad (Santos, 1994; Mansilla, 2011b), insertos en túneles de separación que tienen espesuras, espacios, frecuencias, duración, entornos, calidades, altamente diferenciados (Jirón, 2010b).

As propostas de se manter um rural idílico, uma “identidade rural” não são, em si mesmas, negativas. Aliás, não podemos valorá-las nesta polarização – entre positivas ou negativas. O que se pode discutir, no entanto, é a possibilidade de um subtexto que mascara um projeto de precarização (da negação da urbanidade através de reafirmações da hierarquização dos espaços) que, por conta de uma dada representação do rural e da ruralidade, busca-se manter. No entanto, conforme nos lembra Lencioni (2010), “ao mesmo tempo em que o território se torna mais fragmentado e descontínuo, [...] os fluxos se impõem aos lugares”.

Esta reflexão nos encaminha para outro ponto dos textos analisados, que corroboram com o debate que aqui se trava. Trata-se do texto introdutório que está presente no material resultante das Reuniões Comunitárias Devolutivas de Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (MACEDO, 2015). Segundo tal texto, redigido pelo secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável do município à época⁴³, “o crescimento inexorável faz parte do momento urbano de nossas cidades e mesmo do planeta, portanto preparar-se para ele é fundamental para garantir uma ocupação ordenada, com ganhos à população e à cidade, através de um desenvolvimento inteligente e sustentável”.

Assim, deflagra-se um discurso que se baseia na retórica do progresso (agora com a alcunha de desenvolvimento sustentável) que exige um consenso na busca desse “bem” a ser atingido. No entanto, parte de uma premissa clara: o futuro inexoravelmente urbano do planeta – e, conseqüentemente, de Nova Friburgo. Mais uma vez, ressaltamos os espaços hierarquizados e um rural que, só não está “planejado para o desaparecimento” porque é necessário à expansão (capitalista) urbana. Enquanto espaço consumido – seja por sua virtualidade (por suas “paisagens rurais”), seja pela dependência vital das cidades de sua atividade primordial (a agricultura) – o rural é aludido, nesses documentos, enquanto um gradiente que vai de espaço-patrimônio à espaço-funcional e,

43 Ivison Soares Macedo foi secretário da citada pasta entre os anos de 2013 e 2016.

portanto, hierarquicamente localizado abaixo da cidade e, sobretudo, da região metropolitana.

Esta discussão acerca da “patrimonialização” do/no lugar rural, seja por seus atributos ecológicos, como destacados na seção anterior, seja pelas funções que desempenha *para* a cidade, serão mais detalhadamente analisadas no capítulo seguinte, através de uma imersão no lugar rural friburguense e os muitos efeitos (e escalas) das transformações sociotécnicas – em especial, aquelas atreladas à comunicação e à informação, marca essencial da produção do espaço capitalista de nosso tempo.

4. Múltiplas escalas de transformação do espaço rural friburguense

Buscaremos desenvolver, aqui, percepções sobre o processo de metropolização e globalização que, conforme nossa hipótese, abarcam o espaço rural friburguense, e as transformações que engendram neste. Daí, pretende-se que haja desdobramentos para que se avalie as transformações nestes espaços e os novos papéis que estes desempenham nas múltiplas escalas com as quais se relacionam (e nas quais estão inseridos).

As pesquisas de campo permitiram endossar a proposta, já aqui explorada, de que se encontra, nesta região, uma conjugação de muitas representações do rural; e, em meio a estas muitas representações, muitas visões em relação às funções, prioridades e significados do rural e da vida que ali se constrói. Nos debruçaremos, de forma ainda embrionária, sobre os modos através dos quais estes processos ocorrem aos olhos de alguns habitantes e lideranças da região do distrito de Campo do Coelho (essencialmente agrícola), Lumiar e São Pedro da Serra (importantes regiões turísticas do estado). Destacar-se-á brevemente, aqui, algumas diferentes perspectivas acerca das visões de mundo (e de mundo rural, em específico) de agentes do Estado (com posições hierárquicas diversas) ou lideranças locais, levantadas através de entrevistas.

As lideranças locais com as quais dialogamos ressaltam que, nos últimos dez anos houve um aumento de problemas que, em regra, são tidos como tipicamente urbanos: o tráfico de drogas e a prostituição. A favelização também é percebida como um processo em curso: segundo um extensionista rural que atua na região, o “Morro da Titica”, na região de Barracão dos Mendes é um exemplo claro desse processo – assinala-se, ainda, que a maior parte de seus moradores trabalharia na cidade.

Com vistas a melhor compreender o processo da metropolização do espaço nestas regiões, buscou-se também analisar a percepção no tocante às relações com o urbano. Assim, a pressão trazida pelos núcleos urbanos próximos foi frequentemente relatada pelos moradores ou agentes de

Estado locais. As mudanças nas cobranças de impostos, por exemplo, foram por muitas vezes citada. Ainda que se perceba que algumas localidades sejam, na prática, um núcleo urbano (pois, na fala de entrevistado, há densidade, comércio e serviços), a cobrança de impostos urbanos ensejaria em uma perda de vínculo com a realidade rural. Outra liderança local, ao ressaltar aquilo que considera enquanto melhorias que ocorreram na localidade de Barracão dos Mendes⁴⁴ (asfaltamento, ampliação na rede de energia elétrica e *internet*), conclui que prefere que não haja mais “melhorias” ou perder-se-ia a “característica de rural”.

Entrementes, compõe o panorama de diretrizes para a agricultura, constituinte do Programa de Metas (PMNF, 2017), a seguinte orientação: “Promover e incentivar melhorias no fornecimento de telefonia e internet nas áreas rurais”. Certamente, esta medida beneficiaria e iria ao encontro da demanda de muitos moradores dessas localidades. Por óbvio, também, o espraiamento de tais tecnologias traz consigo a metamorfose do lugar. Ora, o uso da *internet* (e, posteriormente, da *internet* móvel) já engendrou, em ambiente urbano-metropolitano, transformações substanciais na relação corpo-espço, local-global, presença-ausência. A chegada massiva dessas tecnologias em espaços rurais provocaria, propomos, uma metamorfose espacial e, a ela subjacente, profundas transformações cotidianas: nas relações com o trabalho, a família, o lazer.

A proposição de Neves colabora com a compreensão de possíveis desdobramentos desse processo:

O que ocorre é a urbanização dos comportamentos, que atua muita mais amplamente e de forma mais impactante que a transformação física propriamente. Hábitos, costumes e práticas sociais se transformam dando margem à nova organização espacial, que acaba imprimindo novas marcas e assim novos significados a paisagem geográfica do campo que, até pouco tempo, reconhecíamos e autodeterminávamos facilmente como rural. Por esta razão, surgem estes novos espaços, estas novas paisagens, reconhecidos por seu caráter híbrido, marcados pela integração rural-urbano e assinalados pela forte presença de “urbanidades no rural” (NEVES, 2003, p. 21).

44 Campo do Coelho é composto por várias localidades rurais, dentre elas: Barracão dos Mendes (aqui citada), São Lourenço, Baixada de Salinas, Três Picos, Centenário, Santa Cruz, Patrocínio, Salinas, Florândia da Serra, Conquista.

Delineamos, aqui, que há um processo que tende a perpassar a própria noção de hibridismos ou de urbanidades no rural (ou mesmo da produção de novas ruralidades) – trata-se da hipótese de uma metamorfose ainda mais complexa que se dá no seio do processo de metropolização do espaço. Estes temas serão, assim, desenvolvidos de forma mais aprofundada nas próximas seções.

4.1 Transformações sociotécnicas, globalização e metropolização de localidades rurais: entre ausências e presenças⁴⁵

*Até o momento, a internet
falhou em transformar o mundo em
uma “cidade sem espaço”⁴⁶*

Fabian Braesemann, Vili
Lehdonvirta, and Otto Kässia
(2018, p.1)

*São todas essas técnicas,
incluindo as técnicas da vida, que
nos dão a estrutura de um lugar*
Santos (1996)

A presente seção busca analisar a relação do processo de globalização e metropolização com as transformações nos cotidianos de localidades rurais, baseando-nos empiricamente nas áreas rurais de Nova Friburgo. Conforme anunciado pelo título e pelos trechos nas epígrafes, a proposta é a de pensar a partir das técnicas, suas transformações e seus efeitos na produção do espaço (instigados, sem dúvidas, pelas teses miltonianas acerca da referida relação).

⁴⁵ Destaco dois pontos acerca do título desta seção do texto. Em primeiro lugar, a noção de “sociotécnica”, embora possa parecer redundante (afinal, a técnica é sempre um produto social), visa a salientar esse seu aspecto, e, além disso, as mútuas relações de transformação entre indivíduo/corpo social e a técnica. Em segundo lugar, destacam-se os termos que constam no subtítulo desta seção, que, apesar de aí constarem, não implicam em uma discussão aprofundada nessa obra lefebvrea, embora, sem dúvida, estejam nela inspirados.

⁴⁶ Tradução minha, do original: “So far, the Internet has failed to turn the world into a ‘spaceless city’”.

Neste sentido, compreende-se que a técnica não é somente uma produção instrumental, funcional, com fins específicos e encerrando-se em si mesma. A técnica, enquanto mediação entre o homem e o meio, é uma criação para transformar o espaço a partir de intencionalidades – embora também não se restrinja a isso. Como propõe Santos (1996), elas são “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Em um diálogo com Latour (2005), através de Patrício (2019, p.38), entendemos também a relevância de “apreender objetos ou máquinas como atores”, para, assim, “entender as novas recomposições na paisagem das associações do Social”. É importante ressaltar, novamente, que em nossa perspectiva, a técnica (ou objeto técnico) não é analisada a partir de sua dimensão material ou estritamente mecânica. Santos (1996) destaca que teria sido Maximilien Sorre o primeiro geógrafo a lançar um olhar sobre o fenômeno técnico como um dos fundamentos da geografia humana, já no fim da primeira metade do século passado. Esta perspectiva, desde já, encarava a técnica em seu “sentido amplo, compreendendo tanto elementos espirituais como materiais, [estendendo-se] das formas mais complexas de atividade industrial até as formas mais arcaicas de existência”⁴⁷ (SORRE, 1948, p. 27).

Santos ressalta, ainda na mesma obra, a exigência da fluidez no mundo globalizado, onde a circulação (“de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro”) é fator preponderante para a (re)produção do sistema capitalista e seus atores hegemônicos. A fluidez – sua qualidade e velocidade – está fortemente relacionada ao avanço técnico, e modifica nossa relação com o tempo e o espaço (de modo que alguns falarão em um processo de compressão espaço-temporal). Interessa-nos sublinhar aqui que a relação entre processos sociais, espaço e técnica é complexa, de modo que estas devem ser encaradas enquanto uma totalidade, um fenômeno relacional –

⁴⁷ Tradução nossa, do original: “Ce terme doit être entendu dans un sens plus large, et embrasse aussi bien les éléments spirituels que les éléments matériels. Il s’étend aux formes les plus complexes de l’activité industrielle comme aux formes archaïques de l’existence” (SORRE, 1948, p. 27)

e não como um processo puramente mecânico. Lembramos mais uma vez Santos (1996) quando, tratando do tema, postula que:

a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação (p. 185).

É neste sentido, portanto, que falamos em transformações sociotécnicas, posto que não se trata de pensar as transformações nos objetos técnicos (de produção ou de comunicação, por exemplo) em uma relação de causalidade com transformações na vida cotidiana. Trata-se de uma relação que se retroalimenta em diversas direções, em que técnicas e ações, objetos e necessidades, conhecimentos e intencionalidades provocam mudanças na vida e no espaço dos homens – que provocam, estes também, mudanças nas técnicas.

Assim, o processo ao qual se tem denominado globalização está intrinsecamente ligado à história das técnicas e sua relação com o espaço. É nessa direção que esta seção do texto pretender caminhar: pensar a relação entre: *i)* os avanços técnicos – materiais e imateriais; *ii)* a fluidez como processo constitutivo da relação do homem com o espaço; *iii)* a globalização e a metropolização como fator transformador de espaços rurais.

Com fins de ultrapassar uma proposta tecnicista ou funcionalista dos espaços rurais – em outras palavras, não confundindo ou reduzindo estes espaços ao agrícola – esta relação será avaliada a partir de uma perspectiva não tradicional. Como discutiremos na próxima seção, não se trata de discutir os avanços técnicos do agronegócio e sua inclusão cada vez mais dinâmica na economia global. Esta análise, de extrema relevância, tem sido desenvolvida por muitos autores – por exemplo, Graziano da Silva (1996; 1997; 2001), no caso do agronegócio brasileiro e Marafon e Seabra (2016) no caso fluminense e friburguense.

Nossa lente, aqui, enfoca-se sobre a *internet* como um objeto técnico (composta por tantos outros objetos técnicos) enquanto vetor de transformação da vida cotidiana nas localidades pesquisadas, incluindo-as na rede global de comunicação e informação. Tal processo, no entanto,

acontece de modo difuso – difundindo ritos e signos, “concretizando virtualidades” no lugar (cf. Patrício, 2019).

4.1.1 Por que falar em globalização de lugares rurais?

Ao discutir os rumos da geografia rural, McCarthy (2008) reflete sobre as maneiras como o “campo”⁴⁸ vem se tornando, cada vez mais, “uma *commodity* global, produzida para especificações exatas e padronizadas, em um número crescente de localidades” (p. 129). Neste sentido, retornamos à discussão de que, dadas as complexas e multifacetadas dinâmicas do rural, faz-se necessário, sempre, ter-se em consideração sua inserção dentro de um processo constitutivo mútuo entre rural e urbano; entre local e global.

Assim, no campo da Geografia rural, é imperativo pensar sobre os múltiplos impactos do processo de globalização nesses espaços. Esta necessidade se acentua quando lembramos que, ainda segundo McCarthy (apoiado em Hibbard e Romer, 1999), haveria um pressuposto implícito de que a globalização seria, quase exclusivamente, um processo urbano.

Este imaginário implícito (que se justifica facilmente pelo fato de que os efeitos de tais processos são imediatamente observáveis nas grandes cidades) aloca, mais uma vez, o rural como o residual e como o oposto do urbano. Se a noção de globalização, como nos lembra Milton Santos, pode ser contada como uma fábula, ela só o é nos espaços urbanos. Em outras palavras, a ideia de um modo de vida cosmopolita, da quebra de fronteiras, da comunicação imediata, dentre outras, são sensações experimentadas pelo cidadão da *urbe*. Nos lugares rurais, tais efeitos (os contos da fábula globalizadora) não são percebidos, ou o são de maneira tímida. Não à toa, presenciamos a busca, nestes locais, de certa “autenticidade” que haveria se esvaído nos grandes centros urbanos. Ou seja: a pecha de atrasado traria, em sua outra face, a de “autêntico” e, ainda nesse contexto, a

⁴⁸ Tradução do original: “countryside”.

possibilidade de um desconectar-se desta vida moderna, acelerada e globalizada.

De fato, a globalização não se materializa (somente) como uma fábula e também se impõe enquanto perversidade (como nos lembra Santos, 2001). Dentre seus efeitos (ou seus próprios constituintes) está a seletividade espacial deste processo – ou, nas palavras de Santos (1996), a propagação desigual das técnicas em sua relação com o espaço. Ora, “nem todos os lugares dos distintos territórios nacionais teriam a mesma capacidade para participar do processo de globalização, já que nem todos contariam com as devidas condições objetivas (internas e externas) para serem co-participantes de sua realização” (FIGHERA, 1996, p. 265). A mesma autora, porém, ressalta: “mas hoje *todos* os lugares, sem importar onde se localizem, podem ser incorporados a qualquer momento – de fato o estão, graças à tecnologia do presente – neste processo” (idem, grifos da autora). Assim, mais uma vez, remarcamos a presença (e a ausência, num par dialético) dos processos globalizadores também em localidades rurais, e, em específico, nas localidades objetos de estudo deste trabalho.

Ocorre, no entanto, que este processo se dá, também, sob a égide da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização (LEFEBVRE, 2000), pois, ao passo que busca homogeneizar os espaços, fragmenta-os sob uma lógica hierárquica: os espaços urbanos consolidados, possuindo as condições objetivas, como mencionara Fighera, acessam as benesses deste processo de forma muito mais imediata. Ainda assim, internamente a estes próprios espaços, criam-se fragmentações e hierarquias – em uma seletividade espacial.

Moreira (2007, p. 56) também nos ajuda a ressaltar essa relação hierárquica que se dá através da propagação desigual das técnicas pelo espaço, quando pontua o papel da cidade como “ponto de referência de uma gama de conexões que recobre e vai deitar-se sobre o espaço terrestre como um todo numa única rede”. Segundo o geógrafo:

A cidade é a grande beneficiária desse desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação trazidos pela revolução industrial [...]. Pode-se até periodizar a história das cidades a partir da história da rede. O século XIX é o tempo de hegemonia das cidades portuárias como Londres,

Hamburgo, New York, Rio de Janeiro. O século XX é o tempo da cidade da rede multimodal, em que o aeroporto substitui o papel anterior do porto. Até que chegamos à cidade da rede virtual de hoje. E, assim, à sociedade em rede.

O termo assinalado pelo autor (“sociedade em rede”) tornou-se símbolo da organização do espaço geográfico sob a égide do processo da globalização. A noção de rede destaca-se, portanto, como uma categoria massivamente utilizada no campo da geografia para compreender ou explicar o espaço dos fluxos, a dinâmica da fluidez e da globalização. Segundo Haesbaert (2014), a rede se coloca como um “componente indissociável de nossa concepção relacional de espaço, quando sua manifestação se dá a partir da dominância de uma lógica reticular” (p. 40). Lencioni (2010) avança nessa discussão ao propor que “as redes são mediações, mas também momentos da produção, produtoras de um novo espaço. Podem ser materiais, como uma estrada ou imateriais, como as redes virtuais. Atualmente, essas tendem a crescer, a se diversificarem e a se tornarem mais complexas porque correspondem a necessidades e estratégias contemporâneas da reprodução do capital”.

Tal expressão é título da obra de Castells (2005), onde o autor relaciona a representação de uma sociedade em rede e o fenômeno da globalização. Castells também demonstra a dinâmica entre presença e ausência nestes processos – atingem a totalidade do espaço, ao passo em que não permite a participação equânime de todos. Nas palavras do autor:

Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Porém, como as redes são selectivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente, comunicar e não comunicar, a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social (p. 18).

Mas, afinal por que esta discussão acerca da globalização, de algum modo consolidada no campo da Geografia, traz novos aportes para a análise das transformações no rural, e, em especial, à vida cotidiana no rural? Ora, conforme Santos (2001, p. 23), “a globalização é, de certa

forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. E a lógica do capital exige que este se reinvente, alcance novos nichos de mercado, no intuito de expandir – mundialmente – sua dinâmica; de modo que “o capitalismo vai contribuir para a aceleração do processo que leva à internacionalização das técnicas” (SANTOS, 1996).

Ainda na obra citada, Santos, ao dialogar com Kant, propõe que a história é um progresso sem fim, e um progresso sem fim das técnicas (2001, p.24). Isso exige, portanto, que estejamos sempre (re)pensando o espaço – daí porque o considerarmos sempre em movimento. Levando em consideração a evolução da tecnologia de informação e comunicação, e as transformações – no espaço e no cotidiano – que tais tecnologias suscitam, o geógrafo Milton Santos categorizou o período histórico que vivenciamos como técnico-científico-informacional, “cujo registro no espaço é o meio técnico-científico-informacional, consequência espacial do período marcado pela globalização da produção e do consumo” (ELIAS, 2003, p. 137).

Tais consequências espaciais são largamente estudadas no campo da geografia urbana – embora certamente o tema não se tenha esgotado (posto que, além de sua abrangência, está sempre em devir). De estudos de caso até elaborações teóricas mais complexas, autores da geografia, mas também de outros ramos do conhecimento (como a sociologia, a antropologia e a filosofia), buscaram compreender os efeitos das transformações nas e das técnicas nas relações sociais, na organização do trabalho e, portanto, na produção do espaço. Neste sentido, poder-se-ia traçar “uma direção epistemológica para a Geografia” pensando-a como uma “Filosofia das Técnicas” (ELIAS, 2003, p. 138).

Já no campo da geografia rural, há importantes contribuições de pesquisadores que buscaram compreender, em um primeiro momento, as grandes transformações nas técnicas relacionadas ao espaço rural e seus impactos. Em seguida, e na esteira deste processo, buscou-se compreender os efeitos, no rural, deste período histórico, sob a égide da globalização. Neste sentido, elencam-se pesquisas acerca daquilo que conhecemos como modernização do campo – e seus impactos nos espaços e cotidianos rurais. Mais à frente, busca-se compreender o papel

do *agrobusiness* e das *commodities* agropecuárias no mercado globalizado, para, mais recentemente, discutir o processo de financeirização dos espaços rurais.

O processo de intensas transformações técnicas, levando à chamada modernização conservadora do campo – e à constituição de complexos agroindustriais, conforme destacou Graziano da Silva (1996) – encontra-se dentro de uma dinâmica de avanço das relações capitalistas no campo, que se alastram de forma desigual e conservadora por estes espaços. Nas palavras de Marafon (2010):

A expansão dos complexos agroindustriais (CAIs) do agronegócio ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terra, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais foram formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura). Foram incorporados ao processo produtivo, tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas, cuja produção foi orientada para uma demanda de origem urbana e industrial.

Conforme discutido no capítulo anterior, também as regiões rurais agrícolas de Nova Friburgo se incluíram neste processo de modernização da agricultura – e, assim, na transformação nas relações de trabalho e na produção do espaço, onde as “atividades de cultivo tradicional o conhecido cultivo de caixarias, alimentos da base alimentar camponesa, como o plantio de inhame, mandioca, batata [dão lugar à] prática do cultivo de uma horticultura intensiva e modernizada, feita com a introdução de elementos modernos como uso de agrotóxicos, sementes industrializadas e adubos químicos no cultivo das hortaliças” (EGGER, 2010, p.7). De fato, em campo, notamos a presença de máquinas e da utilização de insumos agrícolas ao observar as paisagens, como existem, também, muitos relatos e pesquisas realizadas no local que endossam este processo.

A modernização conservadora dos espaços agrícolas precede (mas nunca de forma linear) a inserção do espaço rural (e, aqui, enfatizamos o caso brasileiro) dentro de uma economia globalizada, onde produtos agroindustriais tornam-se *commodities* que circulam o globo, advindos de um espaço agrícola cada vez mais modernizado e conectado às demandas do mercado internacional. Assim, “o espaço rural vê-se afetado por lógicas

globais na presença de empresas multinacionais e cooperativas, organizando o espaço, induzindo introdução de culturas, tecnologias e padrões de produção” (FAJARDO, 2011, p. 61). Atinge-se, deste modo, o que hoje se compreende como um processo de financeirização – e estrangeirização – dos espaços rurais.

Para tratar deste último tema, é importante ressaltar as especificidades da agricultura enquanto atividade econômica, e sua relação com as dinâmicas macroeconômicas no cenário de financeirização radical da economia mundial. Em primeiro lugar, a especificidade da produção agrícola, com sua sazonalidade dependente dos ciclos biológicos e climáticos, impõe uma descontinuidade na liberação da produção no mercado, enquanto a demanda e o consumo são contínuos. Tal situação inflige a necessidade dos estoques, que requerem financiamento, bem como a própria possibilidade de reter e distribuir uma mercadoria – que teria uma oferta intermitente – pelo desenvolvimento de inúmeras instituições e inovações financeiras, de negociar com papéis que representem a posse desses ativos, abrindo precedentes para especulação.

Além disso, forma-se um elo entre agricultura e mercado financeiro através das bolsas de mercadoria e futuros. Estas surgem como meio de solucionar questões oriundas da sazonalidade produtiva e de oferta agrícola e como mecanismos de administração de riscos. Seriam um meio de proporcionar liquidez aos produtores no período de não-trabalho, em que seu capital aplicado está imobilizado. Assim, os produtores e compradores poderiam, por exemplo, adiantar no tempo a compra e venda de uma mercadoria, um futuro. As oscilações para cima ou para baixo do preço estabelecido no contrato são descontadas diariamente, de modo a atenuar prejuízos para compradores e vendedores, e os contratos podem ser vendidos a qualquer momento. Deste modo, criam-se mecanismos de especulação financeira, em muito pela reversibilidade das decisões dos agentes econômicos envolvidos nas transações. Soma-se a isto a ampla gama de *comercial papers* advindas da variedade de mercadorias e mecanismos de transações que surgem como inovações financeiras necessárias às inúmeras naturezas de fluxos presentes nas cadeias verticalizadas agroindustriais, desde a lavoura até o consumo.

José Sidnei Gonçalves (2005), explica com clareza tais elos entre produção agrícola, *commodities*, financeirização e seus mecanismos:

Para produtos que desenvolveram mecanismos de operação em bolsa, como as commodities, a venda antecipada pode se constituir numa ação de diluição de risco de preço na safra, pois permite ao agropecuarista, sem pressão das dívidas do crédito bancário para seu capital de giro para custeio da safra, fugir da pressão sazonal de baixos preços.

[...] ao agropecuarista está impingida a necessidade de estruturar suas ações com base em contratos. Mais ainda, se quiser ter acesso ao financiamento da produção e aos mecanismos de estabilização de preços via mercado futuro com papéis negociáveis na bolsa. Trata-se dessa forma de uma contingência da inserção no padrão atual da economia monetária de produção típica da realidade de financeirização da riqueza do capitalismo moderno (GONÇALVES, 2005, p. 18).

Há, ainda, um outro mecanismo que se desenvolve neste contexto e que caracteriza “outro avanço importante do processo financeirização da riqueza na agricultura: a construção do mercado de títulos da propriedade rural com base na emissão de certificados de propriedade fundiária e sua comercialização em Bolsas” (Gonçalves, 2005, p. 27). Isto é, financeirização da riqueza patrimonial. Tal processo tem implicações profundas na conformação da questão agrária nos estados nacionais, tensionando princípios constitucionais que tratam da função social da terra e sua posse, bem como a inalienabilidade da pequena propriedade.

Ainda no que tange à relação entre a terra (rural) e o mercado globalizado no capitalismo contemporâneo, assistimos, também, a um novo momento de estrangeirização da terra (PEREIRA; PAULI, 2016; SASSEN, 2013) – processo este que “é impulsionado, sobretudo, pela mudança da matriz energética, pelo interesse na produção de agrocombustíveis (FERNANDES, 2011; SASSEN, 2013) e alimentos, buscando a segurança alimentar” (PEREIRA; PAULI, 2016, p. 197). Conhecido na literatura internacional como *land grabbing*, o fenômeno de estrangeirização da terra é mais um dos efeitos da globalização em localidades rurais. Trata-se da presença de transnacionais imobiliárias agrícolas, cujos “principais alvos são países da América Latina e África, devido à extensão de terras agricultáveis, com disponibilidade de água, legislação ineficaz e mão-de-obra barata” (idem).

Embora o fenômeno de aquisição de terras por governos ou empresas estrangeiras não seja um processo recente (SASSEN, 2013), no atual estágio da globalização, sob a égide do capital financeiro, esta dinâmica encontra-se em um período delineado por especificidades qualitativas e quantitativas. Segundo Sassen (2013), a fase mais recente nessa “longa história” é caracterizada por um aumento acentuado nas aquisições de terras estrangeiras a partir de 2006, estabelecendo-se como um “global land grab” (uma apropriação global de terras). A autora ressalta, assim, que as “evidências apontam para uma mudança significativa na curva que descreve o tamanho das aquisições gerais. De 2006 a 2010, mais de 70 milhões de hectares de terra foram comprados ou arrendados, para os quais podemos estabelecer compradores e vendedores; esse número salta para mais de 200 milhões de hectares se considerarmos apenas as vendas reportadas” (idem, p. 26)⁴⁹.

De acordo com o relatório do DATALUTA (NERA, 2017), são quatro as empresas transnacionais⁵⁰ (denominadas no documento como “empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais”) que atuam no estado do Rio de Janeiro – duas no monocultivo de árvores, uma na lavoura de café e uma quarta no cultivo de cana-de-açúcar. São empresas brasileiras com presença de capital estrangeiro, empresas norte-americanas e italianas – todas proprietárias de terra no estado⁵¹.

Cabe notar que a estrangeirização das terras está inserida em uma dinâmica mais ampla e complexa, de transformações sociotécnicas – no

⁴⁹ Tradução nossa, do original: “the rapid and sharp increase in foreign land acquisitions that took off in 2006 (what has come to be known as the global land grab). While this can be seen merely as a continuation of an old practice, the available evidence [...] points to significant change in the curve describing the size of overall acquisitions. From 2006 to 2010 over 70 million hectares of land were bought or leased for which we can establish both buyers and sellers; this figure jumps to over 200 million hectares if we consider only reported sales”.

⁵⁰ São elas: Raízen Combustíveis S.A, Luigi Lavazza Spa, Klabin e International Paper do Brasil Ltda.

⁵¹ Importante ressaltar que, ainda que seja expressiva a presença de tais empresas no estado no Rio de Janeiro, são nas áreas de fronteiras agrícolas (notadamente do MATOPIBA) e nas regiões consolidadas do agronegócio onde elas são mais numerosas – e, por conta disso, é sobre estes casos que se debruçam a maior parte das pesquisas (como, por exemplo, PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017; CASTRO, HERSHAW E SAUER, 2017 e PEREIRA; PAULI, 2016).

sentido amplo que expusemos, de objetos técnicos atrelados à ação – que possuem impactos diretos sobre a terra, o controle desta e de seus recursos. Na análise de Castro, Hershaw e Sauer este processo “não se reduz a operações de compra ou arrendamento de glebas por estrangeiros. São processos de apropriação por uma série de iniciativas e mecanismos, que vão de investimentos (compra, leasing, arrendamentos, etc.) por estrangeiros a mudanças legais que rompem as fronteiras nacionais” (2017, p. 75). No caso brasileiro este fenômeno está particularmente relacionado às localidades rurais, uma vez que, ainda de acordo com os autores:

Enquanto fenômeno inserido no novo ciclo de expansão do capital, a apropriação ou estrangeirização de terras está, geralmente, combinada com o avanço das fronteiras agrícolas (o recente caso do MATOPIBA é o mais conhecido), na alta dos preços das glebas, no acirramento dos conflitos fundiários e territoriais (idem, p.76)⁵².

A estrangeirização da terra marca um momento da globalização e internacionalização dos territórios, com particularidades, aqui, sobre as fronteiras do território do agronegócio. Deste modo, os processos acima listados podem ser encarados como transformações sociotécnicas que ajudam a compreender as mudanças, na forma e no conteúdo, nos espaços rurais. Todas têm, no entanto, seu enfoque nas atividades agropecuárias. Deste modo, todo este arcabouço teórico nos ajuda a compreender como (e, de certa forma, quando) o espaço rural brasileiro, analisado sob a ótica funcional – lugar da produção agrícola – transformou-se e foi transformado através da relação técnica-trabalho-espaço. Conforme mencionado, no entanto, a faceta do espaço rural priorizado nessas análises dá conta de um processo circunscrito às relações de uma economia agrária.

No contexto das discussões acerca de um “novo rural” brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1997), de um rural das pluriatividades (SCHNEIDER, 2003) ou de um rural permeado de urbanidades (RUA,

⁵² A já citada expressão “MATOPIBA” é um acrônimo que engloba as iniciais dos estados brasileiros – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia” e é tida como a última fronteira agrícola do cerrado brasileiro (PEREIRA; PAULI, 2019).

2006; 2014), delineiam-se também debates que buscam compreender a relação das transições sociotécnicas e a transformações dos lugares rurais. Em específico, de tais técnicas enquanto vetores de um processo de transformação da vida cotidiana, da relação com o trabalho e da relação entre os lugares (rurais e urbanos).

O avanço técnico no que tange à comunicação e informação (característica inerente ao processo de globalização) chega aos espaços rurais e traz, consigo, transformações – novamente: nas relações de trabalho, de organização e planejamento territorial, nos modos de vida. Assim, coloca-nos frente a outras questões das transformações sociotécnicas no rural, que suplantam aquelas relacionadas ao trabalho agrícola.

Ora, o trabalho é, sem dúvida, tema fulcral quando tratamos da vida cotidiana. Assim, pensar o progresso das técnicas e como estas engendram mudanças nas formas do trabalhar é tarefa central – e deve ser constante. No entanto, dois fatos nos levaram a observar este avanço das técnicas sob outros ângulos; ou seja, sem que o enfoque principal se recaia sobre as técnicas relacionadas ao modo de produção agrícola. São eles: *i)* sob a perspectiva das pluriatividades, ou seja, do rural que não se circunscreve ao agrícola, pensar somente nas transformações sociotécnicas a ele relacionado deixa de fora muitas nuances deste processo; *ii)* compreender a globalização no lugar rural, atualmente, exige inseri-lo e encará-lo como parte do meio-técnico-científico informacional – e então, observar a mutação de toda forma de comunicação, entretenimento e *cibernetização* em curso.

Santos (2001) já falava em uma “agricultura científica globalizada” – que seria vetor de inclusão, então, do espaço rural no meio técnico-científico-informacional: “se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações” (idem, p. 88). Para além dessa agricultura científica globalizada, característica de um espaço rural mecanizado, é inegável que observamos em campo e na fala de entrevistados uma inserção cada vez mais clara dos moradores destes lugares – por vezes, remotos – na

dinâmica da informação e comunicação ditas instantâneas; tendo a *internet* papel central neste processo.

Pawley (1995 *apud* Rifki, 2012), crítico britânico de arquitetura, discutia que, uma vez que o tempo se tornaria instantâneo, o espaço se tornaria desnecessário. Assim, segundo ele, nos depararíamos com uma “cidade sem espaço”, onde “toda a população precisaria somente de um feixe de luz de 30 átomos de diâmetro de um sistema de computador óptico”⁵³. O autor previa, através do que identificou como uma “arquitetura da era da informação”, uma sociedade que estaria, com os avanços cada vez mais intensos da tecnologia da comunicação, paradoxalmente, tornando-se cada vez mais insular e disfuncional (RIFKI, 2012).

Pascal (1987), por sua vez, propunha discussão semelhante, ao entender que a sociedade tenderia à uniformidade; que a cidade (enquanto modelo), tenderia ao desaparecimento. Em um ensaio, onde debate tais temas (intitulado “The vanishing cities”), o autor propõe que o mundo:

(...) sofre entropia, a tendência de equalizar níveis de energia diferentes em um sistema, como, por exemplo, quando uma chaleira de água quente aquece uma sala fria enquanto ela mesma esfria. Entropia, desordem, natureza inexorável de acordo com a segunda lei da termodinâmica, também descreve os sistemas urbanos. As interações humanas ocorrem em um sistema de lugares interconectados, estendendo-se do ponto mais movimentado da maior das cidades até o ponto mais distante do lugar mais ermo. A mudança tecnológica se ramifica através das sociedades, alterando as economias e, assim, difundindo as interações no espaço. Aquilo que uma vez precisava acontecer na cidade, agora pode acontecer em qualquer lugar. A tecnologia, então, molda o destino (PASCAL, 1987, p. 597).⁵⁴

⁵³ Tradução nossa, do original: “In a “spaceless city”, the whole population might require no more than the 30 atom diameter light beam of an optical computer system”.

⁵⁴ Tradução nossa, do original: “The world inclines toward uniformity. It undergoes entropy, the tendency for different energy levels in a system to equalize as, for example, when a kettle of hot water warms a cold room while it itself cools. Entropy, dis-ordering, inexorable in nature according to the second law of thermodynamics, also describes urban systems. Human interactions occur across a system of interconnected places, extending from the busiest point in the largest of cities to the furthest spot in the most desolate of boondocks. Technological change ramifies through societies, altering economies and thereby diffusing the interactions in space. What once had to happen in the city can now take place anywhere. Technology, then, shapes destiny”.

O autor, já na década de 1980, avaliava que “como vivemos, onde vivemos e próximo a quem vivemos, depende de forças subjacentes inerentes à evolução tecnológica e à subsequente mudança econômica”⁵⁵ (idem). Com o olhar centrado nas grandes cidades do hemisfério norte, Pascal reflete acerca da história destas: da criação e maturação da cidade industrial – o modelo de um núcleo urbano denso e concentrado que passa a estagnar, dando lugar a processos como a suburbanização e a formação de regiões metropolitanas; à constituição da cidade pós-industrial – onde, previa o autor, à época: “as tecnologias emergentes em breve começarão a fornecer excelentes substitutos para o contato face-a-face, a principal *raison d’être* remanescente da cidade tradicional” (PASCAL, 1987, p. 599)⁵⁶.

Ele atribuía este sintoma notadamente às tecnologias relacionadas à telemática, à comunicação, à informática. O autor previa, portanto, uma revolução nas funções administrativas das grandes empresas – que substituiriam as interações face-a-face por aquelas mediadas por telas, cabos e áudios.

Seria aquilo que Graham (1998), ao refletir sobre os discursos da geografia do *cyberespaço*, considera a abordagem da “substituição e transcendência” que, a partir de uma perspectiva de um “determinismo tecnológico”, levaria ao fim da geografia (GRAHAM, 1998, p. 167).

De fato, conforme discutimos anteriormente, ao fazer as primeiras análises acerca do processo de metropolização do espaço, as *profecias* de Pascal estavam, ainda que parcialmente, corretas. As transformações na forma de gerência – e nas formas de vida – são inegáveis. No entanto, de acordo com o que também debatemos, a centralização destes processos parece ter acentuado ao invés de distribuir-se pelo território. As grandes empresas globais não abriram mão de estar sediadas nas, também, cidades globais.

⁵⁵ Tradução nossa, do original: “But ultimately, how we live, where we live and near whom we live depend on the underlying forces inherent in technological evolution and subsequent economic change”.

⁵⁶ Tradução nossa, do original: “The newly emerging technologies will soon begin to provide excellent substitutes for face-to-face contact, the chief remaining *raison d’être* of the traditional city”.

Como essa discussão sobre cidades, evolução nas tecnologias de comunicação e informação e globalização chega aos espaços rurais, no entanto? Se refletirmos sobre a profunda transformação (em forma e conteúdo) dos espaços urbanos, e a considerarmos em consonância com a seletividade espacial do movimento de globalização, poderíamos nos deparar com a conclusão, já aqui aventada, que os espaços rurais estão à margem de tal processo.

Mas, conforme buscamos demonstrar ao longo deste texto, conceituar o rural – ainda que enquanto um rural mediano, ou seja, um modelo abstrato de rural – **não** se restringe a opô-lo ao urbano. Assim, o rural não é um “espaço não globalizado”. No entanto, há de se levar em conta que há uma infraestrutura **urbana**⁵⁷ que permite ou facilita, por exemplo, estar conectado à *internet*. É neste sentido que Rifki (2012), postula três axiomas que demonstrariam o nexo entre urbanismo e tecnologias digitais – sendo o primeiro deles exatamente a relação supracitada:

Primeiro, as tecnologias digitais estimulam entidades urbanizadas, principalmente serviços e centros de produção, bem como centro culturais, a localizarem-se sobretudo nas cidades, de modo a facilitar a ampliação de seus mercados, poder e controle sobre espaços regionais, nacionais, internacionais e mesmo globais cada vez mais distantes. Afinal, as cidades têm a infraestrutura para facilitar essa influência e, conseqüentemente, afetar a urbanidade. A infraestrutura urbana, por sua vez, ajuda a ligar, integrar e adicionar dinamismo econômico aos vastos, ampliados e multicêntricos assentamentos urbanos, corredores e regiões de nossa era.

Em segundo lugar, em uma economia global intensamente complexa, multivalente e atualmente volátil, e a crescente velocidade, complexidade e risco de inovação em todos os setores, as cidades parecem atrair uma concentração paralela de ativos e nutrir um “ambiente inovador” para sustentar a competitividade contínua. Criadores e inovadores das tecnologias digitais ainda precisam estar próximos uns dos outros, ou seja, “no meio do processo de inovação”, embora seus produtos possam ser enviados *on-line*, de forma instantânea, para mercados e usuários distantes, bem como para localidades próximas.

Por último, a procura por tecnologias digitais – telefones móveis e fixos, televisões por satélite e por cabo, redes de computadores, comércio eletrônico, serviços de *Internet* – é impulsionada, principalmente, pelo crescimento dos mercados metropolitanos. Cidades globais, que dependem das tecnologias digitais, conduzem a maioria dos

⁵⁷ Grifo nosso, com o intuito de destacar a expressão, que atrela um tipo de estrutura física (estradas, suporte subterrâneo para cabeamento) às cidades.

aspectos de inovação e investimento necessários ao desenvolvimento e manutenção de tecnologias digitais. Afinal, os processos sociais e econômicos urbanos que ocorrem nas cidades exigem velocidade e mobilidade e, por sua vez, resultam em complexidade e dinamismo⁵⁸.

A partir da análise do autor, podemos compreender que haveria uma retroalimentação, ou uma circularidade, no nexo entre as tecnologias (que ele denomina digitais) e os espaços urbanos. Estes – em especial, as metrópoles – concentram a produção e inovação destas tecnologias, mas dependem cada vez delas para (re)produção do seu modo de vida. Assim, ao passo em que tais tecnologias só se realizam plenamente quanto mais estiverem espalhadas pelo globo – ou seja, quanto mais se hegemonizarem –, mais sua criação e existência está centralizada.

Santos (2001), ao tratar da fragmentação inerente ao processo de globalização, também nos lembra que as empresas globais, fragmentando tecnicamente sua produção por diversos locais do planeta, mantêm, ainda assim, uma unidade política de comando centralizada. Mas, além disso, “o sistema técnico dominante no mundo de hoje tem uma outra característica, isto é, a de ser invasor” (SANTOS, 2001, p. 26). Nas palavras do autor:

⁵⁸ Tradução nossa, do original: “First, digital technologies encourage urbanized entities, mainly service and manufacturing as well as cultural centers, to mostly locate in cities and facilitate them to extend their markets, powers, and control to over ever more distant regional, national, international, and even global hinterlands. Cities after all have the infrastructure to facilitate this influence and consequently affect urbanity. Urban infrastructure in turn helps bind, integrate, and add economic dynamism to the vast, extended, and multi-centered urban settlements, corridors and regions of our age. Second, in an intensely complex, multivalent, and currently volatile global economy, and the growing speed, complexity, and riskiness of innovation in all sectors, cities seem to attract a parallel concentration of creative assets and nurture an ‘innovative milieu’ to sustain the ongoing competitiveness. Creators and innovators of the digital technologies still need to be in the proximity of one another, i.e., ‘in the thick of the innovation process’, even though their products can the often be instantaneously sent online to distant markets and users as well as to local urbanites.

Finally, demand for digital technologies -mobile and land-based telephones, satellite and cable TVs, computer networks, electronic commerce, Internet services, is overwhelmingly driven by the growth of metropolitan markets. Global cities, which rely on digital technologies, drive most aspects of innovation and investment necessary for developing and sustaining digital technologies. After all, urban social and economic processes that take place in cities require speed and mobility and in turn result in complexity and dynamism”.

Ele não se contenta em ficar ali onde primeiro se instala e busca espalhar-se, na produção e no território. Pode não o conseguir, mas é essa sua vocação, que é também fundamento da ação dos atores hegemônicos, como, por exemplo, as empresas globais. [...] a técnica hegemônica de que falamos é presente ou passível de presença em toda parte” (idem).

Voltemos, pois, aos nossos lugares rurais, de baixa densidade demográfica, com infraestrutura precária. Como se inserem essas empresas globais e a dinâmica das tecnologias digitais em tais localidades? O quadro abaixo contém fotos que demonstram a presença destas tecnologias na localidade rural de Barracão dos Mendes: da antena parabólica tradicional, passando pela antena digital, chegando à distribuição da *internet* banda larga.

Figura 13: Mosaico de fotografias – Presença dos artefatos de conectividade em Barracão dos Mendes, Nova Friburgo, 2018.

Fonte: Autora (2016 e 2019).

A presença cada vez mais expressiva dessas empresas de telecomunicações observadas em campo ajuda a evidenciar esta outra faceta da globalização dos espaços rurais: a que não se limita às tecnologias de produção agropecuária. É evidente que tecnologias de comunicação estão ligadas ao modo de produção – influenciam na forma de comercialização e distribuição, para dar um primeiro exemplo. Alguns estudos destacam, por exemplo, que as tecnologias de informação e comunicação (incluindo as novas mídias comunicacionais) poderiam trazer benefícios “como uma maior eficiência na gestão da propriedade, diminuindo os custos e melhorando as tomadas de decisão e incentivo no

uso mais racional dos recursos, aumentando os lucros devido a uma maior produtividade” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 71).

No entanto, buscaremos demonstrar outros efeitos da presença dessas urbanidades (e, também, de empresas globais) nos espaços rurais estudados; demonstrando transformações na vida cotidiana que, muitas vezes, são avaliadas somente no âmbito dos espaços urbanos. Alguns destes aspectos – posto que é impossível analisá-los em sua plenitude – serão considerados nas próximas seções deste capítulo.

4.2 Ruralidades e expressões do lazer: práticas espaciais contraditórias

O tema do lazer é inescapável no contexto desta pesquisa – ora, constitui, como já propunha Lefebvre (1977), uma das dimensões da vida cotidiana, ao lado do trabalho e da família. Nesse sentido, o tema surgia, constantemente, nos relatos de nossos interlocutores. Além disso, o lugar rural é, para muitos, sinônimo de lugar de lazer, uma vez que constitui exatamente a quebra do cotidiano programado (LEFEBVRE, 1977), através da, já aqui discutida, fuga da urbanidade. Este movimento não é novidade – a produção literária de gregos e latinos, e, em especial, o movimento Arcadista, já levantavam esta necessidade humana desde meados do século XVIII, com os preceitos de *fugere urbem* e *locus amoenus*, que tratavam, através da literatura, da dialética campo/cidade (REBELLO, 2014). O poeta árcade luso-brasileiro, Tomás Antônio Gonzaga, em sua obra “Lira XXIII”, publicada em livro em 1792, já clamava pela vida “Num sítio ameno,/ Cheio de rosas,/ De brancos lírios,/ Murtas viçosas”.

A citada dialética entre campo e cidade, rural e urbano, ruralidades e urbanidades tem contornos específicos na atividade turística, enquanto expressão do lazer nas localidades pesquisadas. O “sítio ameno” citado pelo poeta do século XVIII, é até hoje procurado pelos turistas da metrópole que buscam, nessas localidades, o rural idílico, bucólico (representante do movimento árcade), para o turismo eventual ou de segunda residência. Se há uma série de representações que permeiam a noção de ruralidade e do lugar rural, essa, sem dúvida, é a principal quando avaliada do ponto de

vista do turista. A representação do rural turístico mescla aquela de uma *permanência bucólica* (tal qual citada no capítulo sobre as representações do espaço de Nova Friburgo) com um rural recheado de urbanidades, que permitem ao turista usufruir do *locus amoenus* sem uma ação de *fugere urbem* mais radical. Em outras palavras, e como veremos também nos tópicos a seguir, a noção de amenidade passa pelo bem-estar buscado através do bucolismo rural, até os pequenos confortos atrelados à urbanidade⁵⁹.

Os sítios à venda no local reforçam estas representações: destacam-se a “característica rural”, as belezas cênicas, o acesso à atributos naturais, notadamente relacionados ao ecoturismo; ao passo em que se reforça a proximidade do centro urbano e o conforto destas casas ou terrenos com preços, às vezes, milionários:

⁵⁹ O dicionário do Google propõe como significados da palavra: estado, caráter ou qualidade daquilo que é ameno, aprazível; (...) conjunto de qualidades e condições (de clima, vegetação etc.) que despertam prazer e bem-estar; (...); demonstração de polidez; urbanidade, cortesia.

Figura 14: Trecho de divulgação de jornal de imobiliária.

Fonte: Autora (2019).

Assim, demonstra-se aquilo que McCarthy (2008) considerava como um rural pós-produtivista em uma relação paradoxal com o urbano: “superficialmente opostos, mas fundamentalmente conectados”. Essa relação será demonstrada, também, nos tópicos seguintes. Na próxima seção, em especial, onde será explorado um caso específico das transformações espaciais relacionadas ao turismo na região (através da plataforma do Airbnb), mostrar-se-á como essas representações são reafirmadas pelas práticas espaciais dos turistas. Aqui, já adiantando um ponto dessa discussão, podemos destacar a presença das “amenidades” (assim chamadas pela própria plataforma) mais presentes nas casas de veraneio das localidades de Nova Friburgo. Dentre os elencados pelo próprio *site*, as amenidades que mais se destacam nas hospedagens turísticas são: cozinha, estacionamento, internet e ar condicionado – todos

presentes em mais de 60% das acomodações friburguenses (AIRDNA, 2019).

Assim, a ruralidade é consumida enquanto uma experiência e uma paisagem específica pensadas para as elites (McCarthy, 2008). “O Turismo, à sua maneira, se erige em subsistema na chamada sociedade de consumo. Ou a “Cultura”, que, nessa iluminação, constitui uma entidade” (LEFEBVRE, 1991). Portanto, este processo nos coloca à frente da contradição exposta por Harvey (2003), pois, ao passo em que se enfatizam as características “excêntricas” do lugar rural – qualidades únicas e insubstituíveis – como marcas que possibilitam o rendimento monopólico, “nenhum item pode ser tão único ou tão especial a ponto de estar totalmente fora do cálculo monetário” (idem, p. 143). E, como a própria mercadologia exige a fungibilidade, tendendo a destruir qualidades únicas, encontramos-nos frente uma certa padronização do lugar – e, em específico, do lugar rural. Esta contradição apontada por Harvey é também trabalhada por Castrogiovanni (2007) enquanto um movimento dicotômico dos turistas que “solicitam, por um lado, a intocabilidade da natureza e dos elementos Culturais do Lugar Turístico, mas, contraditoriamente, são nítidos os investimentos na culturalização da natureza, através do processo técnico-informacional, estereotipando o Espaço Turístico”. Aproxima-se, assim, daquilo sobre o que refletia Silva (2017): “o homogêneo recai à equivalência, já que tornar igual implica, em um procedimento lógico-formal, tornar-se intercambiável. Torna-se equivalente, o que, em sua lógica no interior do movimento, se repõe nos termos da possibilidade da troca, no movimento inerente ao mundo da mercadoria”.

A pequena centralidade de Lumiar, outrora ponto de comércio para os moradores e pequenos agricultores, hoje encontra-se enquanto um ambiente de certa forma pasteurizado, com empreendimentos turísticos que encontramos – na moda – nos grandes centros metropolitanos, nos centros de cidades médias, nos aeroportos... Não, não se trata – ainda – da presença de um emblemático McDonalds ao lado do coreto da praça... Mas de *hamburguerias* (com nomes americanos), “barber shops”, entre outros. Apesar da cada vez maior “efervescência cultural” do lugar, não encontramos nenhum vestígio de que a participação nesses circuitos

gastronômicos ou culturais estivesse sendo acessado por novos e velhos moradores, por assim dizer.

Em nossa hipótese, assim como nas provocações de Massey (2000), não é somente o acesso ou não ao capital que explica este processo. É claro: os preços destes estabelecimentos – gastronômicos, sobretudo – corresponde a um público de classe média dos centros urbanos vizinhos (em especial aqueles pertencentes à RMRJ), com expressividade maior para a capital do estado. Trata-se de uma média salarial de alguns salários mínimos, que em nada se compara à média salarial, por exemplo, dos pequenos produtores ou dos trabalhadores de apoio ao turismo (caseiros, faxineiras) ou no comércio local. Já, aí, o circular no espaço é seletivo. Para além disso, no entanto, está uma seletividade subjetiva – ali o antigo morador trabalha, faz compras (os mercados maiores e com mais variedade estão ali), procura remédios... Mas não circula pelo mesmo circuito do turista – ou do novo morador que, neste caso, comporta-se mais como o turista que como o morador antigo. Lembremos mais uma vez de Santos (1996b) quanto assinala que:

A imaterialidade também é um constrangimento às vezes mais forte do que a materialidade: essa ideia de tecnosfera e de psicosfera que andamos tentando difundir, de um lado esta esfera técnica que envolve o homem no fim do século, e, de outro, a esfera das paixões, das crenças, dos desejos, tão objetiva em nossa vida quanto objetiva é a esfera da materialidade.

Há indícios, assim, que merecem a provocação: que tipo de espaço se cria a partir desse movimento, que práticas espaciais incentiva ou constrange, sobretudo no que diz respeito àquelas do antigo morador? Ele se sente livre para circular na centralidade deste “seu” lugar? Há, sem dúvidas, efeitos no cotidiano, quando avaliado a partir das dimensões da corporeidade, da individualidade e da sociabilidade (tal qual propunha Santos, 1996b), ou seja, das múltiplas escalas – materiais e simbólicas – que atuam na relação entre o ser e o espaço. A corporeidade vê-se espacialmente restrita, não por obstáculos físicos ou materiais (a distância ou a possibilidade de mobilidade poderiam ser um deles), mas por individualidades que, embora convivendo e coexistindo, ainda possuem *habitus* que, por vezes, não se cruzam.

A mobilidade, enquanto um conceito amplo, é também uma das expressões contraditórias do lazer com a qual esbarramos. Mobilidade diz respeito à possibilidade de mover-se, de circular, de ir de um ponto no espaço a outro. Ocorre, porém, que a relação sociedade-técnica-espaço tornou mais complexa esta conceituação; assim, “precisamos nos perguntar se nossa relativa mobilidade e poder sobre a mobilidade e a comunicação aumenta o aprisionamento espacial de outros grupos” (MASSEY, 2000).

O que notamos em campo é, em verdade, mais uma contradição: uma multiterritorialidade das elites (ou seja, um “usufruto de múltiplos territórios”, cf. Haesbaert, 2004), ao passo em que ainda parece haver uma restrição espacial dos antigos moradores. Para além dos exemplos citados (que confrontam o circular dos turistas metropolitanos com aquele dos moradores locais), há exemplos mais radicais que evidenciam estas distintas dinâmicas.

Lencioni (2014) e Graham e Marvin (2002), destacam a sofisticação na mobilidade das elites da maior metrópole brasileira – com transformações nos arranjos espaciais, tanto do solo quanto da atmosfera, resultantes do crescimento na quantidade de helipontos (LENCIONI, 2014). Assim,

Movidos pelo medo de roubos de carros e pelo inexorável engarrafamento das ruas da cidade - uma cidade com 8.500 assassinatos por ano, uma taxa dez vezes maior que a de Nova York - os moradores mais privilegiados da megacidade brasileira de São Paulo descobriram os meios definitivos para escapar das restrições da rodovia, da rua e até da superfície terrestre em suas viagens pela cidade: um helicóptero pessoal. [...] segundo o New York Times, a frota de helicópteros pessoais de São Paulo é a que mais cresce no mundo, um símbolo poderoso dos extremos quase surreais de riqueza e pobreza da cidade. "Por que se contentar com uma BMW blindada quando você pode comprar um helicóptero?", pergunta Eric Wassen, um revendedor local. Ao mesmo tempo, os 3,7 milhões de usuários diários dos 10.400 ônibus da cidade enfrentam atrasos crescentes, poluição e violência em meio a um sistema de transporte público caótico e em colapso e riscos crescentes de violência (GRAHAM, MARVIN, 2002)⁶⁰.

⁶⁰ Tradução nossa, do original: “Driven by fear of car-jacking and the inexorable gridlocking of the city’s streets – a city with 8,500 murders a year, a rate ten times that of New York – the most privileged residents of the Brazilian megacity of São Paulo have discovered the ultimate means to escape the constraints of the highway, the street and even the terrestrial surface in their journeys around the

A desigualdade socioespacial exposta na reflexão dos autores não é, no entanto, exclusiva das grandes metrópoles. Isso ocorre em relação a diversas esferas da vida, mas, aqui, tratamos especificamente das distintas e contraditórias dinâmicas de mobilidade que constituem o lugar rural estudado. Enquanto lugar a ser consumido pelas elites, encontramos lá, também, um heliponto, em um estabelecimento turístico de alto padrão, o “Eco-Resort Villa São Romão”.

Figura 15: Heliponto em “Eco-Resort Villa São Romão”, Lumiar, Nova Friburgo.

Fonte: TRIPADVISOR, 2019.

Retornamos, então, à discussão proposta por Hidalgo, Arenas e Santanas (2016), que postulam a representação do espaço rural transformado em utopia, que, em verdade, depende da difusão da lógica metropolitana a espaços rurais (o heliponto e a hipermobilidade é mais um desses exemplos), cria, também, fenômenos de “elitização, exclusão,

city: a personal helicopter. At over 400 and increasing rapidly, the New York Times reports, São Paulo’s personal helicopter fleet is the fastest growing in the world, a powerful symbol of the almost surreal extremes of wealth and poverty in the city (15 February 2000, p. 1). ‘Why settle for an armoured BMW when you can afford a helicopter?’ asks Eric Wassen, a local dealer. At the same time the 3.7 million daily users of the city’s 10,400 buses face heightening delays, pollution and violence amidst a chaotic, collapsing public transport system and heightening risks of violence”.

segregação e degradação ambiental” (p. 28), sua antinomia: uma *distópolis*, a partir da dispersão de novas (e velhas) formas de segregação e elitização dos espaços. É o que McCarthy (2008) destaca como a criação da demanda de um lugar rural que orchestra a produção e o uso reterritorializados, baseados em imaginários, desejos e performances, de uma elite – através (mas não exclusivamente) dessa capacidade de mobilidade cada vez mais sofisticada.

Enquanto isso, serviços básicos como a presença de bancos, de coleta de lixo (para falar em infraestrutura básica) e centros culturais, musicais ou audiovisuais (aqui, enfatizando dispositivos relacionados ao lazer) seguem altamente fragilizados nas localidades pesquisadas. Como veremos nos próximos tópicos, a presença da *internet* parece avançar mais rapidamente nesses lugares que, por exemplo, a pavimentação de vias. Diversas vezes ouvi da população local que só iam às cidades vizinhas ou mesmo à metrópole do estado quando algum quadro de saúde os obrigava – dada a precariedade do sistema de saúde no município e, em especial, nas suas áreas rurais.

Essa precarização nos coloca frente a mais um ponto contraditório relativo às práticas espaciais atinentes ao lazer nas localidades estudadas. Por um lado, a ruralidade aparece, ela própria, enquanto uma instância de lazer: ela é (ainda que ilusoriamente) a quebra do cotidiano programado dos sujeitos urbano-metropolitanos, que buscam, ali, o consumo daquele espaço como lazer (visto, por vezes, como o *outro*, na perspectiva dicotômica entre rural e urbano). Esse lazer é multidimensional: tem sua face nos atributos ecológicos (o ecoturismo e o consumo da paisagem), nos atributos culturais (o agroturismo e o consumo da alteridade), para dar alguns exemplos. Por outro lado, a fala de alguns interlocutores (notadamente agricultores ou trabalhadores de apoio da atividade turística, tanto de Campo do Coelho como do eixo Lumiar-São Pedro da Serra) ressaltam que o “lazer no rural é só Igreja”⁶¹.

⁶¹ Fala de um interlocutor durante pesquisa de campo.

De fato, são muitas as Igrejas – de muitas matrizes religiosas⁶² – que compõem a paisagem do rural friburguense. Mayer (2003) aponta como “a religião católica marca profundamente as origens de Nova Friburgo (...) [a Igreja católica é] identificada com o aparelho de Estado é evidentemente uma marca da tradição autoritária que auxiliaria a persistente duração de mandonismo e elitismo que impregnou as relações entre sociedade e estado no Brasil influenciando a vida familiar, o ensino e limitada prática da cidadania” (MAYER, 2003, p. 84).

Assim, se muitas vezes o rural é procurado como espaço de lazer e se, frequentemente isso ocorre pela busca (de um imaginário) de tranquilidade e sossego (encarnadas no *fugere urbem*), ele também é, em algumas práticas espaciais, a própria ausência do lazer – e, em função disso, “é também expressivo o número de casos de depressão e crise de nervos” (MAYER, 2003). O alcoolismo, neste contexto, também aparece como uma consequência desse processo. Deste modo, não à toa a Igreja apresenta grande função agregadora e fomentadora da sociabilidade. Se o era há cerca de 20 anos, quando Mayer publicou seu trabalho, ainda o é hoje. A enorme carga de trabalho na lavoura também aparece enquanto um fator restritivo do tempo livre, tornando essa contradição (espaço consumido como lazer e espaço da ausência do lazer) ainda mais densa.

A presença da *internet* nessas localidades será um novo fator nesse arranjo. De fato, sua presença foi se alastrando durante os anos de pesquisa de campo, surgindo na fala de moradores, inclusive os produtores rurais, cada vez mais como uma técnica-base para o trabalho, para a comunicação, mas, também, para o lazer. Este tema será retomado mais à frente. No próximo tópico, porém, aprofundaremos a faceta turística – enquanto expressão (contraditória) do lazer –, em uma incursão nos efeitos da presença de empresas globais (aqui, exemplificadas pelo *Airbnb*),

⁶² De fato, a presença da religiosidade e misticidade em Nova Friburgo e sua forte relação com a produção do espaço (e da sociabilidade) rural mereciam uma pesquisa por si só. Além do citado catolicismo, há forte presença do protestantismo, e da Igreja pentecostal, do Sufismo, Umbanda, Santo Daime e outras manifestações religiosas.

mediadas pelas técnicas de informação e comunicação, nos lugares rurais friburguenses.

4.2.2. Proprietários ausentes e dinâmicas da globalização em localidades rurais: lançando um olhar ao caso do *AirBnb*

Em sua obra de 1999, Bauman, ao discutir a globalização – e as consequências humanas deste processo –, levanta o debate acerca de uma dinâmica que intitula “proprietários ausentes”. Em tempos de globalização, relata o autor, “a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado” (1999, p.16). A noção de proprietário ausente, em sua primeira versão, buscava dar conta daqueles proprietários – de terra – cujo único interesse era extrair renda, ou “produto excedente” de suas propriedades, sem que nela trabalhassem ou sequer habitassem. Ainda que ausentes (ou seja, negligentes quanto à vida cotidiana que ali exercia seu labor ou moradia), estes proprietários dependiam da eficiência do trabalho alheio (e da terra) para obtenção de sua renda. A terra, também, tinha limites e restringia (ainda que não de forma definitiva) a ausência do tal proprietário – em verdade, limitava sua mobilidade.

O atual momento de liquidez do capital, das formas de circulação e organização deste, eleva a desobrigação ou o *deslimite* dos ditos proprietários a outro patamar. Proprietários de uma empresa (mas não de seu solo) ou acionistas (“proprietários” de muitas empresas) veem o capital mover-se (e ampliar-se) livremente. Poucos são os limites de sua ampliação e movimentação – ainda que, sobre o terreno (e os trabalhadores que dali tiram seu meio de vida), a pressão seja cada vez maior. Em outras palavras, o terreno e os trabalhadores estão chegando cada vez mais perto de seus limites.

Na terminologia lefebvriana (2006), tal ausência faz-se presente: a pretensa liquidez da relação proprietário e propriedade (a *ausência*) concretiza-se numa negligência, cada vez maior, imposta aos lugares e às pessoas (a *presença*). Neste sentido, instala-se, nas palavras de Bauman

(1999, p.16), “uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da ‘vida como um todo’”. Tal assimetria, conforme discute o filósofo, marca um momento em que “o poder, agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar as consequências dessa exploração” (idem). Assim, tais proprietários estão livres (ou ausentam-se) das responsabilidades – territoriais, localizadas nos lugares e cotidianos – sobre os efeitos de suas atividades. O capital, aparentemente, encontra-se sem amarras locais – ainda que dependendo, sob diversos ângulos, da existência do lugar (enquanto dimensão do espaço) e de seus atributos socionaturais.

Tal sentido (ou benefício perverso) da globalização ainda não tem sua realização completa nas localidades de inclinação agrícola de Nova Friburgo. A forma de organização do trabalho ainda se encontra, de certa maneira, atrelada ao terreno (seja dos proprietários, meeiros ou arrendatários), que sofre os impactos e as consequências da exploração. Aqui, destacamos: *i)* a exploração da terra e de seus recursos; *ii)* a exploração de sua saúde, levando-se em consideração as condições de trabalho (esforço físico e psíquico; uso de agrotóxicos, etc.); *iii)* as intempéries socioambientais (tome-se, como exemplo emblemático, as chuvas e os deslizamentos de terra ocorridos em 2011).

A terra ou terreno (considerados em sua dimensão física) e a rede de relações que aí se desenvolve – o escoamento da produção (seja pelo CEASA, através de atravessadores ou da venda direta), negociações entre vizinhos e associações de produtores e moradores, por exemplo – enfatizam a dependência do lugar (e, aqui, em específico, o lugar rural) como meio de vida.

O mesmo não ocorre (ou ocorre sob dinâmicas quantitativa e qualitativamente distintas) com as empresas globais que se concretizam nesses lugares. Citaremos, aqui, algumas relatadas em entrevistas (é o exemplo da *Netflix*) e outras cujos braços locais podem ser descobertos pelo uso de ferramentas de busca – destacamos, neste ponto, o *Airbnb*.

Trata-se de uma plataforma na *internet* onde usuários podem alugar suas casas (inteiras ou de forma partilhada) para hóspedes, através da mediação do *site*. A empresa, com sede principal em São Francisco, nos

Estados Unidos, tem acomodações listadas em cerca de 100 mil cidades e 191 países, hospedando, em sua plataforma, aproximadamente 6 milhões de acomodações (AIRBNB, 2019).

Segundo Jorge (2017), a empresa, “que começou com o aluguel de camas para turistas na casa dos próprios donos”, tem valor de mercado superior ao de grandes redes de hotéis tradicionais (MUNKØE, 2017). Ela enquadra-se no escopo do que tem se denominado economia compartilhada (bem como a Uber – e, juntas, compõem as duas maiores deste nicho). Segundo o mesmo autor, embora não se tenha uma noção definitiva dos modelos de *business* que constituiriam este ramo, a economia compartilhada seria: “1) baseada em *peer-to-peer* e não em *business-to-consumer* ou *business-to-business* e 2) baseada em transações de aluguel ou similares/compra de acesso em vez de uma mudança permanente de propriedade/venda”. Já na visão de Schor (2015, p. 14), a economia compartilhada define-se como uma atividade econômica “*Peer-to-Peer*, ou pessoa a pessoa, facilitada por plataformas digitais”⁶³. Apesar do teor positivo da noção de “compartilhar”, muitos autores já discutem os rumos deste modelo de organização empresarial.

A dinâmica de funcionamento do Airbnb envolve, paradoxalmente, o proprietário ausente (agora múltiplo e invisível – quando composto por uma rede de acionistas) e o proprietário presente, ou seja, aquele que sofre os impactos locais (da estrada não asfaltada à infiltração na casa) de seu empreendimento. Este formato dá uma nova vida ao processo que já ajuda a caracterizar a história do lugar rural e sua transformação. Talvez, vá ao encontro daquilo que Santos (1996b, p.11) aponte como a “horizontalidade [que] se completa com verticalidades formadas por pontos discretos povoados por agentes hegemônicos desinteressados da vizinhança, despreocupados da co-presença”.

De fato, a história do rural carrega, também, a história da expropriação das terras e da espoliação. A cidade, desde há muito, configura-se como lócus da gestão. Nas palavras de Lefebvre:

⁶³ Tradução nossa, do original: “I define the new sharing economy as economic activity that is Peer-to-Peer, or person-to-person, facilitated by digital platforms”.

O campo muda: passa do domínio feudal ao arrendamento; alamedas de ciprestes conduzem os arrendatários à morada do senhor, onde se encontra um administrador, pois o proprietário mora na cidade, onde é banqueiro, grande comerciante.

Os que fazem o espaço (os camponeses, os artesãos) não são os que o gerem servindo-se dele para organizar a produção e a reprodução sociais, a saber, os sacerdotes, guerreiros, escribas, príncipes. Estes possuem o espaço que outros produzem, e o apropriam dele usufruindo (2006, p. 9)

O caso em tela, do *Airbnb*, direciona uma dinâmica parecida, sob outro contexto e a partir de outras técnicas.

Apesar de ser relativamente jovem (o projeto teve início em 2008, cf. Gago, 2018), a plataforma de hospedagem já alcança números exorbitantes. Além do sucesso econômico (com valor de mercado e faturamento na casa dos bilhões), das altas colocações nos rankings de *start-ups* mais bem-sucedidas da década, já são também numerosos os estudos que demonstram os impactos deste modelo de hospedagem no espaço urbano.

Guttentag (2013, p. 8) nos mostra em suas pesquisas como, rapidamente, o número de acomodações – e de noites ocupadas – desse modelo de alojamento já disputava com as maiores cadeias internacionais de hotéis. De fato, o rápido crescimento da plataforma *on-line* trouxe consigo transformações sob diversos ângulos, que ultrapassam o mote da inovação de mercado (ou seu efeito negativo para os formatos clássicos de hospedagem). Mudanças nas preferências relacionadas às atividades turísticas (Guttentag fala no crescimento de um turismo informal), atreladas aos avanços nas tecnologias de comunicação e informação, trouxeram, também, mudanças na organização socioespacial – inicialmente, das grandes cidades turísticas. Dentre os casos frequentemente estudados, estão Nova York e cidades europeias como Barcelona, Lisboa (WACHSMUTH; ALEXANDER, 2018; GANT, 2016).

A relação entre essa nova forma de hospedar-se (e, na sua esteira, novas facetas do fazer turístico) e o processo de gentrificação é avaliada por diversos autores (como CHAMUSCA *et al*, 2019). Nos casos específicos das cidades citadas, os autores demonstram como há uma crescente conversão de moradias em acomodações para visitantes e

turistas, o que engendra em impactos na oferta de moradia e, no extremo, coloca em pauta a *turismofobia* e a xenofobia – ao passo em que promovem a produção de uma paisagem urbana *disneylândica* (CHAMUSCA *et al*, 2019).

Assim, os primeiros impactos socioespaciais do crescimento deste modelo de alojamento sentiram-se nas grandes cidades turísticas, onde (ainda que não exclusivamente por conta de tal modelo) iniciou-se um processo de gentrificação e de uma problemática especulação imobiliária, levantando questões como o direito à moradia e a proliferação de imóveis ociosos. Este processo, no entanto, implica, necessariamente, “um exercício ancorado à reticularidade que o espaço contemporâneo desenha” (PATRÍCIO, 2019). Essa reticularidade remete, portanto, a uma trama que, conforme nos lembra a autora, se sobrepõe ao espaço físico. A presença da técnica (física e virtual) necessária para a existência e manutenção do modelo do Airbnb, provoca tensões e transformações no espaço. De início, das grandes metrópoles. Mas, com inclinação a globalizar-se, encontra também nas localidades rurais espaços para o consumo. Assim, “neste contexto, [...] a gentrificação se tem manifestado, cada vez mais, como um **procedimento global**, estimulada pelo surgimento de novos atores, tematizada por novas plataformas, e ativada por novos meios de circulação de indivíduos” (idem, grifos nossos).

É por este prisma que podemos encarar a proposta por detrás do conceito da empresa: “reserve acomodações e experiências únicas” (AIRBNB, 2019), que já denuncia a pretensão em extrapolar os grandes centros urbanos. Embora a cidade do Rio de Janeiro configure como uma das que mais possui estabelecimentos deste tipo no mundo (em 2018 estava posicionada na quinta posição, com 30.302 acomodações ativas, cf. FORBES, 2018), atualmente, o crescimento proporcional do número de acomodações em municípios menores – como Nova Friburgo – supera o da capital. Veja-se nos gráficos abaixo a curva de crescimento deste tipo de acomodação nos últimos três anos:

Gráfico 3: crescimento na oferta de acomodações ofertadas pelo *Airbnb*, no município de Nova Friburgo, 2016-2019.

Gráfico 4: crescimento na oferta de acomodações ofertadas pelo *Airbnb*, no município do Rio de Janeiro, 2016-2019.

Fonte: Airdna.co, 2019.

Os gráficos demonstram uma dinâmica diferente nos dois municípios, no que tange ao crescimento da quantidade de acomodações hospedadas no *site* do *Airbnb*. O primeiro gráfico expõe uma linha ascendente, partindo da ausência de acomodações no primeiro trimestre do ano de 2016 até superar a marca das quinhentas (500) acomodações no primeiro trimestre de 2019. Deve-se ressaltar, aqui, além da elevada taxa de crescimento no número de acomodações (imediatamente identificável, a partir do desenho do gráfico), o fato de que ele demonstra uma ascensão quase constante (com exceção do último trimestre de 2016 e do primeiro trimestre de 2017, onde há uma ligeira queda⁶⁴); mas, sobretudo, a inexistência desses empreendimentos no início do ano de 2016. A capital do estado, cuja dinâmica demonstra-se no segundo gráfico, apresenta um leve crescimento do primeiro trimestre de 2016 até o primeiro trimestre de 2019. Há uma importante guinada no segundo semestre de

⁶⁴ Em verdade, não se trata de uma queda, mas, também, de um reflexo dos Jogos Olímpicos de 2016, sediados na capital do Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, houve um crescimento acentuado no momento anterior e durante as Olimpíadas, seguido de uma queda, com a retirada de imóveis que visavam a lucrar com as altas dos preços deste período específico. Este fenômeno acompanhou, em menor escala, o movimento da cidade do Rio de Janeiro – efeitos de um espaço em metropolização.

2016, reflexo da realização dos Jogos Olímpicos na cidade, quando a plataforma se torna alternativa oficial de acomodação para o evento (AIRBNB, 2019b). Do período pós-Olimpíadas (em que muitos anfitriões ofereceram acomodações exclusivamente para esse evento, devido à alta demanda e à elevação dos preços) até 2019, pode-se notar que há uma certa estabilidade no número de acomodações oferecidas na plataforma.

Podemos, então, avaliar que há uma saturação desse formato de acomodação da capital do estado, ao passo em que se encontra em franca ascensão no município de Nova Friburgo. Além do crescimento bruto no número de acomodações no município, podemos citar, à guisa de exemplo, a receita bruta mensal gerada por essa modalidade de hospedagem no município: de um total de R\$ 46.708 de receita em maio de 2017, passa-se a R\$ 479.887 em maio de 2019⁶⁵ – o que representa um crescimento de mais de 900% em 2 anos (823,83%, se considerarmos a inflação no período⁶⁶). Ao levar em consideração a sazonalidade turística na região, podemos notar que a maior receita bruta foi atingida no carnaval último (março de 2019), quando chegou quase à soma de 1 milhão⁶⁷. Importante ressaltar, assim, o que poderíamos encarar como uma outra modalidade de estrangeirização da terra – não através da posse ou propriedade privada desta, mas pela presença deste “proprietário ausente”. Em outras palavras, internacionaliza-se o lucro levantado a partir da oferta de hospedagem nessas localidades: o consumo do lugar rural.

A partir destes dados, buscamos responder a seguinte pergunta: que tipos de acomodações são ofertadas (e, sobretudo, buscadas) nessa plataforma? Em outras palavras, que representações do lugar rural têm atraído mais hóspedes ou turistas, através da mediação desta plataforma?

A figura abaixo nos mostra os empreendimentos do *Airbnb*, no município de Nova Friburgo, que geraram a maior receita no período de um ano (2018-2019). Ao avaliar as dez hospedagens, podemos demonstrar,

⁶⁵ Dados obtidos em Airdna.com.

⁶⁶ Valor corrigido no período de maio de 2017 a maio de 2019, de acordo com o IGP-M (FGV).

⁶⁷ No mês de março de 2019, a receita bruta gerada por acomodações desse tipo foi de R\$ 974.296,00.

empiricamente, algumas das representações de rural que sobressaem quando se busca estes lugares para o fazer turístico. Antes de elencar as amenidades⁶⁸ à disposição do hóspede nessas acomodações, podemos avaliar, de forma geral, as acomodações mais atraentes e responder: que características desses espaços elas propagandeiam para atrair mais clientes? Como descrevem (ou, na terminologia lefebvriana, como percebem) esse lugar rural – e que aspectos deste ressaltam? Afinal, que rural está se buscando (material e simbolicamente)?

⁶⁸ O próprio *Airbnb* intitula de amenidades algumas características que elenca, que podem, ou não, estar presentes nas acomodações.

Acomodação	Receita anual	Taxa diária	Nº de avaliações
<p>Luxo na Serra, descanso e lazer</p> <p>Entire home 4 bedrooms / 2 bathrooms Accommodates: 8</p> <p>R\$137,871 R\$831 14</p>
<p>Chácara beira-rio (Wi-Fi, Netflix, Tv a cabo)</p> <p>Entire home 3 bedrooms / 4 bathrooms Accommodates: 12</p> <p>R\$95,529 R\$663 34</p>
<p>Casa Prana Lumiar</p> <p>Entire home 2 bedrooms / 1 bathroom Accommodates: 4</p> <p>R\$78,371 R\$329 8</p>
<p>Casa na montanha em Mury</p> <p>Entire home 5 bedrooms / 3.5 bathrooms Accommodates: 10</p> <p>R\$63,188 R\$602 46</p>
<p>Natureza, lazer e descanso próximo a Lumiar.</p> <p>Entire home 4 bedrooms / 3 bathrooms Accommodates: 9</p> <p>R\$55,160 R\$593 22</p>
<p>Sossego da Serra</p> <p>Entire home 2 bedrooms / 1 bathroom Accommodates: 4</p> <p>R\$51,241 R\$225 16</p>
<p>Sítio com 2 casas à Beira Rio na Serra - Lumiar</p> <p>Entire home 7 bedrooms / 4 bathrooms Accommodates: 16</p> <p>R\$77,556 R\$718 12</p>
<p>Belíssimo sítio em Lumiar</p> <p>Entire home 4 bedrooms / 2.5 bathrooms Accommodates: 12</p> <p>R\$75,219 R\$654 16</p>
<p>Casa na montanha em Mury</p> <p>Entire home 5 bedrooms / 3.5 bathrooms Accommodates: 10</p> <p>R\$63,188 R\$602 46</p>
<p>Lumiar Bungalow DaDidi</p> <p>Entire home 2 bedrooms / 1 bathroom Accommodates: 4</p> <p>R\$50,163 R\$392 8</p>
<p>Casa em Lumiar com vista panorâmica /Pet Friendly.</p> <p>Entire home 3 bedrooms / 2.5 bathrooms Accommodates: 8</p> <p>R\$48,836 R\$349 30</p>			

Figura 16: Empreendimentos do *Airbnb* no município de Nova Friburgo que geraram a maior receita no período de um ano (2018-2019).

Fonte: Adaptado pela autora a partir de *Airdna.com* (2019).

Destacamos, então, algumas tipologias, a partir das representações do espaço rural que encontramos nas formas que são descritas essas acomodações:

- i) Em um primeiro ponto, destaca-se estes lugares a partir de suas características naturais. Um rural ecológico e de belezas cênicas: “natureza”, “montanhas”, “beira-rio”, “serra”, “vista panorâmica”. Estes são os termos acionados quando se busca apresentar essas acomodações – e onde estão situadas.
- ii) Em segundo lugar, evoca-se a noção de tranquilidade – opondo estas localidades a um urbano, agitado e caótico: a palavra “descanso” aparece já no título de duas dessas acomodações, bem como a palavra “sossego”, presente em uma delas.
- iii) Por fim, destacamos a presença das comodidades (“Wi-fi, Netflix e TV a cabo”; “luxo”) – expressões das necessidades das urbanidades, mesmo em momentos de “lazer” (outro termo muito acionado) longe dos centros urbanos (implicitamente representados como a antítese, portanto, do sossego e da natureza).

As amenidades presentes nas acomodações que geraram a maior receita também vão ao encontro das tipologias de representações do rural apresentadas. Dentre as dez, todas possuem televisão (das quais quatro assinalam ter acesso a canais de televisão a cabo) e oito possuem acesso à internet por meio da tecnologia wi-fi. Um rural conectado, portanto, é mais atrativo e mais consumido – ainda que, paradoxalmente, também se espere sossego e, de certa forma, afastamento ou isolamento nessa experiência

do rural. Isso também pode ser notado pelos comentários⁶⁹ deixados pelos turistas usuários destas acomodações:

“A propriedade é ideal para relaxar com a família e fugir do caos urbano”;

“É um local indicado para quem procura uma hospedagem mais intimista.

Estar afastado da cidade, cozinhando em contato com a natureza”;

“lugar reservado de paz e tranquilidade”;

“Estávamos buscando um espaço para relaxar, e para quem busca o mesmo, é a melhor opção! Super tranquilo, bem cuidado, só se ouve o canto dos pássaros!”;

“[oferecia] a privacidade que eu buscava para descansar”;

“Sossego total. Maravilhoso dormir com o barulho do riacho”

“Ótimo para quem deseja fugir da correria”;

“Um refúgio para quem quer descansar em meio a natureza com conforto e tranquilidade”;

“Lugar ideal para recarregar as energias e se conectar à natureza”;

“Ótimo para descansar e se desconectar da cidade”

“para quem deseja passar um final de semana longe de toda a agitação dos centros metropolitanos”

“ideal para recuperar as energias em contato com a natureza”

“Recomendo para quem quer fugir um pouco da confusão da cidade”.

“Para quem quer paz e fugir do caos urbano”

Demarcando essa relação paradoxal – a busca pelo isolamento em compasso com a busca pelas urbanidades no rural (aqui, estabelecidas pelas conectividades) –, há também comentários que ressaltam exatamente a ausência desses artefatos como pontos positivos; ou, de outra forma, que pontuam essa possibilidade de “desligar-se”, estar em um “refúgio”:

⁶⁹ Estas falas foram retiradas dos comentários públicos acerca das acomodações, deixadas no site do *Airbnb*. Destacamos somente as falas que faziam alusão às características do espaço ou da localidade, excetuando-se aquelas que tratavam de aspectos do imóvel em si (arquitetura, limpeza, espaço dos cômodos, decoração, entre outros). Ou seja, as enunciações discursivas que evidenciavam as práticas espaciais desses sujeitos. Foram analisados todos os comentários deixados até o mês de agosto de 2019.

“Um ponto extra o fato de não ter internet nem sinal de telefone, o que torna a casa ainda mais especial!”

“aconchegante sem perder o contato com mundo(pois possui wi-fi) mas faz a todo momento um convite a se desligar e aproveitar tudo que há de melhor ali”

“Ótimo lugar para aproveitar, descansar e esquecer da cidade, muita natureza, poucos e distantes vizinhos. Único senão são os 12 km de estrada de terra com alguns pontos complicados de passar com carro comum”

“se desconectar da correria do dia à dia e curtir a paz que o sítio proporciona”

“um local para desconectar”

“com o conforto necessário para relaxar e esquecer do mundo lá fora”.

“o lugar é para quem gosta de se desconectar, pois o barulho é só dos pássaros e das cigarras”

“descanso e momento "off mundo"”

Outra característica costumeiramente ressaltada era a proximidade dos pequenos núcleos urbanos, onde se há acesso a serviços (sobretudo comércio e oferta gastronômica), além das já citadas tecnologias de informação e comunicação (internet, sobretudo):

“Casa perfeita para quem quer curtir a natureza sem deixar o conforto de lado. Próxima do asfalto”.

“tem comércio perto”;

“Fácil acesso”;

“excelente localização, com ótima internet”;

“É bem próximo ao centro de Lumiar”;

“Wi-Fi atende bem e possui SKY”;

“A casa possui uma TV moderna”;

“pertinho do asfalto (vai à pé), 5 minutos do centro de Lumiar”;

“Em 15 minutos chega-se a Lumiar, onde há supermercado para abastecer a casa”;

“silencioso e perto o suficiente do Centro para compras”;

“reclusa, mas ao mesmo tempo próxima do comércio local”.

“ótima localização pois está próxima da estrada principal”;

“A casa é afastada do centro de Lumiar, excelente para quem está procurando um lugar pra relaxar e curtir a natureza [...] O ideal é ir de carro para garantir uma boa mobilidade”

Interessante ressaltar, como anteriormente mencionado, essa relação paradoxal com o espaço. Se, por um lado, “intimidade”, “paz” e “tranquilidade” são termos-chave para descrever e elogiar as hospedagens, dificuldades de acesso – em geral, relacionadas com estradas não pavimentadas – são apontadas como aspectos negativos:

“O único inconveniente é a condição da rua na subida, ao longo de alguns metros. Não é bom ir com um carro muito baixo”;

“a subida foi difícil com muitas pedras grandes no caminho; Fora o transtorno de conseguir chegar e sair do local, a estadia foi muito boa”;

“excelente, porém de difícil acesso”;

“O acesso a casa é um pouco difícil devido a estrada, mas muito gostoso devido a paisagem”.

Por fim, é claro, destaca-se a beleza cênica e o lazer ecológico:

“O ponto alto foi a natureza”;

“cercada de natureza exuberante”;

“muito verde!”;

“no meio da natureza. Destaque especial para os pássaros e as borboletas, que circulam livremente ao redor, e para o imperdível banho de rio”;

“À noite o céu estrelado é um espetáculo à parte”;

“visual é a coisa mais linda do mundo”

“bem cuidada área verde, diversas árvores frutíferas, piscina de água natural e um rio delicioso [...]. O canto dos passarinhos livres, nos brindam o tempo todo com sua alegria e beleza”;

“Perfeito para descansar e estar em contato com a natureza”;

“muito agradável, envolto por natureza, flores, árvores frutíferas, rio”

Fiquei impressionado com a natureza ao redor da casa.

Vista espetacular em uma área de proteção ambiental.

dentro da natureza local.

Além disso, a análise dos empreendimentos que geraram a maior receita no período de um ano nos permite observar que, embora a maior parte das acomodações no município encontre-se na sede do município (no 1º distrito, que corresponde ao centro), nenhuma das dez acomodações acima se localiza nesta região central. Todos estão no circuito Serra-Mar (a maior parte em Lumiar), conforme explicitam os mapas abaixo:

Figura 17: Mapa da localização das acomodações do *AirBnb* no município de Nova Friburgo, de acordo com as macrozonas.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de *Airdna.com* (2019) e PMNF (2015).

Figura 18: Mapa da localização das acomodações de maior receita do *AirBnb* no município de Nova Friburgo, de acordo com as macrozonas.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de *Airdna.com* (2019) e PMNF (2015).

Como se pode notar, os empreendimentos de maior receita localizam-se em áreas rurais ou nas margens de pequenos núcleos urbanos dos distritos de Lumar e Mury (apenas um deles no distrito de Amparo). Ao analisar este fato, em conjunto com os tipos de acomodação que geram mais receita, pode-se inferir que a busca por esse modelo de hospedagem no município de Nova Friburgo está atrelada a uma forma específica de turismo – ou seja, para atender a uma demanda de uma representação específica do rural.

Na concepção de MacCarthy (2008), haveria espaços rurais (que ele denomina pós-produtivistas) onde as maiores *commodities* produzidas seriam, em verdade, seus “usos orientados ao consumo”⁷⁰ pelas elites. Assim, haveria a necessidade de uma produção de tipos particulares de paisagens e experiências rurais, baseadas em uma relação paradoxal com

⁷⁰ Termo traduzido do original: “The particular countryside on offer here is clearly a postproductivist one, with consumption-orientated uses for elites being the major commodities it produces” (MCCARTHY, 2008, P. 129).

o urbano: estariam superficialmente opostas, mas fundamentalmente conectados (MACCARTHY, 2008). Tais áreas, portanto, estariam cada vez mais globalizadas, no que tange às formas da (re)produção do espaço e das relações sociais.

O modelo do *Airbnb* subentende, também, a troca de informações a baixo custo através da internet, conforme ressalta Munkøe (2017). Neste sentido, a inovação não está em oferecer casas ou quartos para aluguel, mas na velocidade e larga escala em que isso é feito – e possibilitado pela tecnologia da informação. Ainda assim, a maior parte dos ocupantes destes empreendimentos vem do Rio de Janeiro, seguido por Niterói. Embora haja hóspedes internacionais, eles correspondem a uma minoria (7% no mês de julho de 2019, por exemplo), sem que nenhuma nacionalidade tenha maior expressividade (de acordo com dados de AIRDNA, 2019). O gráfico abaixo ilustra estas afirmações:

Gráfico 5: Número total de hóspedes, segundo sua origem, no ano de 2018.

Fonte: Airdna.co, 2019.

Nota-se, pois, a importância da capital da metrópole para a manutenção deste tipo de turismo, uma vez que é de lá que parte a maioria dos hóspedes – e isso não representa nenhuma novidade. Retornamos, então, à questão da multiescalaridade subjacente a este processo e à concretude do lugar em meio ao processo de globalização. Coloca-se uma relação entre o global, a metrópole e o lugar, mediado, sobretudo, pela

tecnologia da informação. Por meio desta técnica suscita-se “a emergência de plataformas como o Airbnb que, enquanto ator, concretiza virtualidades” (PATRÍCIO, 2019, p.38). A autora, ao sinalizar este aspecto, dialoga com Latour (2005, p. 207-208), que, refletindo acerca da tecnologia da informação (e das técnicas e objetos enquanto portadores de agência), avalia sua inovação. Através dela, destaca o autor, faz-se visível (ou presente) o que antes existia apenas virtualmente⁷¹.

A análise da presença destes empreendimentos nas áreas rurais do município suscita também outra questão: como encarar, neste contexto, a abordagem das novas ruralidades e, em específico, das pluriatividades do/no rural? Boa parte desta perspectiva baseia-se (embora não exclusivamente) no fenômeno turístico em localidades rurais. Assim, coloca-se o foco sobre a diversificação das atividades exercidas nos espaços rurais: para além da atividade agropecuária, atividades como hotelaria, beneficiamento e comercialização de produtos, ecoturismo, entre outras, seriam desempenhadas, também, por agricultores. A unidade produtiva e os membros da família (quando pensamos no âmbito da agricultura familiar) encontrariam, portanto, modos de (re)inventar as formas através das quais gerariam renda.

De fato, muitos estudos demonstram este fenômeno ocorrendo em diversas localidades rurais do país. Na região estudada, dinâmicas que corroboram com esta abordagem também foram observadas: as mesmas unidades familiares eram responsáveis, por exemplo, pela produção agrícola e pela comercialização ou “atravessamento” de produtos. Há, também, o caso do agroturismo, com exemplo de muitas propriedades agrícolas que realizam visitas guiadas, notadamente no Circuito SerraMar de Agroturismo. Será que estes processos não estariam inscritos dentro da proposta, trabalhada por Rua (2002, 2006, 2014) das urbanidades no rural?

⁷¹ Nas palavras do autor: [...] information technologies allow us to trace the associations in a way that was impossible before. Not because they subvert the old concrete ‘humane’ society, turning us into formal cyborgs or ‘post human’ ghosts, but for exactly the opposite reason: they make visible what was before only present virtually”.

Neste mesmo sentido, qual seria o efeito dessas empresas globais neste projeto de multirendimentos das famílias? Estas hospedagens são mantidas pelas famílias locais – e, em específico, por famílias de agricultores? É também sem espanto que constatamos que a maior parte das acomodações pertence (ou são gerenciadas) por moradores da metrópole do Rio de Janeiro. Trata-se, em geral, de segundas residências ou casas de veraneio que se tornam estratégias de diversificação de rendimentos – porém, para moradores de áreas urbanas, através da oferta da possibilidade de consumo de representações do rural.

Assim, coloca-se a múltipla escala de atores exercendo influência na produção deste espaço: a empresa global (o *Airbnb*, neste caso) mediando o sistema de aluguel de um morador da capital do estado. Em que lugar se encontra o “novo rural”, neste cenário?

De fato, esse processo pode ser analisado como uma atualização e intensificação (ou seja, mudança em quantidade e qualidade) de uma dinâmica que já ocorre no eixo Lumiar – São Pedro da Serra desde o fim do século passado. Em entrevista a um trabalhador do cartório da região, Mayer (2003), já concluía:

O próprio turismo crescente tem favorecido a valorização da terra de tal modo que se torna mais atraente vendê-la ou alugá-la. [O entrevistado] Dá o exemplo de áreas situadas em Rio Bonito e Macaé de Cima hoje pertencentes em 85% a pessoas de fora. Há diminuição de compra de terras por agricultores, sempre pela desvalorização da agricultura em função das proibições do IBAMA e também porque as próprias pessoas da terra consideram melhor negócio a construção de casas para alugar (p. 400).

Neste sentido, ressaltamos a relevância da abordagem das urbanidades no rural e, aqui, da relação global-regional-local na produção destas localidades rurais. A presença desta (e de tantas outras) empresas globais; a prevalência de turistas (e “gerentes”) vindos da metrópole do estado; bem como o tipo de amenidades que se busca quando se dirige a este espaço rural exige que ajustemos as lentes para pensar as urbanidades, as ruralidades, as metropolidades e globalidades neste lugar.

A internet enquanto entidade sociotécnica destaca-se, mais uma vez, como vetor de transformação multidimensional e multiescalar. Além de sua necessidade para a própria existência do modelo do Airbnb, para a mediação entre hóspedes e anfitriões e, ainda, a relevância da sua presença enquanto amenidade nas casas ofertadas, nos deparamos ainda com outra faceta de sua expressão. De acordo com dados do Airdna (2019), 77% dos hóspedes que estiveram em acomodações de Nova Friburgo através da plataforma do Airbnb, eram usuários da rede social *Facebook*, os outros tinham contas vinculadas à *Google* ou ao *Linkedin*. O gráfico abaixo ilustra essas informações, além da proporção de idiomas falados pelos usuários que se hospedaram em Nova Friburgo:

Gráfico 6: Perfil dos hóspedes, segundo presença nas redes sociais e idiomas falados.

Fonte: Airdna.com

Estes números indicam, assim, que a totalidade dos hóspedes está conectada a alguma rede social. Poderíamos, portanto, falar em uma multiterritorialidade que se instala com a presença desses atores – uma simultaneidade de espaços vividos que se coloca nesses lugares rurais.

Entretanto, essa presença nas redes sociais virtuais (e outras mídias que possuem a internet como artefato técnico básico) não é de uso exclusivo dos turistas, ou dos novos moradores destas regiões. Em campo e durante entrevistas, pode-se notar a centralidade desses mecanismos, com múltiplos usos e funções, para os moradores das localidades rurais. Este tema será debatido na próxima seção – partindo da pergunta: estamos diante de um rural conectado?

4.3. Uma ruralidade em rede? Reflexões sobre a midiatização do/no lugar rural

Veiga (2004) nos lembra “que a fase mais recente da globalização parece estar indicando [...] que a ruralidade terá diversos destinos”, assim, buscamos delinear: quais destinos moldam-se a partir da presença de empresas globais nestes locais, e, em específico, da internet e das mídias sociais? Concordamos também com o autor quando destaca que “por enquanto, está claro que há diferenças substanciais entre o rural ‘remoto’ ou ‘profundo’, conforme se adote inclinações anglo-saxônicas ou francesas, e o rural ‘acessível’ ou ‘adjacente’” (VEIGA, 2004). Certamente, nosso *lôcus* de estudo não contempla aquela primeira categoria – embora, ousaríamos dizer, também estas poder-se-ão ver, em um futuro próximo, “conectadas” (ainda que precariamente). Afinal, como temos apontado, o desenrolar do capitalismo não conhece essas fronteiras – ou precisa delas como reserva para sua expansão.

Como vimos na seção anterior, a totalidade dos usuários do *Airbnb* em Nova Friburgo é, também, usuário de uma mídia social – notadamente do *Facebook* e do *Google*. Pode-se concluir, pois, que parte importante dos turistas que vão ao município está conectada a essas redes. Tais redes – também entidades sociotécnicas – são vetores de conectividade/agregação, ao passo em que também fomentam o isolamento e o sentimento de solidão (SÁ, 2012). Permitem, ao mesmo tempo, acesso a uma multiplicidade de informações, entretenimento, acesso a pessoas e instituições diversas. Estimulam, assim, a diversificação e a homogeneização, enquanto um par dialético⁷².

Cabe notar, porém, que a implantação de novas técnicas enseja sempre em um processo de aprendizagem, ou seja, não se circunscreve à possibilidade – ou não – do acesso à tecnologia. Aprendizagem para lidar

⁷² Notemos, pois, que essas noções binárias – sobre as quais sempre recaímos – tal qual conexão/isolamento, multiplicidade/unicidade, diversificação/homogeneização, não correspondem às possíveis dinâmicas observadas na relação entre o desenvolvimento das técnicas (aqui, em específico, as técnicas de comunicação e informação) e a produção do espaço humano. Daí a importância em considera-las em sua dialética.

com a nova técnica – de forma prática –, mas, também, para se adaptar às novas lógicas de comunicação e relacionamento que vem à esteira desta(s). Além disso, ainda que o acesso seja facilitado (pela implementação de políticas públicas e/ou pela necessidade de expansão das empresas), isso não significa que tal acesso será democrático ou horizontal. Assim, ainda que essas tecnologias criem “novas sociabilidades, fato é que passam a exigir e a retomar velhos mecanismos de controle e de poder” (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 251). Apoiado na concepção miltoniana de redes técnicas, Cunha (2002, p. 266) segue o mesmo caminho ao propor que “a capacidade da rede de integrar ou excluir, solidarizar ou marginalizar mostra o quanto a rede acaba apresentando um caráter político. Porque determinados elementos são incluídos e outros excluídos, quem determina estas escolhas? O que dá possibilidade/poder de inclusão ou exclusão?”.

Quando tratamos da *internet* enquanto expressão da tecnologia de informação e comunicação, é importante ressaltar que, além de não estar disseminada de forma homogênea pelo território, também os aprendizados acerca de seus signos ou a direção que seguem suas informações (os hipertextos) não correspondem a uma rede cujo tecido está uniformemente distribuído. Em regra, há hierarquias que organizam os receptores e os emissores da maior parte do conteúdo que circula na *world wide web*.

Disso deriva que os discursos, as ferramentas (virtuais), enfim, as informações, possuem uma seta mais densa no sentido que vai dessas empresas globais até o usuário – e, em específico, o usuário morador do espaço rural, onde, quando possui acesso a esta tecnologia, o faz há pouco tempo.

Empresas de comunicação e entretenimento, mediadas pela internet, foram muitas vezes citadas em entrevistas como parte do cotidiano dos moradores: comunicam-se pelo *whatsapp*⁷³, assistem a conteúdos

⁷³ Aplicativo de troca de mensagens que usa a *internet* como tecnologia de suporte.

audiovisuais pelo *Netflix*⁷⁴, compartilham imagens – e comercializam – pelo *Instagram*⁷⁵. Todos esses aplicativos são recentes, possuem a *internet* como tecnologia-suporte para sua utilização, e inserem, de forma mais radical, o sujeito numa dinâmica virtual global.

Pela novidade do processo é difícil traçar uma análise das influências destes mecanismos de comunicação e entretenimento no modo de vida rural. Há, sem dúvida, um significativo sociocultural que se desenrola deste novo cenário: utilizando a terminologia de Bourdieu (1990), há uma transformação no *habitus* do sujeito que passa a acessar esse *cyberespaço*.

Neste campo há estudos que demarcam duas perspectivas, que, quando avaliadas em seus extremos, propõem ou uma valorização da *internet* como uma técnica-ferramenta que traria novo dinamismo às atividades econômicas em meio rural (e, portanto, ao próprio lugar rural) ou, por outro lado, um determinismo tecnológico fatalista: toda e qualquer ruralidade (enquanto representação socioespacial específica) estaria fadada a desaparecer frente à homogeneização total dos espaços (ou mesmo à morte do espaço, que sucumbiria à virtualidade⁷⁶).

Como representante da primeira perspectiva, podemos citar a pesquisa de Conceição (2016) que, inserida no campo da administração e da sociologia rural, conclui que “a utilização das tecnologias de informação e comunicação [TICs] no meio rural contribui na construção de capacidades econômicas, sociais e cognitivas [...], e possibilita, concomitantemente, o desenvolvimento rural”. Assim, aliada à perspectiva das novas ruralidades e das pluriatividades no rural, as TICs aparecem como possibilidade de diversificação e intensificação do escoamento da produção, por exemplo.

⁷⁴ Site de conteúdo audiovisual *on demand*, ou seja, sob demanda. Trata-se de uma plataforma que, a partir da *internet*, permite ao usuário acessar diversos conteúdos (filmes e séries).

⁷⁵ Aplicativo pessoal de divulgação de fotografias, que funciona como uma rede social digital.

⁷⁶ Trata-se, portanto, da discussão travada anteriormente sobre o fim das cidades (PASCAL, 1987) ou mesmo o fim da geografia (GRAHAM, 1998).

De maneira semelhante, há a proposição de que umas das benesses do avanço das TICs no espaço rural seria uma consequente “fixação do jovem no campo”⁷⁷, através de um discurso de que “é preciso fazer do setor rural algo atraente e “sexy” para os jovens” (CHIRIBOGA, 2017). Assim, o lugar rural deixaria de ser visto como “algo do passado, uma vez que está incorporando novas tecnologias que são de profundo interesse da juventude atual, como a agricultura de precisão, o uso de *drones*, smartphones, motocicletas, dentre outros avanços tecnológicos e de mobilidade, tornando o urbano e o rural mais próximos” (idem).

Essas perspectivas estão contidas, de certa forma, naquilo que Castells (2003, p. 83) denomina de uma “crença tecnocrática no progresso humano através da tecnologia”. Há, em lado oposto, perspectivas que apontam para uma visão mais purista do rural – que, através desse processo (a “invasão” das TICs), incorreria em uma ruptura com um modo (rural) de viver, promovendo mudanças irreversíveis nos costumes, regras e valores dessas populações⁷⁸.

Sem dúvida, a presença dessa tecnologia⁷⁹ (e os equipamentos e interações que permitem ou exigem) ensejam em novas práticas e arranjos

⁷⁷ A expressão foi utilizada pelo Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil e é geralmente empregada quando se compreende que: i) o êxodo rural é um problema que deve ser solucionada e ii) que a solução passa pela permanência do jovem no rural – em específico, no desenvolvimento de atividades agropecuárias.

⁷⁸ Esta discussão não será travada aqui com mais profundidade. No entanto, podemos traçar um paralelo com a reflexão acerca dos povos tradicionais, a partir da afirmação de Joênia Wapichana, indígena e Deputada Federal: “A visão de que moramos no mato, andamos sem roupa e pintamos frequentemente o corpo não é nossa. É do branco. Nenhuma cultura fica estagnada. Se fosse assim, os brancos ainda viveriam como os portugueses que chegaram ao Brasil, com aquelas roupas e perucas” (NEGREIROS, 2019).

⁷⁹ Em verdade, trata-se de um conjunto de tecnologias, que vai desde a estrutura física necessária para a conexão à *internet* até o conhecimento acerca de programação. Trata-se de uma rede de estruturas territoriais e informacionais, conforme explicita Girardi (2015): Há um conjunto de equipamentos que compõe a infraestrutura de base da internet, formado tanto por aqueles de telecomunicações quanto os de informática. A arquitetura da internet é formada, sumariamente, por três camadas: a infraestrutura de telecomunicações (camada da rede física), a infraestrutura de internet (camada da rede de transporte) e os padrões de aplicação (camada da rede de aplicação). A camada da rede física é a infraestrutura de telecomunicações fixada nos territórios pela qual passa todo o

espaciais. Esta constatação é válida para o cotidiano de qualquer conteúdo social, seja ele rural ou urbano. A cotidianidade urbano-metropolitana viu-se altamente transformada pelas novas formas de comunicação, entretenimento, acesso à informação. A chamada virtualidade da vida instiga cada vez mais a curiosidade de pesquisadores, inclusive os geógrafos – sobretudo porque, para participar da virtualidade, seguimos dependendo de aspectos nada virtuais: o ar, o alimento, as relações interpessoais.

Dentre os interlocutores de nossa pesquisa, encontramos desde aqueles espantados com as possibilidades trazidas por essas novas tecnologias (experimentando a tal compressão espaço-temporal pela primeira vez) até aqueles já habituados com o uso dessas TICs. Dentre os moradores depoentes no distrito de Campo do Coelho havia bastante familiaridade – citadas espontaneamente – com os mecanismos citados. Havia, assim, naturalidade ao tratar de artefatos de comunicação e lazer que utilizassem a internet como tecnologia-base. Para os novos moradores (esses, exclusivamente no eixo Lumiar-São Pedro da Serra), a *internet* – já velha conhecida – era uma necessidade básica, seja pela comunicação “com o mundo lá fora”, de onde vieram, seja como ferramenta de trabalho.

Embora nossa pesquisa não tenha pretensão estatística, podemos inferir, pela realização da pesquisa em campo, que há um contingente importante desses novos moradores que tem, nessa ferramenta, suporte para sua vida profissional. Para ir além, podemos assinalar que, por esse meio, parte importante da vida profissional desses novos moradores está atrelada à metrópole do estado. Através desse trabalhar remoto⁸⁰, pós-

tráfego de dados, que podem ser transmitidos por uma gama de redes: fios telefônicos, fibra ótica, satélites, microondas. A segunda camada é dos padrões e serviços técnicos formadores da linguagem que faz a internet funcionar e tomar forma, entre os fundamentais o TCP/IP (Transmission Control Protocol / Internet Protocol), o DNS (Domain Name System) e o SSL (Transport Layer Security). A camada da rede de aplicação se refere aos conteúdos e padrões de aplicação, que são propriamente as linguagens gráficas da “web”.

⁸⁰ Braesemann, Lehdonvirta e Kässä (2018) tratam da relação urbano-rural a partir das plataformas de trabalho *online*, e, em uma pesquisa sobre o caso estadunidense, concluíram haver diferenças substanciais no que tange ao mercado de trabalho *online* nos Estados Unidos. De acordo com os autores, os

graduandos, consultores, advogados, moram em localidades rurais de Nova Friburgo mas vivem, ao menos parcialmente, na capital carioca (para utilizar, às avessas, a proposição de Arrais, 2013). Ou seja, embora habitem nestas localidades, tem a capital como presença em seu cotidiano, e não somente do ponto de vista da construção de suas identidades. De fato, estão atrelados a empresas, universidades, instituições cujas bases são a/na metrópole. Como propunha Fidalgo (1999, p.4), “hoje é fácil encontrar quem na cidade seja menos “cidadino” do que quem vive numa aldeia⁸¹”. O mesmo autor já argumentava que “a qualidade de vida que se goza nas aldeias, o equilíbrio social e ecológico que as caracteriza, são fatores de atração para muitos que podem desenvolver as suas atividades longe dos grandes centros urbanos” (FIDALGO, 1999, p.1).

Assim, como acontece com o caso do *Airbnb* anteriormente analisado, vemo-nos novamente diante da expansão desigual e avassaladora do capital. Por um lado, podemos avaliar que há uma “falta de conteúdos específicos para as comunidades rurais [que] se agrava pelo fato de a Internet ser um fenômeno fundamentalmente urbano, tanto em relação aos usuários como, em particular, aos produtores de *sites*, concentrados na sua maioria nas grandes cidades” (SORJ, 2003, p. 72). Por outro, assistimos à cada vez maior introdução desses conteúdos – os mesmos, criados nos grandes centros urbanos – nas localidades pesquisadas.

Para exemplificar, observemos a divulgação do maior *site* de conteúdo audiovisual *on demand*, ou seja, de televisão pela internet: “a Netflix está agora disponível no mundo todo” (NETFLIX MEDIA CENTER, 2016). Segundo a declaração de imprensa,

a Netflix lançou seu serviço **globalmente**, levando sua rede de TV por internet simultaneamente a mais de 130 novos países em **todo o mundo**. [...] Com esse lançamento, consumidores – de Cingapura a São Petersburgo, de São Francisco a São Paulo – vão poder assistir a séries e filmes simultaneamente. Chega de esperar. Com a ajuda da internet, estamos passando o controle para as mãos do consumidor, que agora

condados metropolitanos concentravam a maior parte da oferta de trabalho *online* em números absolutos, mas eram as áreas rurais que possuíam maior oferta, quando avaliado de forma relativa à sua população.

⁸¹ A noção de Aldeia é tratada no referido texto como povoamento agrícola.

poderá assistir ao que quiser, quando quiser, e no aparelho de sua escolha (idem, grifos nossos).

A pretensão de mundialização torna-se evidente – como também a presença da *internet* como técnica-base desse projeto, que poderia ser considerado bem sucedido se formos avaliá-lo a partir das localidades rurais estudadas. A temática aqui exposta foi citada, espontaneamente, pelos interlocutores, como forma de entretenimento. Outras novidades midiáticas, e que têm a *internet* como tecnologia-base, também foram citadas como forma de entretenimento e comunicação. É o caso, por exemplo, do *Instagram*, que foi citado ora como forma de lazer, ora como ferramenta de trabalho. O conjunto de imagens abaixo ilustram essa afirmação:

Figura 19: Mosaico de fotografias de divulgações no Instagram – Perfil de “GPVeiga legumes selecionados” em Barracão dos Mendes (Superior à esquerda); Sítio Ther Flores, Circuito Serra-Mar de Agroturismo, em Vargem Alta (inferior à esquerda); Divulgação (feed e stories) da “Estufas da Mila” (direita), comércio de mudas em Barracão dos Mendes.

Fonte: Autora, (2018 e 2019).

Há, assim, o uso de uma linguagem digital, e uma transformação nas esferas da vida econômica, social e privada. A própria noção de comunidade – e de público, em contraposição ao privado – passa a tomar outros contornos. O espaço rural, enquanto lugar de trabalho e da produção da vida social aparece agora exposto também nesse ambiente: transformado em imagem, em espetáculo (cf. DEBORD, 1992).

O uso destas tecnologias nas localidades já era apontado por D’Onofre e Souza, como ferramenta de empreendedorismo. Segundo os autores (2016), é através das mídias virtuais que os empreendedores do CTTF e CTTTP⁸² convidam além das “brochuras elaboradas pelos integrantes do mesmo e que são expostas no Centro de Turismo de Nova Friburgo, bem como nos eventos onde a cidade é representada; além das reportagens que são reivindicadas junto aos sistemas de comunicação de massa de Nova Friburgo”.

A comercialização direta ou a simples propaganda por meio da *Internet* (em *websites* específicos ou em contas no *Instagram*) é, sem dúvida, presente nessas localidades. As hospedagens do *Airbnb*, os empreendimentos hoteleiros, os eventos turísticos de maior porte estão sempre veiculados em diversos meios digitais. No entanto, chamou-nos a atenção os pequenos empreendimentos agrícolas, ou as pequenas propriedades de Agroturismo que também se encontram nestas redes. Buscando compreender se tratava-se de uma realidade particular das localidades pesquisadas, deparamo-nos com pesquisa recente, realizada nacionalmente, que demonstra que, dentre o total de usuários de internet, 20% daqueles residentes em áreas urbanas já divulgaram ou venderam produtos ou serviços pela internet (o chamado *e-commerce*), ao passo que o contingente em áreas rurais era de 11% (CETIC, 2018). Embora a diferença de 9% seja significativa, ela é, também, muito pouco expressiva se considerarmos as pretensas diferenças entre estes dois lugares – mais aproxima-os do que afasta-os.

⁸² Abreviações utilizadas pelos autores para designar os circuitos turísticos estudados: “Circuito Turístico Terê-Fri” e “Circuito Turístico Três Picos”.

Assim, talvez nos encontremos não frente à urbanização planetária (seja na proposta lefebvreaana, seja em sua interpretação banalizada), mas, sim, à midiatização planetária. É aquilo que Sodré (2001) discutira quando comenta a “hipótese, já não tão nova, de que a sociedade contemporânea (dita “pós-industrial”) rege-se pela midiatização”. Nas palavras do sociólogo, a midiatização da sociedade corresponde à

tendência à virtualização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. A esta deve-se a multiplicação das tecnomediações setoriais⁸³.

Assim, o lugar rural através dessas tecnomediações – que, aqui, estamos denominando transformações sociotécnicas – vê-se como parte desse processo de midiatização; das coisas, das relações, do espaço. Um dos primeiros geógrafos a discutir a relação entre espaço e *internet*, Batty (1993), já atentava para o fato de que “a ideia de um produto ou processo substituindo o outro é básica para a economia neoclássica, mas parece, cada vez mais, estar equivocada” (p. 615). Segundo o autor, esta noção adviria de uma concepção que afirma a vida enquanto um “jogo de soma zero”, em que “uma tecnologia substitui outra”, como se houvesse “limite na nossa capacidade de se comunicar e interagir” (idem).

Interessante notar como boa parte dos trabalhos que buscam analisar as relações entre tecnologias de informação e comunicação e, em

⁸³ Interessante ressaltar a diferença, bem colocada pelo autor, entre mediação e midiatização – o que, assim, justifica o termo “tecnomediação” por ele utilizado no trecho em destaque: “É preciso esclarecer o alcance do termo “midiatização”, devido à sua diferença com “mediação” que, por sua vez, distingue-se sutilmente de “interação”, forma operativa do processo mediador. Com efeito, toda e qualquer cultura implica mediações simbólicas, que são linguagem, leis, artes, etc. Está presente na palavra mediação o significado da ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes (o que implica diferentes tipos de interação), mas isto é na verdade decorrência de um poder originário de discriminar, de fazer distinções, portanto de um lugar simbólico, fundador de todo conhecimento. A linguagem é por isto considerada mediação universal. Já midiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas - um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações - caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível” (SODRÉ, 2001).

específico, do setor “móvel” destas tecnologias, o fazem a partir da reflexão sobre o urbano (BOULLIER, 2014; LEMOS; FIRMINO, 2015). Estes últimos autores, na obra citada, por exemplo, buscam compreender a constituição e constante transformação dos lugares urbanos – como enfatizam diversas vezes ao longo do texto – a partir de processos de territorialização informacional por influência das TICs (p. 22).

Destacamos, também, que a interação entre antigas e novas formas de representação da realidade “[expande] a dimensão tecnocultural, onde se constituem e se movimentam novos sujeitos sociais” (SODRÉ, 2001). O espaço virtual (simulativo ou telerreal, de acordo com o mesmo autor) é, ele também, permeado de normas e disciplinas – as explícitas e as implícitas. Este arranjo normativo é, certamente, uma conformação da urbanidade (e, assim, de uma urbanidade no rural) – retornando à reflexão trazida por Milton Santos, é também essa norma/regulação (ressignificada pela espontaneidade) que atuam na produção do espaço (SANTOS, 1996b).

Talvez mais do que uma ruralidade em rede, encontramos-nos frente àquilo que Lemos (2007) denomina de territorialização informacional, resultado de uma relação cada vez mais complexa entre a sociedade, o espaço e as técnicas – em específico, as TICs (LEMOS; FIRMINO, 2015). Nos distanciamos dos autores somente quando, em sua perspectiva analítica, propõem certa agência às TICs, ou seja, tais tecnologias criariam ou modificariam hábitos. É claro que concordamos com o complexo processo transformador, no entanto, que cria e modifica os hábitos são os próprios sujeitos, a partir dessa relação entre produção de tecnologia e produção de subjetividades.

A mediação do rural, então, não acontece simplesmente pela inserção das novas TICs neste espaço. Não se tratam de meras ferramentas tecnológicas, cujo uso apenas atualiza (moderniza) relações homem-espaço-trabalho. Avaliando a partir de nosso universo empírico, consideramos rasas as análises que se limitam a interpretar esse fenômeno a partir desse único viés. De fato, há um uso dessas TICs como ferramentas para a dinamização da economia rural: elas comunicam a venda de

produtos agrícolas, elas auxiliam na propaganda de propriedades agroturísticas. Mas há também uma transformação da sociabilidade, sem que isso enseje em uma descaracterização de ruralidades. A comunidade e a solidariedade, tantas vezes tidas como ruralidades, seguem existindo como traços fortes – no entanto, agora altamente mediadas por essas novas técnicas.

Exemplo emblemático é o do caso das associações de produtores rurais. Nas entrevistas que fizemos com lideranças dessas associações, ficava claro que os grupos de *Whatsapp* constituíam arenas de discussão tão significativas quanto as assembleias presenciais. Verdadeiras pelejas aconteciam por ali, com expulsões e inserções de membros no grupo, o que era relatado como uma verdadeira luta pelo poder – ser administrador de um grupo, por exemplo, tinha um significado, ser expulso, ou criar um grupo dissidente, outros. Daí, compreendeu-se que a articulação desses produtores rurais se encontrava fortemente mediada por essa técnica, o que tinha efeitos em desentendimentos pessoais, também.

Neste sentido, podemos destacar e concordar com a reflexão de Thompson, quando propõe que:

Ao alterar as condições espaço-temporais da comunicação, o uso dos meios técnicos também altera as condições de espaço e de tempo sob as quais os indivíduos exercem o poder: tornam-se capazes de agir e interagir à distância; podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes no espaço e no tempo. O uso dos meios técnicos dá aos indivíduos novas maneiras de organizar e controlar o espaço e o tempo, e novas maneiras de usar o tempo e o espaço para os próprios fins. O desenvolvimento de novos meios técnicos pode também aprofundar o impacto com que os indivíduos experimentam as dimensões de espaço e de tempo da vida social (THOMPSON, 2008, p. 29).

Foi neste mesmo contexto (discussões mediadas por grupos de *whatsapp*) que a associação se mobilizou para a reativação do CEASA de Nova Conquista, reconhecido pelos produtores locais como uma grande vitória. Disso, decorre uma transformação na paisagem – um CEASA agora movimentado –, uma transformação na sociabilidade, uma transformação na dinâmica do trabalho, nas dinâmicas de comunicação na vida privada e institucional.

Assim, há uma transformação que não incorre em uma decadência ou uma ruptura com a ruralidade. Como propunham Milller e Horst (2015), a *internet* é sempre uma invenção local pelos seus usuários. Sempre? Podemos dizer que sim, através de uma mediação atravessada de hierarquias e assimetrias, no entanto. Trazendo o debate à luz da proposta lefebvriana, poder-se-ia dizer que, atualmente, é a *internet*, e não o automóvel, tal qual propunha o autor na obra de 1991, o Objeto-Rei de nossa sociedade, em uma perspectiva ampliada (e contextualizada) de sua análise. Segundo o filósofo:

O Automóvel é o Objeto-Rei, a Coisa-Piloto. Nunca é demais repetir. Este Objeto por excelência **rege múltiplos comportamentos em muitos domínios, da economia ao discurso**. O trânsito entra no meio das funções sociais e se classifica em primeiro lugar, o que resulta na prioridade dos estacionamentos, das vias de acesso, do sistema viário adequado. [...] O Circular substitui o Habitar, e isso na pretensa racionalidade técnica. É verdade que, para muitas pessoas, **o carro é um pedaço de sua “moradia”, até mesmo o fragmento essencial**. Talvez fosse bom insistir em alguns fatos curiosos. No trânsito automobilístico, **as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar**. É um **caso surpreendente de simultaneidade sem troca**, ficando cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça. Isso contribui também para deteriorar a vida urbana e para **criar a “psicologia”, ou melhor, a psicose** do motorista. Por outro lado, o perigo real mais fraco e calculado por antecipação impede que somente poucas pessoas “enfrentem os riscos”. O automóvel, com seus mortos e feridos, com as estradas sangrentas, é **um resto de aventura no cotidiano, um pouco de prazer sensível, um pouco de jogo**. Interessante notar o lugar do carro no único sistema global que descobrimos: a estrutura dos álibis. **Álibi para o erotismo, álibi para a aventura, álibi para o “habitar” e para a sociabilidade urbana**, o Automóvel é uma peça desse “sistema” que cai em pedaços assim que o descobrimos (Lefebvre, 1991, pp. 110-2, grifos nossos).

Façamos o exercício, portanto, de substituir automóvel por *internet*, trânsito por comunicação (ou um sentido ampliado de circulação), e pensemos, então, como, na circulação pela *internet*, *as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar*; ou como seus mecanismos são um *álibi para a sociabilidade urbana*, contribuindo para a *criação de psicoses* do internauta. É claro que, ainda, o automóvel é fator relevante na mobilidade humana. Como já discutimos aqui, as transformações sociotécnicas não correspondem à aniquilação de uma tecnologia por

outra: podem até mesmo fortalecer seu uso, através de novas relações com o tempo e o espaço, e da produção de novas representações destes.

Voltemos à discussão acerca da presença do *Airbnb* nestes locais e às principais representações de rural que se busca consumir através da mediação desta plataforma. São tipologias específicas de ruralidades, transformada em *commodity*, cujo consumo exige a locomoção física para realizar-se. “O ciber-espaço é sobretudo visível nas modificações que introduz no espaço real” (FIDALGO, 1999, p.1). Este propagandeado espaço rural – o que ocorre, diversas vezes, em espaços virtuais – é consumido, assim, concretamente. Embora pareçamos recair, aqui, na dicotomia *virtual x real*, em verdade, queremos destacar exatamente o oposto: espaço virtual e físico, por assim dizer, são uma totalidade espacial.

Em observação de campo, em 30 de abril de 2018, percorrendo as localidades e fotografando cenas que comporiam nosso diário de campo, uma situação explanou essa indissociabilidade entre espaço virtual e real, escala local e global, cotidiano e controle, a partir do meio técnico-informacional. Ao tirar uma foto de uma paisagem da localidade rural de Barracão dos Mendes, o *smartphone* sugeriu, “autonomamente”, que eu adicionasse a fotografia à mídia locativa do Google, o *Google Maps* – atrelando aquela imagem a um estabelecimento comercial (supermercado) do núcleo urbano da localidade:

Figura 20: Registro da sugestão de inclusão de fotografia retirada na localidade rural de Barracão dos Mendes, no aplicativo Google Maps.

Fonte: A autora (2018).

Se quando tratamos da presença do *Airbnb* nessas localidades rurais, traçamos a presença multiescalar do capital; aqui, novamente, destacamos um rural mapeado por essas grandes corporações. Nos espaços rurais, é muito comum discutir e pensar meios para a rastreabilidade dos gêneros agrícolas ou do gado para a gestão dos empreendimentos rurais, através do uso cada vez mais sofisticado das TICs. Seja através da identificação eletrônica dos animais (MACHADO; NANTES, 1999), para monitorar as diversas etapas de produção da carne (ALMEIDA *et al*, 2019) ou para controle de qualidade e procedência de produtos agrícolas (FURLANETO; MANZANO, 2010), o monitoramento através da rastreabilidade por meio de tecnologias da informação é há muito utilizado em unidades produtivas rurais. No entanto, aqui, estamos falando da rastreabilidade humana, às vezes “involuntária” e que controla também os espaços rurais: “as tecnologias de rastreamento se somam ao celular nesse projeto de inter-relação entre homem e máquina, permitindo o *escaneamento* do indivíduo” (AZEVEDO, 2010).

Assim, as chamadas mídias locativas⁸⁴ “promovem uma organização e distribuição analítica do corpo interfaceado, quadriculando-o agora numa ordem de controle sobre espaços abertos, tendo **o planeta inteiro** como lugar de ordenação para o consumo” (idem, grifos nossos). Deste modo, embora relacionado prioritariamente aos espaços urbanos (criando uma cidade interfaceada, segundo o mesmo autor), as localidades rurais de Nova Friburgo demonstram – em diversas dimensões e escalas – como os espaços rurais estão, eles também, vigiados, rastreados e escaneados. As interlocuções com moradores dessas localidades, ao nos apontarem suas presenças em aplicativos como o *Instagram* ou o *Whatsapp* – ambos repletos de ferramentas locativas – e a presença dessas localidades rurais nos espaços virtuais da *world wide web* nos chama a atenção, então, para essa expressão da urbanidade (e globalização) no rural, que coloca-o na rede (*web*), mas, no entanto, não necessariamente coloca-o *em* rede.

São muitas as formas que podemos apontar essa rastreabilidade, controle e “ordenação para o consumo” dos lugares rurais pesquisados. Além das constantes menções a estes artefatos (como forma de lazer ou de trabalho), dos exemplos do *Airbnb*, ou da relação entre geolocalização e fotografia (tal qual na proposta do *Google* em atrelar uma fotografia a uma localização), também podemos notar esse processo numa pesquisa de campo pelas redes virtuais. As “*hashtags*” e a geolocalização do aplicativo *Instagram* nos levam rapidamente a essas localidades rurais – em verdade, a uma diversidade de imagens e representações desses lugares. A *tag* “Lumiar RJ” (“#lumiarrj”), por exemplo, possuía, em 16 de novembro de 2019, 6.180 publicações, a localização “CEASA-Nova Friburgo”, 234 publicações (públicas) e a *tag* “Vargem Alta – Terra das Flores” (“#vargemaltaterradasflores”), 17 publicações. Essas são só algumas das

⁸⁴ Santaella (2008, p. 22) define as mídias locativas como “tecnologias baseadas em lugares, ou seja, tecnologias sem fio, tecnologias de vigilância, de rastreamento e de posicionamento que permitem que a informação seja ligada a espaços geográficos”. Em sentido parecido Lemos (2007) propõe que: “As mídias locativas são dispositivos informacionais digitais cujo conteúdo da informação está diretamente ligado a uma localidade. Trata-se de processos de emissão e recepção de informação a partir de um determinado local. Isso implica uma relação entre lugares e dispositivos móveis digitais até então inédita”.

muitas (quase infinitas, talvez) formas de “encontrar” essas localidades nos ambientes virtuais – veiculadas a partir de suas imagens.

Em mesmo sentido, é possível “acessá-las” remotamente a partir de ferramentas como o próprio *Google Maps* e suas funcionalidades como o *Google Streetview*. Apesar das muitas vias não pavimentadas – e cuja pavimentação é uma demanda local importante, como vimos – estas localidades estão amplamente presentes nestes dispositivos. Algumas figuras abaixo demonstram pontos que foram percorridos durante as pesquisas de campo e que, mais ao final da pesquisa, foram novamente visitados – desta vez, através de suas imagens virtuais digitalizadas:

Figura 21: Conjunto de imagens do *Google Maps* – *Google Streetview* e imagem de satélite. Localidade rural de São Lourenço, Nova Friburgo.

Fonte: *Google Maps*, 2019.

Figura 22: Plantação de inhambeiro, em localidade rural de São Pedro da Serra e Ponte sobre o “Encontro dos Rios”, ponto turístico em localidade rural de Lumiar.

Fonte: Google Maps, 2019.

Figura 23: Imagem do Google Streetview e do Google Earth de estufas de produção de flores (e estabelecimentos de Agroturismo) em Vargem Alta.

Fonte: Google Maps, 2019.

No entanto, Hodson (2014), nos lembra que “milhões de pessoas ao redor do mundo vivem em **ambientes urbanos não mapeados**” (grifos nossos), o que representa um obstáculo para questões de saúde pública ou de resposta a desastres naturais, por exemplo. Favelas, que “milhares de pessoas chamam de casa”, como Kamrangirchar, em Bangladesh (uma das maiores do mundo) ainda não havia sido mapeada até o ano de 2014, bem como cidades inteiras no sul da Somália (idem).

O rural friburguense, por sua vez, é mapeado e, muitas vezes, o é para facilitar a produção de sua mercadoria: o seu “uso orientado ao consumo” pelas elites (como propunha MacCarthy, 2008). Veja-se, por exemplo, a imagem abaixo, onde se destaca o resultado de uma busca por “Encontro dos Rios”, um dos principais pontos turísticos (para banho de rio) na área rural de Lumiar:

Figura 24: Mapeamento do Google Maps de localidade rural de Lumiar, Nova Friburgo.

Fonte: Google Maps, 2019.

O resultado apresenta uma área repleta de pontos geolocalizados, onde destacam-se estabelecimentos comerciais (hotéis/pousadas e restaurantes). A mudança de escala (aqui, em sentido estrito) faz aparecer mais ou menos estabelecimentos. Com essa imagem exemplificativa, porém, buscamos demarcar a representação de um rural planejado para o consumo – com *links* que permitem “consumi-lo” a partir dessa busca,

com faixas de precificação já assinaladas e símbolos que permitem uma rápida identificação do *que* e *como* será consumido (restaurante, hotel, igreja, monumento ambiental). Nesta escala, as residências daqueles que chamam esse lugar de casa, aparecem como vazios – como são representadas, até hoje, vastas áreas do Congo (de acordo com Hodson [2014]).

A região de Campo do Coelho, o mais importante polo agrícola do município, tem também suas vias mapeadas e, nos pequenos aldeamentos do distrito, destacados a partir de geolocalização, os seus pontos de consumo. A seguir, temos dois exemplos desta afirmação. O primeiro, no povoamento de Barracão dos Mendes, onde destacam-se os mercados, lojas de produtos agrícolas, bancos e Igrejas. A segunda figura mostra área rural (e sua pequena concentração urbana) do mesmo distrito, na localidade de Santa Cruz. Nesta região, estão destacados um posto de gasolina, um mercado, dois estabelecimentos alimentícios e quatro Igrejas. Assim, ressalta-se (através de outra metodologia), o discutido nas seções anteriores, sobre a presença das Igrejas (aqui, mapeadas no território rural). Novamente, são os ambientes de consumo que se destacam.

Figura 25: Mapeamentos do Google Maps de localidade rural de Campo do Coelho, Nova Friburgo.

Fonte: Google Maps, 2019.

Consumo e meio técnico-informacional, no entanto, são dois termos que muitas vezes caminham juntos. E, boa parte delas, sem que saibamos. Assim, por mais que a midiatização do lugar rural se demonstre em diversas facetas que tentamos elencar aqui, de fato, há toda uma gama de formatos em que isso ocorre – em ambientes urbanos e rurais. Wentzel (2019) aponta, por exemplo, por uma continuação de uma dinâmica colonialista que se dá a partir de ferramentas de *internet*. A autora, a partir de relatório da ONU, revela o processo através do qual “os usuários da internet cedem

de graça muitas informações a respeito de si mesmos, como idade, escolaridade, locais que frequentam, compras que realizam, perfis dos amigos”. Assim, conclui que, “de posse desse conhecimento, as plataformas mapeiam o perfil dos indivíduos e seu poder de consumo, transformando-os em “produto” ao revenderem com grande lucro as análises a terceiros. Os compradores são normalmente empresas que buscam atingir a um público alvo do qual o indivíduo faz parte” (idem).

Essa prática é comparada ao ciclo colonial pois, desse modo, cria-se uma balança de relações assimétrica: oferecemos (gratuitamente) nossos dados que são exportados e os “bens acabados” (a análise processada desses dados), são “revendid[os] pelas plataformas estrangeiras a empresas locais” (ibidem). Neste ponto e, pensando na atividade agrícola, a autora destaca um caso emblemático: o “Fieldview”⁸⁵ – software que, com dados (“brutos”) da lavoura (fornecidos pelo próprio produtor) produz relatórios que são revendidos aos próprios produtores. Gera-se, assim, um novo modelo de dependência – aos moldes do monopólio de sementes e biotecnologia: uma dependência digital ou informacional.

Se Fidalgo (1999) apostava, no fim do século passado, que poder-se-ia fazer uma “nova Geografia a partir do custo das chamadas telefônicas”, de fato, podemos (e acreditamos ter apontado caminhos) da construção de uma geografia a partir das transformações sociotécnicas informacionais – que abarcam, num movimento de metropolização e globalização do espaço, os lugares rurais.

4.4 “Para não dizer que não falei de flores”: atividade agrícola, urbanidades no rural e ruralidades no urbano

Conforme discutido na introdução desse trabalho, esta tese tomou rumos que não estavam previstos. Embora o interesse geral da pesquisa não tenha mudado (ou seja, compreender as transformações nas relações

⁸⁵ Segundo o *site* da própria empresa, o Climate FieldView™ é sua plataforma de agricultura digital, que coleta e processa automaticamente dados de campo e te ajuda a avaliar a performance de cada talhão, do plantio à colheita.

urbano-rurais na contemporaneidade), o foco inicial estava nas transformações na vida cotidiana, compreendendo que as mutações nas relações de trabalho (agrícola, em especial) teriam papel preponderante – o que, agora, me parece, ainda recaía em uma visão limitada do lugar rural.

No entanto, o próprio trabalho até aqui desenvolvido evidencia – como não poderia deixar de ser – a importância dessa atividade como meio de vida nas localidades estudadas. As figuras 5 a 10, por exemplo, demonstram a presença da atividade agrícola nos distritos de Campo do Coelho e São Pedro da Serra, na comunidade de Vargem Alta. Esta última destaca-se na produção de flores de corte – daí o nome sugestivo do título desta seção do texto. Nascimento *et al* (2018) ressaltam, por exemplo, que o manejo do crisântemo tem se constituído em um dos segredos que os produtores de Vargem Alta dominam, sendo significativa essa produção para atender à demanda do mercado fluminense.

Ao longo dos trabalhos de campo realizados, podemos notar o fortalecimento dessa atividade econômica na região, o que nos levou a buscar outras perspectivas para analisar este processo. Assim, uniu-se à observação de campo e à fala de entrevistados, a análise de imagens de satélite para, assim, endossar a hipótese de que haveria um crescimento na produção de flores na região.

A imagem a seguir mostra os resultados de um fragmento da localidade de Vargem Alta, demarcando o crescimento na quantidade de estufas para a produção de flores entre os anos de 2010 e 2018:

Figura 26: Presença de estufas de produção de flores em Vargem Alta (Nova Friburgo), 2010 e 2018.

Fonte: Elaboração de Gustavo Ramos, a partir de dados do *Google Earth* e proposta da autora.

As evidências demonstram, assim, um crescimento na atividade – ao lado de uma ascendente tecnificação desta produção. Na área que tomamos de exemplo, o aumento na quantidade de estufas foi de cerca de 50%. Esta condição é facilmente observada em campo e coloca Nova

Friburgo como a maior produtora de flores do estado do Rio e a segunda maior do Brasil, atrás apenas de Holambra, no estado de São Paulo (IBELGA, 2016).

Segundo Gasparini (2012, p. 61-62) “o cultivo protegido de flores de corte (cultivo em estufas) apresenta diversas vantagens em comparação à produção a céu aberto, [...]: maior rendimento por área; melhor qualidade do produto; maior facilidade no controle das pragas; melhor programação da produção; ciclos mais curtos (em decorrência de melhor controle ambiental) e redução de perdas de nutrientes por lixiviação (DIAS-ARIEIRA et.al., 2008). Ocorre que, como também nos lembra a autora (idem, p. 62) “o custo do investimento inicial para montar a estufa é alto, o que inviabiliza a adoção desta tecnologia para muitos produtores”.

Em 2013, porém, o jornal local “A Voz da Serra” denunciava aquilo que Hidalgo (2007) chamava da formação de *precariópolis* – aqui, a precarização do lugar rural. Segundo notícia veiculada, Vargem Alta apresentava um cenário de “muitas flores, mas ainda sem comunicação e acesso” (AMORIM, 2013). Já naquele momento, a (ausência de) *internet* era uma preocupação central dos moradores e produtores:

“Como pode sermos um grande centro produtor de flores e não podermos fechar negócios se não há internet por aqui? O celular depende de antenas solitárias nos telhados e mesmo assim para funcionar a dificuldade é grande. Nunca se sabe quando iremos conseguir completar uma ligação”, denuncia o produtor e membro do conselho fiscal da Associação dos Agricultores Familiares e Amigos da Comunidade de Vargem Alta (Afloralta), Carlos David De Martin Hosken, que trocou o Rio de Janeiro pela atividade rural há 17 anos (AMORIM, 2013).

A estrada que liga Vargem Alta ao núcleo de São Pedro da Serra segue, em sua maior parte, não pavimentada⁸⁶. Aquela que liga a parte inicial da localidade à estrada RJ-142, está, atualmente asfaltada.

Hoje, no entanto, parte da produção de flores na região está vinculada ao Agroturismo – o que, possivelmente, colabora com o crescimento da

⁸⁶ Ao menos até a última pesquisa de campo realizada nessa região, em fevereiro de 2019.

atividade no local. Este movimento ocorre sobretudo nas localidades de São Pedro da Serra e Lumiar, onde o fomento do Agroturismo aparece como uma possibilidade de diversificação da renda das famílias. Assim, o circuito SerraMar de Agroturismo buscou mapear e incentivar essa perspectiva (CALDAS, 2014) e criou-se, também, o Circuito das Flores (AMORIM, 2013). Os moradores seguem queixando-se sobre a fragilidade nas tecnologias de comunicação – que dificultam o comércio e a expansão da atividade turística. De todo modo, este projeto de desenvolvimento vai ao encontro da perspectiva analítica das novas ruralidades – afirma-se o espaço rural enquanto um espaço de vida que se reinventa a partir de suas pluriatividades. No entanto, como vimos até aqui, trata-se, de fato, de um rural permeado de urbanidades (demanda urbana; utilização das TICs para divulgação e gestão; enfim, toda uma racionalidade urbana que adentra esse ambiente).

Há, por exemplo, uma certa gentrificação do espaço agrícola nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, de acordo com algumas falas de moradores: os preços ao redor dos núcleos urbanos da região adequaram-se à cada vez maior atratividade desses lugares frente aos novos moradores (de primeira ou segunda residência) – veja-se, por exemplo, a figura 14 com anúncios de casas à venda nos limites rurais do município, com valores que chegam aos milhões de reais. Além disso, os sítios agrícolas perderam lugar para atividades relacionadas ao turismo: sítios para aluguel de temporada, pequenos empreendimentos de comércio e serviços. No entanto, parece que este processo pode levar a um movimento paralelo (e pontual) de ressurgimento da atividade agrícola na região – como o exemplo do cultivo de flores, anteriormente citado.

Retomando a questão de processos que dão novos fôlegos – ou imprimem novos rumos – à agricultura nas localidades pesquisadas, podemos fazer um paralelo com aquilo que propõe a antropóloga Lívia Barbosa (2009 e 2016), ao discutir acerca das tendências da alimentação no mundo contemporâneo. A autora demonstra como este campo engloba, na atualidade, elementos como a ética e a estética – havendo, assim, um processo de “eticização” da alimentação na contemporaneidade

(BARBOSA, 2009; 2016). Poderíamos compreender tal dinâmica como impulsionadora da agricultura orgânica/ecológica/agroecológica na região. Segundo a antropóloga, em trabalho conjunto com Gomes (2016):

Nenhuma troca pode ser considerada tão antiga e estabelecida, nem tão legítima e moral como a de alimentos. No entanto, quando a consideramos hoje verificamos que nenhuma outra esfera da vida cotidiana encontra-se tão profundamente sob juízo. Nas últimas décadas, a alimentação não só adquiriu uma centralidade e visibilidade que antes lhes eram estranhas (Barbosa, 2009 e 2016), mas se tornou, como sugere Erbstadt (2009) um imperativo categórico, no sentido kantiano, ou seja, temos que comer correto.

À montante desse processo, está, certamente, a eticização da própria produção alimentar. Isto ocorre pois a eticização da alimentação envolve “questões socioambientais e de contestações ao regime alimentar vigente, no que se refere aos aspectos humanos, ecológicos e sociais” (GUILHERME, 2016, p. 25). Assim, subjacente à eticização da alimentação, estão as transformações de práticas espaciais (laborais) de lugares rurais, que buscam adequar-se a esse nicho de mercado. Neste sentido, considerando a demanda urbana por uma comida com selo orgânico/agroecológico/de produção local. Seria, talvez, aquilo que Woods (2012) anuncia como um reposicionamento do lugar rural (“das margens para o centro”) a partir de novas discussões e novos desafios globais.

Ampliando esta discussão, podemos nos questionar se esse não é um processo pelo qual passa o próprio espaço rural – ou sua representação à qual denominamos, anteriormente, de uma *permanência bucólica*. Parece haver uma busca pelo consumo de um espaço que permite, ao mesmo tempo, uma aproximação à natureza (um meio ambiente saudável ou mesmo um resgate da ancestralidade) e uma experiência cultural (um modo de vida – rural – que representaria, portanto, alguma autenticidade em relação à vida no urbano-metropolitano). As discussões acerca do turismo nas localidades pesquisadas, notadamente a partir da análise do caso do *Airbnb*, endossam essa afirmação.

Assim, há momentos em que as práticas espaciais (quando percebidas pelas diversas enunciações dos sujeitos) deixam escapar a

representação do lugar rural como um bem social ou bem coletivo (aos moldes do discurso acerca do meio natural), cuja preservação/conservação seria uma forma de participação cívica, uma postura ética. O comentário abaixo⁸⁷ endossa esse eixo discursivo, ao englobar a perspectiva ambiental e cultural do lugar:

“Tivemos uma tamanha qualidade de vida nesse lugar, que posso afirmar que ainda existem lugares no Brasil que seu cotidiano se aproximam dos melhores países do mundo. Precisamos contribuir com a preservação ambiental e cultural desses ambientes para que outras pessoas tenham a oportunidade de visitá-los”.

Assim, há uma certa perspectiva patrimonialista sobre o espaço – aquele que preserva uma menor artificialidade (frente às metrópoles) e uma autenticidade cultural, indicando que estaria alheio à pasteurização consequente de um processo de globalização. Em sentido parecido, há um discurso holístico, inclinado a uma visão de sustentabilidade – aproximando-se, ainda assim, de uma sustentabilidade ecológica:

“Um lugar para pessoas que querem viver em contato direto com o que o planeta terra tem de melhor, sendo parte desse ecossistema”.

Interessante notar, também, que esta postura frente ao espaço rural, ou seja, de uma noção de ética frente ao espaço – entendido como um bem comum – aparece, também, em uma das devolutivas das assembleias de discussão para construção do plano diretor do município, onde pontua-se que “o coletivo tem que exercer seu espírito de coletividade”. Por vezes, essa eticização do lugar rural é utilizada como marca comercial. Veja-se por exemplo o estabelecimento abaixo, de revenda de veículos com a seguinte campanha: “A cada veículo vendido ou serviço realizado acima de R\$ 1000, 10 mudas de árvores da Mata Atlântica serão plantadas em local à escolha do cliente”.

⁸⁷ Comentário deixado por turista usuária do Airbnb.

Figura 27: Revendedora de carros em Lumiar.

Fonte: A autora, 2019.

Essa (re)valorização da ruralidade, notadamente em sua face ambiental e naquilo que se relaciona à alimentação – para nós, uma ruralidade no urbano – traz consigo também um (re)inventar de atividades locais que, ao unir esses dois aspectos, ensaia um retorno à atividade agrícola. Em verdade, não se trata de um retorno. Como bem nos lembrava Mayer (2003, p. 529), “se o passado traz um certo fascínio, é preciso considerar que tudo muda. A história não volta”. É nesse sentido que remarcamos que não há de se falar em neorruralidade, uma vez que não nos deparamos com um “retorno” ao rural; ou seja, não consiste em um rural atualizado pelos urbanos, ou sujeitos urbano que se tornam rurais pelas novas práticas espaciais baseadas em áreas rurais.

Nesse caminho, o retorno à atividade agrícola também não é um retorno, posto que não se retorna, nunca, ao ponto que se partiu. É uma reinvenção, que se pauta, sem dúvida, em conhecimentos familiares, ancestrais, de muitas histórias de vida e formas particulares de se relacionar com o espaço. No entanto, conversa agora com o mundo cada

vez mais globalizado, levando a “modos de vestir, falar, agir, pensar, lutar, imaginar [...] impregnados de signos do mundo urbano, da cidade global” (IANNI, 1999, p. 50).

As feiras locais ressurgem a partir dessa demanda por sustentabilidade (em sentido amplo), que, às vezes, confunde-se com demanda por ruralidade: alimentação orgânica, venda direta pelo produtor, valorização de produtos que estariam perpassados de conhecimentos ancestrais, rurais (receitas caseiras, ervas medicinais). Nelas, misturam-se os novos e antigos moradores. Alguns depoentes (entre os antigos moradores) relatam que estão, agora, “fazendo feira”. Essa dinâmica, no entanto, parece estar mais fortalecida no eixo Lumiar – São Pedro da Serra, provavelmente pela inter-relação mais fortalecida entre antigos e novos moradores. No 3º distrito, prevalece a agricultura para abastecimento da capital, sobretudo via os grandes mercados distribuidores (seja os locais, como a CEASA de Conquista, seja os centralizados, como a CEASA do Rio de Janeiro ou o CADEG⁸⁸). O uso de atravessadores (em geral de famílias agricultoras melhor estruturadas na região, proprietárias de terra) é ainda uma realidade, e pouco se fala em venda direta ao consumidor – bem como de produção orgânica ou agroecológica. Lembremos do relato do Secretário de Agricultura em 2016, que, ao ser questionado sobre a produção orgânica no município, caracterizou-a como ínfima e restrita à atividade dos *outsiders*.

Tal relato vai ao encontro do acima citado: de fato, é Campo do Coelho o distrito responsável por colocar Nova Friburgo no mapa da produção agrícola no estado do Rio de Janeiro, no que tange à quantidade produzida. Essa produção, no entanto, coloca-se nos moldes tradicionais (de acordo com as características locais): pequenas e médias propriedades familiares, com participação de meeiros, produção convencional de legumes e hortaliças. Vê-se, no entanto, que também nesta localidade encontram-se (dentre muitas dificuldades), novos fôlegos à atividade

⁸⁸ O CADEG é o Mercado Municipal do Rio de Janeiro, cuja sigla corresponde à Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara.

agrícola. A revitalização do CEASA de Conquista, no distrito em questão, é citada por entrevistados como uma conquista local, que dinamizou a economia agrícola: há registros de que, antes da chamada revitalização (em 2014), foram comercializados 13 mil toneladas de produtos no Mercado do Produtor, passando à cerca de 25 mil toneladas em 2016, após a revitalização.

A Figura a seguir apresenta cenários das duas “vertentes” de produção e comercialização da produção agrícola, com imagens do CEASA em Nova Conquista, de depósito e distribuidora de alimentos em Barracão dos Mendes (lado esquerdo) e a Feira Agroecológica de Lumiar (lado direito). De um lado, prepondera a agricultura convencional, do outro, a orgânica e agroecológica, unida a uma chamada cultural, artística e turística desse evento. Aproxima-se, assim, daquilo que Guilherme (2016) aponta como uma a gastronomização da agricultura familiar, “uma adesão de chefs de cozinha à causa rural”.

A LUMIAR
Associação Agroecológica e Agricultura Familiar
de Lumiar e Arredores

**Feira Agroecológica e Agricultura Familiar
Arte e Cultura de Lumiar e Arredores**

Figura 28: Mosaico de imagens - CEASA em Nova Conquista; depósito e distribuidora de alimentos em Barracão dos Mendes; Feira Agroecológica de Lumiar.

Fonte: Autora, 2016, 2019.

Em relação à produção de orgânicos nas localidades pesquisadas, destacou-se, nas falas a este respeito, as diferentes propostas no que tange ao desenvolvimento rural e os interesses distintos no que se refere às prioridades da agricultura no município. Em entrevista na Secretaria de Agricultura do Município, percebeu-se como havia uma visão enfática em relação à produção orgânica: os produtores teriam dificuldade de organização e a produção seria ínfima. Nota-se, no entanto, que há veiculação de notícias⁸⁹ e estudos que contradizem esta afirmação. Na visão de outro interlocutor, no entanto, a produção de orgânicos tem relevância, mas encontra entraves no processo de certificação. De acordo com Britto Pereira e Martins (2010, p.12):

O caráter específico [da] produção orgânica iniciada no estado do Rio de Janeiro a partir de 1980 está no perfil desses produtores pioneiros - agrônomos, em sua maioria de origem urbana - que produziam olericultura na Região Serrana do Rio de Janeiro, área identificada como cinturão verde do estado e relativamente próxima a Região Metropolitana. E nesse momento, o município de Nova Friburgo abrigou boa parcela desses atores sociais envolvidos com a proposta de construção de novos modos de vida e de produção agrícola.

O perfil dos demais produtores se constitui, em sua maioria, de profissionais de diferentes áreas, ex-residentes da cidade do Rio de Janeiro e que buscaram, após a aposentadoria, uma melhor qualidade de vida no interior, assim como uma atividade que lhes proporcione um contato mais próximo com a natureza. Esses sujeitos trazem consigo concepções ambientalistas que se traduzem na opção pelo manejo agrícola de base ecológica em suas propriedades.

No mesmo sentido, Barros (2011), afirma que:

A agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro emergiu no setor da horticultura e na mesma região de domínio dessa atividade no estado: a região serrana fluminense. Como a olericultura só era cultivada nos moldes convencionais, a agricultura orgânica se voltou para o mercado consumidor da região metropolitana, sendo, contudo, comercializada através de nova estrutura que garantia a procedência orgânica das mercadorias. Inicialmente, os produtores eram de base urbana e iniciavam um novo negócio. O crescimento das oportunidades do produto orgânico no mercado metropolitano do Rio de Janeiro e uma maior divulgação dessa prática agrícola atraíram novos produtores, requerendo um processo de conversão para aqueles agricultores já envolvidos na horticultura convencional.

89 Veja-se, por exemplo, notícia do crescimento deste modo de fazer agricultura na região – disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1884777/agricultura-organica-cresce-com-adocao-de-resultados-de-pesquisa>.

Nota-se, pois, que a produção orgânica na região tem um histórico de construção por demandas ou iniciativa de origem urbana – ensejando em transformações neste espaço, que se manifestam ora na reestruturação de produtores locais (com o intuito de alcançarem este nicho), ora no conflito ou mesmo recusa de setores do Estado em agregar esta forma de produção às políticas de agricultura da região. A presença deste formato de agricultura, assim, não se estabelece sem contradições. Martins (2017, p. 22), ressaltou, em seu estudo na região, que se identificou “a tendência da agricultura orgânica de se afirmar entre estratos de produtores neorrurais mais capitalizados e com renda predominantemente não agrícola”. A autora desenvolve bem esse campo de contradições e conflitos ao relatar que:

tivemos contato com agricultores familiares que, por recomendação médica e outros igualmente legítimos motivos, abandonavam o cultivo convencional com agroquímicos e se aproximavam da ABIO, mas não conseguiam se estabelecer no mercado orgânico por uma série de restrições, questões estas recuperadas de forma resumida na presente tese. Agricultores que apostavam energia, economias e esperanças em uma transição orgânica, mas infelizmente se viam economicamente forçados a retornar ao manejo convencional, e assim o faziam. Também atingidos pelas pressões impostas pelos circuitos do grande mercado capitalista orgânico, os pequenos agricultores neo-rurais orgânicos da ABIO, atores sociais de inegável importância como divulgadores, militantes e inovadores técnicos, mantinham suas produções como uma forma de militância subsidiada com recursos econômicos próprios provenientes de rendas não-agrícolas, o que não se mostrava viável para a maioria dos agricultores familiares (MARTINS, 2017, p.22).

Assim, a autora conclui: “enfim, o rural alternativo não era para todos...” (idem). Em contrapartida, alguns estudos evidenciam como o turista pode “se configurar como um inibidor de processos de manejo que não vão de encontro com a legislação ambiental vigente”, uma vez que há, por exemplo, roteiros de agroturismo em que se propõe “a participação do visitante nas etapas de produção agrícola” (NASRI, 2016, p. 346).

Sobre isso, pode-se fazer uma análise combinada a outra manifestação em entrevista na Secretaria de Agricultura do município: enuncia-se uma visão de que o turismo em São Pedro da Serra ou Lumiar

(feito por “alienígenas”⁹⁰), por exemplo, teria sido prejudicial para o desenvolvimento da agricultura na região. Assim, em certas visões do rural, o turismo e a produção orgânica, por exemplo, são tidos como invasões aos modos de vida e às prioridades do rural que se representa e se quer construir.

Neste ponto, a análise de Rua (2006) é precisa e esclarecedora:

É preciso referir a vivência virtual das territorialidades “carregadas” pelos turistas, nos relatos efetuados por eles, nos hábitos diversos, tão contrastantes com os dos “locais”. O que se deseja reforçar é que o capitalismo tem encontrado novas forças de se transfigurar em múltiplas novas mercadorias – rural e natureza, em nossa exemplificação – e em criar outras formas de desigualização social e espacial, em que a possibilidade (ou não) de experimentar as múltiplas territorialidades se coloca como centro dessa desigualização.

O mesmo autor irá recorrer a Haesbaert (2004) para a síntese deste debate. Este último nos aponta para uma distinta condição entre uma elite globalizada e os tantos que ocupam a base da pirâmide social. Enquanto aquela tem à sua disposição múltiplas opções de território (possibilitando a vivência de uma multiterritorialidade), esses são, frequentemente, privados da possibilidade de um “primeiro” território, o “território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (idem, p. 21).

90 Expressão utilizada por entrevistado, demarcando uma visão pejorativa em relação ao que considera uma invasão feita por “outsiders”.

5. Considerações finais

“Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo”.

(Christian Schmid, 2008)

“O real não está nem na saída nem a chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”

(Guimarães Rosa, 1994)

Uma análise sobre o espaço, independente dos aspectos ressaltados ou perspectivas privilegiadas, sempre tangencia (ao menos) as relações deste com a terra, o capital e o trabalho. Neste sentido, o debate do urbano e do rural, de urbanidades e ruralidades e de cidade e campo, perpassa, necessariamente, pelos três termos citados. Por que se diferenciou, em certo momento, o espaço rural do espaço urbano? Decerto, as diferentes relações com a terra, com a (re)produção do capital e com a (exploração da) força de trabalho ensejaram na produção destes espaços com funções, características, cotidianos e, possivelmente, paisagens distintas.

Do ponto de vista da análise socioespacial, no entanto, todas estas distinções devem ser colocadas em suspeição; em outras palavras: devem ser analisadas sob a dinâmica da fluidez que é inerente ao espaço e às relações sociais. Assim, o que outrora poderia ser visto enquanto uma realidade socioespacial dual (rural-urbano; cidade-campo), hoje exige novos olhares, sob a égide dos processos de metropolização, globalização e reestruturação produtiva no/do espaço.

Neste trabalho, pensamos ter apontado algumas evidências deste processo, que exige, portanto, ultrapassar essa análise dicotômica (ou setorizada) do espaço. Assim, pensar a noção de rural pautando-se sobre

a dimensão do agrícola/agrário nos dias de hoje produziria o mesmo efeito que pensar, por exemplo, em uma terceira categoria de grandes parques industriais. Tanto do ponto de vista das paisagens como da lógica e da dinâmica de vida (relações socioespaciais), a vida urbana – e, em especial, a urbano-metropolitana – distancia-se tanto de um pequeno aldeamento rural quanto de um moderno complexo industrial, como, por exemplo, de portos ou distritos industriais.

Há aspectos num pequeno aldeamento rural que podem aproximá-lo da vida urbana (ou de sua representação): sociabilidade e encontro, troca de bens e serviços (ainda que em menor escala). Há, também, aspectos que os distanciam dela – e que estariam presentes, por exemplo, num grande parque industrial: ambiente fortemente artificializado; conectividade com outros equipamentos urbanos; presença de infraestrutura urbana moderna. No entanto, nesses também estariam ausentes o lugar da moradia, do encontro, da festa e outras manifestações espontâneas de urbanidade e do cotidiano urbano.

Assim, a partir dessa exposição – dada como um exemplo, não sendo o único – buscamos demonstrar a ineficiência de uma análise ou categorização funcional desses lugares. Pensar o rural enquanto estritamente agrícola é inócuo do ponto de vista da compreensão da relação entre o cotidiano e o espaço nesses lugares. É, também, inócuo do ponto de vista de seu planejamento ou promoção de políticas públicas – o que não exclui a possibilidade (e necessidade) de se pensar em políticas específicas para o agrícola ou o agrário (mas, aqui, notamos novamente: o mesmo pode ser feito para o industrial).

Nos aproximamos de Graziano da Silva (2002, p.8) quando este salientava que “[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano” e que “do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”. Interessante notar, no entanto, que, para o autor, o tema sequer é relevante – e aqui é onde nos afastamos de sua perspectiva –, a partir do momento em que ele conclui que “a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos

importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial” (idem).

Neste sentido, nos alinhamos à perspectiva trazida por Rua (2014), quando assinala que não devemos mais nos valer de uma interpretação de um rural setorizado ou percebido somente como um rural-agrícola-pecuário-extrativista; e sim como:

parte(s) da totalidade-espaço, ou, como passamos a referir, formas-conteúdo integradas a uma única espacialidade na qual as distinções (entre urbano e rural) são cada vez menos percebidas, na medida em que a mesma lógica capitalista integra, contraditoriamente e complementarmente, todo o espaço (RUA, 2014, p.3).

Esse integrar do espaço, que nos coloca, de certa forma, frente a uma única espacialidade (RUA, 2019), não corresponde, conforme já salientado ao longo do texto, à metáfora de um *continuum* espacial, onde o urbano espalhar-se-ia e englobaria, mais cedo ou mais tarde, todos os espaços, num movimento quase uniforme.

A longa jornada desta pesquisa de doutoramento denunciou a impertinência conceitual desta proposta. Os espaços estão, sem dúvida, cada vez mais sob o comando de urbano-metropolidades. As urbanidades no rural, dadas as múltiplas escalas pelas quais permeiam o espaço, influenciando-o e transformando-o, hoje podem ser pensadas em termos de urbanidades, metropolidades, globalidades e, ainda, ruralidades nestas localidades. Isto não ocorre de forma homogênea e, podemos levantar a embasada hipótese de que não levarão à urbanização (enquanto forma) completa do território.

Conforme propõe Lencioni (2015a, p. 8), “a antiga distinção entre campo e cidade, tão clara no passado, torna-se mais embaciada e, onde faz-se ainda nítida, ganha opacidade quando se examina o comportamento social pautado por um modo de ser que emana da metrópole e invade o campo”⁹¹. Falar em campo e cidade buscando defini-los com critérios

⁹¹ A autora exemplifica: “Os homens do campo e os ribeirinhos, os assentados, os que vivem em pequenas propriedades rurais ou nas cidades, os que vivem em casas flutuantes e nas palafitas, por exemplo, reproduzem hábitos e valores metropolitanos veiculados pela televisão. São todos eles homens de seu

formais e não relacionais perde cada vez mais o sentido, tanto do ponto de vista analítico (posto que o processo de metropolização abarca, multiformemente, todos os espaços), quanto no que tange ao planejamento e organização territorial⁹².

Além disso, os fenômenos de “migração por estilo de vida ou amenidades” (HIDALGO; ARENAS, SANTANA, 2016), ou, ainda, as formas cada vez mais transformadoras (da lógica espacial e do cotidiano) de se fazer turismo em espaços rurais, não deixam negar a relação indissociável entre rural e urbano. Exige-se, assim, outros modos de se pensar essa(s) geografia(s). Alguns enfoques, como o de Salazar, Hidalgo e Paéz (2011) – que alvitraram uma tipologia de gradientes de ruralidade, onde a relação com o urbano é central – ou Rua (2006, 2014) – que propõe um diálogo entre o urbano e o rural, através da análise das urbanidades no rural – permitiram compreender a complexidade (e a multiescalaridade) das transformações das práticas espaciais, das representações dos espaços rurais friburguenses e dos seus espaços de representação.

Tal qual o cidadão do capitalismo comercial não é o mesmo – em seus hábitos, na paisagem que o cerca, na sua relação com o espaço e as técnicas – também não o é o morador do espaço rural o mesmo daquele descrito pela representação do camponês clássico (ou os diferentes povos rurais brasileiros – dentre os quais estão os ribeirinhos, os quilombolas, os caiçaras, dentre outros). Ainda assim, a leitura mais aprofundada do processo histórico de produção do espaço rural friburguense leva à constatação de que, de certa forma, encontramos-nos diante da manutenção (e atualização) de um projeto antigo – e colonizador. Colonizador de territórios, de seus modos de produção (e produção do espaço). A tríade

tempo com um modo de vida historicamente constituído. Submetem-se progressivamente a uma sociedade de consumo, experimentando signos que apreendem como modernos e contemporâneos, mesclando o tradicional modo de vida com o novo” (LENCIONI, 2015a, p8).

⁹² Veja-se, por exemplo, a discussão feita por Lencioni, quando traz a ideia de cidade-região e “dos limites de se pensar essas escalas de análise [local, regional, global] de forma hierárquica piramidal” (2006, p. 65). Aqui, tratamos de um aspecto específico dessas escalas, ou seja, de características internas a essas escalas: as dimensões do urbano e do rural.

lefebvriana do espaço hierarquizado-fragmentado-homogeneizado colabora para a compreensão desse processo: a metropolização do espaço imprime a estas localidades rurais a contraditória dinâmica de produção de diferenças – não há dúvidas, estamos em um lugar ímpar, que não é a metrópole carioca – e a produção de desigualdades (uma precarização, por vezes, projetada – através de representações de um espaço rural preservado ou atrasado, a depender da lente que se observa). Instala-se, assim, a hierarquização e fragmenta-se o espaço. Produz-se a diferença, a desigualdade e, ao mesmo tempo, a identidade, o igual. O processo homogeneizador, atualização do projeto colonizador (uma ocidentalização do espaço), vê-se, ainda, em curso. É o que Mayer concluía, em 2003, ao analisar o processo histórico de chegada de colonos europeus nas terras brasileiras e, em específico, em terras friburguenses:

Se de um lado a implantação de colônias baseadas na pequena propriedade pode ser vista como a aplicação de uma reforma agrária mediante a qual terras devolutas ou fazendas improdutivas deram origem a viabilização de núcleos humanos, por outro há que se examinar o processo histórico pelo qual se engendraram carências educacionais, grandes problemas de saúde, marginalização no plano da cidadania. E mais, cercados muitas vezes de uma exuberante natureza, os colonos e seus descendentes não só limitaram sua produção e consumo a alguns poucos produtos como tem agido de forma predatória, fazendo largo uso da antiga coivara. E mais modernamente estão se perdendo conhecimentos adquiridos sobre o patrimônio florestal em troca de uma total subordinação aos produtos veiculados pela indústria alimentar, farmacêutica, amplamente propagandeados pela mídia (p. 81).

A proposta de colonização suíça em Nova Friburgo agradava pois, dentre outros, ia ao encontro de um projeto de europeização do Brasil⁹³. Dava-se início a um longo projeto – ainda em curso – de desenvolvimento, rumo à modernidade ocidental. Há de se ter em mente, assim, que o desenvolvimento se constitui como uma categoria fundamental da

⁹³ “A proposta da criação de uma colônia foi negociada. A ideia de uma colônia de suíços vinha de encontro à necessidade de povoamento, de incremento da produção e de assimilação de mão-de-obra qualificada. Ajustava-se ao pensamento oficial de fazer do Brasil um reino inspirado em modelos europeus” (MAYER, 2003, p. 83).

modernidade. Categoria esta que tem dificuldade, por assim dizer, em lidar com a diversidade. Suas pretensões limitam as possibilidades de reconhecimento dessa diferença; e, em um discurso eminentemente neoliberal, o *outro* (aqui, o que foge ao padrão moderno/racional) pode até mesmo ser reduzido a um “consumidor diferenciado”, conforme aponta Little (2002).

Assim, alguns pensadores remontam esta discussão ao processo histórico de colonização. Assim, o próprio modelo de desenvolvimento – e sua base racional/moderna – seriam heranças deste processo. Quijano, por exemplo, traz a ideia de que não há a modernidade, senão para alguns – de cultura europeia – e, aquelas sociedades cujas culturas não passaram pelo processo de transição (tão óbvia e desejável, segundo o ponto de vista daqueles) do “tradicional” para o “moderno”, estão, ainda, em um momento de colonialidade cultural. A análise abaixo traz nuances ainda mais perversas deste processo:

Deste modo, como bem expõe Quijano (1992, p. 438), “a repressão recaiu sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens, sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual”. Neste ponto, podemos elencar mais um novo formato dessa colonização, relacionada à presença das TICs nos lugares rurais friburguenses. Thompson (2008), destacava como as mídias massivas são um elemento-chave para a expansão do projeto modernizante a nível global. Conforme discutimos no capítulo anterior, a partir da constante conectividade e rastreabilidade (agora, não mais exclusivas dos ambientes urbano-metropolitanos, como vimos) há um efeito “similar ao ciclo colonial, durante o qual se exportavam produtos de baixo valor agregado e se importavam bens de consumo acabados” (WENTZEL, 2019).

Castells (2003) já sinalizava como “o uso da internet está se difundindo rapidamente, mas essa difusão segue um padrão espacial que fragmenta sua geografia segundo riqueza, tecnologia e poder: é a nova geografia do desenvolvimento”; ao passo em que “não existe nenhuma

indústria ou empresa absolutamente virtual” (SASSEN, 2007). Ampliamos a afirmação (intrinsecamente presente nesta apresentada por Sassen), ao afirmar que não há um espaço absolutamente virtual – ou absolutamente físico, da mesma forma. Nos deparamos, ao investigar os lugares rurais friburguenses, com uma produção do espaço (e do social) que se dá a partir de uma construção relacional entre essas tecnologias – ou seja, a presença da virtualidade – e uma vida cotidiana atrelada a características específicas, não urbanizadas, mas repletas de urbanidades e ruralidades.

Assim, o espaço friburguense se transforma a partir da presença de antigos e novos moradores, turistas e moradores temporários, empresas locais e globais, instituições governamentais, técnicas (como diria Santos, 1996b, “existem todas as empresas, existem todas as instituições, e todos os homens juntos existem” e são eles que produzem o espaço). Para usar a metáfora da entropia, no cenário da chaleira que esquentava o ambiente ao passo em que se esfria, nos parece que, ainda que sigam trocando calores, há temperaturas bem diferentes em cada um dos polos. Sobre isso é interessante ressaltar também que a metáfora nos é útil sob o prisma da troca mútua, mas, nunca, sobre o seu resultado: não haverá o momento em que chegamos a uma temperatura homogênea.

A noção de entropia, talvez, nos inspire a visualizar esse processo sob o seguinte ângulo: algo que ao se modificar, promove modificações, instalando uma desordem. E, tal qual prevê esse princípio, tais modificações são irreversíveis. A metropolização do espaço, assim, ajuda a compreender essa transformação que, embora multidirecional (e desordenada e irreversível) nunca se completa em diluir as especificidades – são, também esses espaços, “terrenos do possível”.

Por exemplo, ao analisarmos os projetos para o rural friburguense, notadamente a partir da formulação e atualização de seu plano diretor – que contou com dinâmicas ditas participativas – notamos ali confrontos entre as representações das localidades rurais de Nova Friburgo e os espaços de representação de seus habitantes, os antigos moradores e, por vezes, os novos moradores. A questão ambiental, por exemplo, expõe essas múltiplas perspectivas sobre o lugar rural, além de carregarem,

consigo, uma série de códigos e demandas (muitas vezes, urbanas) que, em última análise, provocam transformações espaciais – veja-se o desencorajamento ou a mudança de práticas de alguns produtores, decorrentes desse processo de normatização do espaço. Dentre os exemplos que demos ao longo do trabalho, são muitos outros possíveis que demonstram o jogo escalar de produção do espaço – e, também, do lugar rural. Como exemplo, podemos avaliar a presença de uma demanda global que atravessa esses lugares a partir de conexões com estruturas supralocais, como o BIRD/Banco mundial, que subsidiam ou financiam uma série de iniciativas locais.

Encontramo-nos, portanto, frente àquilo que Graham e Marvin (2002) destacam como um “voar em estilhaços” da metrópole, que, aqui, chamamos de metropolização do espaço. As (constantes) transformações sociotécnicas desempenham papel fundamental nesse processo, o que se demonstra através de múltiplas escalas nas localidades rurais pesquisadas.

Assim, a dicotomia cidade-campo passa cada vez mais à centro-periferia, exceto que não se trata de uma conotação formal estrita dos termos centro e periferia. Trata-se de sua noção ampliada, onde o centro não necessariamente está no centro (geométrico) e a periferia no seu entorno. O centro tão pouco é uno ou tem seus limites bem delineados. Trata-se, sim, da produção de desigualdades que comporta conteúdos de centro e periferia enquanto marca principal – embora haja, também, a manutenção de ruralidades e urbanidades.

A manutenção dessa contradição, assim, nos coloca frente a um lugar rural que está na rede (mediatizado) mas não há, necessariamente, uma ruralidade *em rede*, posto que esse processo é marcado por assimetrias e hierarquias. Há, porém, a formação de uma rede de ruralidades e urbanidades, que, neste complexo processo de interações (mediadas pelas mais diversas técnicas), provocam transformações – em diversas direções – nas paisagens, nas subjetividades, na produção do espaço. Virilio (1993, p.11, grifos do autor) propunha que “com os meios de comunicação instantânea (satélite, tv, cabos de fibra ótica, telemática) a chegada

suplanta a partida: tudo chega sem que seja preciso partir”. Seria, portanto, o fim do espaço? A morte da cidade, ou, melhor, do urbano? E o rural, ficaria, mais do que nunca, sem *lugar*? Em verdade, o que assistimos é um jogo muito mais complexo de transformações nas relações cotidiano-espaço. Como propunha Deleuze (1992, p. 223): “não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo”.

Assim, assistimos a um rural que se dinamiza e que, a partir dessas transformações sociotécnicas, não deixa de existir, seja por tornar-se urbano, seja por “desaparecer” frente às novidades trazidas pelas novas tecnologias. O espaço rural, em verdade, vê-se transformado dentro de um processo que se aproxima daquilo que destacou Deleuze no trecho acima – torna-se espaço de expansão do capitalismo, representado, mediatizado, exposto enquanto mercadoria para consumo de elites urbanas.

Por outro lado, é também através dessas entidades sociotécnicas (mas não exclusivamente), que reinventa sua ruralidade, que sugere a possibilidade de uma rede de ruralidades, de (re) criação de laços comunitários; de dinamização de sua economia. Assim, se há um “pressuposto implícito de que a globalização é quase exclusivamente um processo urbano” (MCCARTHY, 2008, p. 130), encontramos, no caminho dessa pesquisa, nuances que nos afastam dessa premissa – embora, certamente, encontremos evidências de que ela nunca se realiza da forma que se pretende.

A *internet*, enquanto entidade sociotécnica fundamental desse processo, não aniquilou o espaço – e demonstramos, aqui, muitos indícios dessa afirmação. Em verdade, podemos apontar sentido oposto onde, muitas vezes, possibilitou a intensificação do seu consumo (espaço como mercadoria), em nosso caso, multiplicando os mecanismos pelos quais vende (representações do) o rural, redefinindo suas fronteiras e suas relações com o urbano-metropolitano. Molda-se o território para a possibilidade de consumo (virtual e material).

Neste sentido, (e contraditoriamente a um processo de homogeneização) instiga um reforço da experiência do lugar – em específico do lugar “exótico” (aqui, a não-cidade) – para, então, ser

representado em forma de imagem, ou espetáculo, na proposta debordiana, através da midiatização do lugar rural. Mantem-se, como demonstra Fragoso (2008, p.109), os referentes territoriais (segundo a autoras, “a permanência dos referentes territoriais é evidente em muitas interações *on-line*”), que se demonstram, ainda, centrais para a construção identitária e para a experiência de si e do outro.

Assim, a viagem como exercício do lazer torna-se ainda mais valorizada na cultura da era da comunicação e da informação: a possibilidade de compartilhar – e valorizar – essa experiência é instantânea. Disso não deriva, no entanto, que se deixe de viajar pela possibilidade de “acessar” esses lugares virtualmente (como, por exemplo, pelo mecanismo do Google Streetview ou as *tags* no Instagram como demonstramos no capítulo anterior). Nos instiga Lefebvre (2006):

Mas a cidade se coloca como lugar de reunião do que a envolve, incluindo o natural e o divino, as potências maléficas e as potências benéficas da terra. Imagem do universo (*imago mundi*), o espaço urbano se reflete no espaço rural que ele detém e contém enquanto tal; ao lado das determinações econômicas, religiosas e políticas, já existe numa tal relação um simbolismo, um aspecto de imagem e de reflexo: a cidade se percebe no seu duplo, sua repercussão, seu eco; ela se afirma contemplando-se do alto de suas torres, de suas portas, de seus sinos, na paisagem que ela modelou: sua obra.

O espaço rural friburguense, é, também uma expansão – não contígua – da metrópole, pelas conexões presentes nos cotidianos, por exemplo, daqueles tantos moradores que lá moram, mas vivem a metrópole: onde trabalham (ainda que à distância), onde consomem (*idem*), onde possuem laços afetivos e culturais. A metropolização do espaço dá-se, então, nessa explosão da metrópole também nestes lugares rurais.

Neste ponto, o par dispersão-centralização, apontado como característicos do movimento de metropolização do espaço, demonstra-se presente nas localidades: a presença das técnicas de comunicação e informação se espalha, ao passo em que se centraliza (na metrópole, nas cidades e empresas globais) sua gestão e lucratividade – aqui, os exemplos emblemáticos do *Google* ou do *Airbnb* ajudam a embasar essa afirmação.

Assim, ainda que não se trate de uma concentração territorial tradicional – característica da urbanização clássica –, há, de fato, novos modelos de centralização do comando; tornando, assim, ainda mais turvos os limites da metrópole e do rural e urbano. Este processo está, sem dúvida, atrelado à informacionalização dos espaços – as transformações sociotécnicas às quais nos referimos. Borja e Castells (2004) nos sinalizavam desta dinâmica, que integra globalmente o espaço dos fluxos, ao passo que fragmenta o espaço dos lugares.

Se a atividade turística (e as pluriatividades) no rural não são produtos da contemporaneidade (ARRAIS, 2013; HIDALGO, ARENAS, SANTANAS, 2016; GAITAN, RAINER; 2013), elas agora ocorrem intensamente sob essa dinâmica contraditória da dispersão (de novidades sociotécnicas) e a centralização (das unidades de comando e do capital). O turismo, enquanto modalidade central na diversificação de rendimentos do produtor local, vê-se cada vez mais globalizado e midiaticado. Essa midiaticação também permite a dinamização da economia local (pela possibilidade de divulgação, comunicação, negociação) sendo, portanto, uma demanda da população – essa, mais presente que outras infraestruturas básicas (como a pavimentação de vias ou a coleta de lixo).

É neste sentido que um outro par – contraditório – se instala: a inclusão e a exclusão, a presença e a ausência. Ao figurarem na rede, no *cyberespaço*, esses lugares também se tornam alvo de processos de exclusão, através da “elitização, exclusão, segregação e degradação ambiental” que pode se desenvolver (ou se intensificar) a partir daí. (HIDALGO; ARENAS, SANTANAS, 2016, p. 28). Encontramos, no rural friburguense, indícios daquilo que os autores identificaram no caso chileno – a reafirmação de uma representação do rural como utopia que cria, em verdade, sua antinomia, pela dispersão de novas – sobretudo mediadas pelas TICs – e velhas formas de segregação e elitização dos espaços.

Esse processo pode ser observado internamente ao município se considerarmos que há distintas dinâmicas entre o 3º distrito (majoritariamente agrícola) e o 5º e 7º distritos (o eixo Lumiar-São Pedro da Serra), onde menos de 10% das atividades estão relacionadas ao cultivo

(cf. o gráfico 1). São nesses últimos distritos onde se encontra um contingente significativo de imigrantes – sobretudo da RMRJ – e o grande polo turístico do município. Demonstra-se, assim, aquilo que MacCarthy (2008) apontava como uma “extensão global do processo de transformação dos espaços rurais em mercadoria para as elites”, mas, que ainda assim, tem, como foco, áreas “extremamente localizadas” (*op. cit.*, p. 131) – ou seja, permeadas de representações bastante específicas de ruralidade.

Assim, considerando que, em nossa perspectiva os espaços estão sempre em transformação, não acreditamos haver uma “invenção de um rural não agrícola” (FERRÃO, 2000). Há, de fato, ruralidade que supera o vínculo ou não com a atividade agrícola. No entanto, é interessante demarcar como, em nossa pesquisa, identificamos as três das tendências apontadas pelo mesmo autor: a de “renaturalização” (que identificamos tanto na ambientalização dos discursos técnicos como na representação dos turistas); a de mercantilização das paisagens (o consumo do espaço como mercadoria, identificado, sobretudo, na atividade turística e intensificado por meio das TICs) e a procura de “autenticidade”, que, como relatamos, leva a uma patrimonialização e eticização dos lugares rurais pesquisados –, encarados, por vezes, como *lócus* de resistência das dinâmicas homogeneizadoras dos processos de globalização. Aqui, mais do que uma “invenção de um rural não agrícola”, pensamos estar frente a um processo de um rural permeado de urbanidades – o que se densifica num espaço em metropolização.

6. Referências bibliográficas

AGLIETTA, Michel. Segunda Parte. Cap. IV - Concentración y centralización del Capital. Itens: 1. Definición y causas de la concentración del capital. 1.1 Concentración y centralización del capital industrial. In: **Regulación y Crisis del Capitalismo**. 3a ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986. p. 192-197.

AIRBNB. **About us**. Disponível em: <https://press.airbnb.com/about-us/>. Acesso em: 12/05/2019. 2019a.

AIRBNB. **The Airbnb Story**. Disponível em: <https://press.airbnb.com/fast-facts/>. Acesso em 11/07/2019. 2019b.

AIRDNA. **AirDNA MarketMinder**. Disponível em: <https://www.airdna.co/vacation-rental-data/app/br/rio-de-janeiro/nova-friburgo>. Acesso em: 6 de junho de 2019.

ALMEIDA, Juliano Vieira *et al.* Rastreabilidade na bovinocultura brasileira: Condições e benefícios. **PUBVET**, v. 13, p. In Press, 2019. Disponível em: <http://www.pubvet.com.br/artigo/6023/rastreabilidade-na-bovinocultura-brasileira-condiccedilotildees-e-benefiacutecios>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Encontro do Grupo do Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO**. Rio de Janeiro, 22 a 23 de novembro de 2000.

AMORIM, Henrique. Vargem Alta: muitas flores, mas ainda sem comunicação e acesso. **A Voz da Serra**. Arquivo de notícias. Sexta-feira, 20 de setembro de 2013. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/vargem-alta-muitas-flores-mas-ainda-sem-comunicacao-e-acesso>. Acesso em: 3 de agosto de 2019.

ARAUJO, Alberto José de *et al.* Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2007, vol.12, n.1, pp.115-130. ISSN 1413-8123.

ARRAIS, T. A. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário**. Goiânia : Editora UFG, 2013.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, núm. 5, 1999, pp. 79-92. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade: Campinas, Brasil.

AZEVEDO, Sandro. Vigilância Sobre Corpos e Espaços Híbridos: Tecnologia Sem Fio, Controle Sem Limite. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** – Vitória, ES – 13 a 15 de maio de 2010.

BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO. Michelle de Lavra e PACHECO, Janie K. **Juventude, consumo e educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009.

_____. A ética e a estética na alimentação contemporânea. In: Cruz, F. T.; Matte, A. e Schneider, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos** – Desafios e estratégias. Porto Alegre, Editor da UFRGS, 2016, pp. 95-123

BARBOSA, Livia; GOMES, Laura. Mercados Contestados. **Revista Antropolítica**, n. 41, Niterói, 2. sem. 2016

BARROS, Regina. Sustentabilidade na Agricultura e Geografia Agrária: O Contexto da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, p. 63-87, 2011.

Batty, M. The Geography of Cyberspace. **Environment and Planning B: Planning and Design** 20, no. 6, 1993. doi:10.1068/b200615.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARTOLY, Flávio. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **Revista GEOgraphia**, UFF. Niterói. v. 13, n. 26, 2011.

BELEI, R.A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S.R.; NASCIMENTO, E.N.; MATSUMOTO, P.H.V.R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 187-199, 2008.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. El Impacto de la era da información sobre la Estructura Social y Espacial de las informaciones. In **Local y Global**. La Gestión de las informaciones en la Era de la información. Madrid Taurus/Pensamiento, 2004. p. 35-74.

Boullier, D. Habítele: mobile technologies reshaping urban life. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, editorial seção especial, 6(1), 13-16, 2014. Disponível em: [://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd1=12397&dd99=view&dd98=p](http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd1=12397&dd99=view&dd98=p) b. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990.

BRAESEMANN, Fabian; LEHDONVIRTA, Vili; KÄSSI, Otto. ICTs and the Urban-Rural Divide: Can Online Labour Platforms Bridge the Gap? (December 21, 2018). **SSRN**. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3271972>. Acesso em 17 de maio de 2019.

CAIRNCROSS, Frances. The Death of Distance. **RSA Journal** 149, no. 5502, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41380436>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

CALDAS, Lia. **Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e Arredores, Nova Friburgo/RJ**: Potencialidades e Limitações. Dissertação (Mestrado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**. Volume 2, número 1, março de 2008.

_____. A ruptura da identificação entre o rural e o agrícola: a resignificação do rural. CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Repensando a geografia urbana. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 6, p. 119-122, 1992.

_____. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” In: CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. P.129-136. (Publicado originalmente na revista Geousp, n. 13, junho de 2003).

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

_____. Dinâmica Urbana e Metropolização. In: Ferreira, Álvaro et. al. (orgs.) **Metropolização do Espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. P. 35 – 52.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet** — reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. A sociedade em rede: do conhecimento à política. **A sociedade em rede**. Do conhecimento à ação política. Debates—Presidência da República. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17-30, 2005.

CASTRO, L.F.P. de; HERSHAW, E; SAUER, Sérgio. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n., p.74 – 102, 2017.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. O lugar da Geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (60).

CETIC. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018**.

CHAMUSCA, Pedro *et al.* Geografias da Airbnb: as escalas, os efeitos e as opções. In: **IV Conferência em Políticas Públicas, Planejamento e Desenvolvimento Territorial-Descentralização & Desenvolvimento: livro de artigos**. 2019.

CHIRIBOGA, Hernán. Prefácio do IICA Brasil. In: **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros**: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas/Carlos Miranda (Organizador da Série). Brasília. : IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

CODONHO, C. G. **“Ser orgânico”**: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1983.

CONCEIÇÃO, Ariane. **Internet pra quê?**: a construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2016.

CRUZ, Valter Carmo. A “teoria como caixa de ferramentas”: reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: X ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. **Anais...**, Campinas –SP, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. **América Latina**: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira (Orgs.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006. ISBN 978-987-1183-64-7 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>

_____. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial 30 Anos, 2012, p. 254-283

DEBORD, G. **La société du spectacle**. Paris, Gammard, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

D'ONOFRE, Dan; SOUZA, Marcelino. A hospitalidade comercial e doméstica sob formas híbridas em destinos turísticos rurais em Nova Friburgo/RJ, Brasil **PASOS**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. 14 N° 5. Outubro 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Censo Demográfico**, Nova Friburgo. Rio de Janeiro. Recuperado de: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=330340>>.

EGGER, Daniela. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010.

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 131-148, jan./jun. 2003.

EMRICH, Dayane. Friburgo viral líder em reservas e sobre 9 pontos no ranking de ICMS ecológico. **A Voz da Serra**, 19 de Julho de 2017. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/friburgo-vira-lider-em-reservas-e-sobe-9-posicoes-no-ranking-de-icms-ecologico>> . Acesso em : 20 de Novembro de 2017.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ESCOBAR, A. Globalización, Desarrollo y Modernidad. **Corporación Región**, ed. Planeación, Participación y Desarrollo. Medellín: Corporación Región, 2002, pp. 9-32.

FAJARDO, Sérgio. A ação territorial corporativa no espaço rural. **Geografia Econômica:(re) leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 193, p. 47-66, 2011.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE**, vol. XXVI, núm. 78, setembro, 2000.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 53-74.

_____. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Metropolização Do Espaço, Gestão Territorial E Relações Urbano-Rurais: Algumas Interações Possíveis. **Geo Uerj** (2007) , V. 2, p. 477-504, 2014.

_____. Metropolização do espaço, cotidiano e ação. In: **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Orgs: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p.13-27.

FERREIRA, Luiz. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n" 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

FIDALGO, Antônio. Nova Corte na Aldeia. Internet e ruralidade. **Diálogos Raianos** – Ensaio sobre a Beira Interior, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 89-99. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-corte-aldeia.html>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FIGHERA, D. T. Globalização e seletividade espacial. In: CARLOS, A . F. A . (ORG.) **Ensaio de geografia contemporânea** - Milton Santos, obra revisitada. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996, p.265-274.

FORBES. **12 cidades mais populares no Airbnb**. 8 de agosto de 2018. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2018/08/12-cidades-mais-populares-no-airbnb/#foto5>. Acesso em 05 de agosto de 2019.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. **Microfísica do poder**, v. 17, p. 69-78, 1979.

FURLANETO, F.P.B.; MANZANO, L.M. Agricultura de precisão e a rastreabilidade de produtos agrícolas. **Infobibos** – Informações Tecnológicas. 2010. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2010_2/AgriculturaPrecisao/index.htm . Acesso em: 10/11/2019.

GAITÁN, M.; RAINER, S. Migración por amenidad y turismo:¿dinámicas globales en el espacio rural? El caso de Tafí del Valle (Tucumán/Argentina). In: **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural** 11/4, S. 571 – 582. 2013.

GANT, Agustín Cócola. Holiday Rentals: The New Gentrification Battlefront. **Sociological Research Online** 21, no. 3, 2016. doi:10.5153/sro.4071.

GASPARINI, Marina. **Trabalho rural, saúde e contextos socioambientais**: estudo de caso sobre a percepção dos riscos associados à produção de flores em comunidades rurais do município de Nova Friburgo (RJ). Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012.

GIDDENS, A. (1989), **A Constituição da Sociedade**, São Paulo, Livraria Martins Fontes.

GIORDANO, Christian. La ruralité comme phénomène culturel. **Recherches Sociologiques**, Louvain, v. XX, n. 3, 1989

GIRARDI, Ludmila. Estruturas e dinâmicas espaciais da organização da internet no território brasileiro. **Confin**, 23 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confin/9976>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

GIULIANI, G. M. **Neo-ruralismo**: o novo estilo dos velhos modelos. In: RBCS/Anpocs, n. 14, ano 5, out. 1990.

GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, J. S. **Agricultura sob a égide do capital financeiro**: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações Econômicas, SP, v.35, n.4, 2005.

GRAHAM, Stephen. The End of Geography or the Explosion of Place? Conceptualizing Space, Place and Information Technology. **Progress in Human Geography** 22, no. 2, 1998.

GRAHAM, Steve; MARVIN, Simon. **Splintering urbanism**: networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition. Routledge, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: ____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

_____. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo horizonte. n. 7, v. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/rurbano7.html>

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, Dec. 2001.

GUATTARI, Felix. A Restauração da paisagem urbana. **Revista do IPHAN**, Nº 24, ANO 1996.

GUILHERME, Nadja. **Produtores, ecochefs e consumidores: a gastronomização da agricultura familiar no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas**. Dissertação (Mestrado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. RJ: Bertrand, 2014.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em [http://w3.msh.univse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE Rogério Haesbaert. pdf](http://w3.msh.univse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rog%C3%A9rio%20Haesbaert.pdf). Acesso em 02 de junho de 2019.

HALFACREE, Keith. Rural space: constructing a three-fold architecture. In: Cloke, P.; Marsden, T. e Mooney, P. H. (Eds.), **Handbook of Rural Studies**, London: Sage Publications, 2006.

_____. Back-to-the-land in the twenty-first century: Making connections with rurality. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie** 98: 3–8, 2007a.

_____. Trial by space for a 'radical rural': Introducing alternative localities, representations and lives. **Journal of Rural Studies**, 23, 2007b. pp. 125–141.

HARVEY, D. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, p. 139-171, 2003.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.

HESPANHOL, R. A. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo**. Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013.

HIDALGO, Rodrigo. ¿Se acabó el suelo en la gran ciudad?: Las nuevas periferias metropolitanas de la vivienda social en Santiago de Chile. **EURE** (Santiago) 33 (98), 57-75, 2007.

HIDALGO, R., ARENAS, F., & SANTANA, D. ¿Utópolis o distópolis? Producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). **Revista EURE - Revista De Estudios Urbano Regionales**, 42(126). 2016.

HODSON, Hal. The streets with no name: A bold plan to map the world's poorest areas aims to fight disease. **New Scientist**, Volume 224, Issue 2992, 2014.

HOLZER, Wherter. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Revista GEOgraphia**, UFF. Niterói. Ano II. Nº 3. 2000.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBELGA. **Circuito das flores movimenta turismo de Nova Friburgo**. 2016. Disponível em: <http://www.ibelga.com.br/noticia/1/circuito-das-flores-movimenta-turismo-de-nova-friburgo>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

JIRÓN, Paola; MANSILLA, Pablo. Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Santiago de Chile. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 40, n.121, p.5-28, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612014000300001&lng=es&nrm=iso. Acesso em 30 dez. 2017.

JORGE, Camilla. **Economia partilhada e consumo colaborativo com quem?** Como a presença do Airbnb afeta os preços dos imóveis residenciais em Lisboa e no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017.

KWAN, Mei-Po. Time, Information Technologies, and the Geographies of Everyday Life. **Urban Geography**, 23:5, 471-482, 2002. DOI: 10.2747/0272-3638.23.5.471

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to actor-network theory**, Oxford University Press, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea". Belo Horizonte, 2006, no prelo. Do original: LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'Espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. Prefácio – A produção do espaço. **Estudos avançados** 27 (79), 2013. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Revisão técnica de Fraya Frehse. Do original em francês: "Préface – La production de l'Espace" – Paris: Economica, 2000, p.xvixxviii.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 (1972).

_____. **Critique de la vie quotidienne**, vol.1 (Introduction). Paris: L'Arche Éditeur, 1977.

_____. Préface. In: RAYMOND, H.; HAUMONT, N.; DEZÈS, M.; HAUMONT, A. **L'habitat pavillonnaire**. L'Harmattan, 2001.

_____. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones/Henri Lefebvre; trad. de Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure—México: FCE, 2006. 305 pp.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda. Diagnóstico da segurança pública em Nova Friburgo. **CONSEG/Instituto Sou da Paz**, 2009.

LEMOs, André. Mídia locativa e territórios informacionais. **Information media**, 2007.

LEMOs, A. & FIRMINO, R. I connect, therefore I am!: places, locales, locations and informational territorialization. **Estudos do século XX**, 15, 17-34. 2015. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/38250/6/I%20connect%20therefore%20I%20am.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

LENCIONI, Sandra. Da Cidade e sua Região à Cidade-região In: **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, v. I, p. 65-76.

_____. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, v.39, p.7 - 20, 2008.

_____. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [Online]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (69). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: Ferreira, Álvaro et. al. (orgs.) **Metropolização do Espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

_____. Helicópteros em São Paulo. O controle do espaço aéreo e a insubordinação dos helipontos. **Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. XVIII, núm. 493 (56), 2014.

_____. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: Ferreira, Álvaro et. al. (orgs.) **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

_____. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. In: **e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, p. 6-15, 2015a.

LITTLE P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: **Tellus**. Ano 2, n.3, p.33-52, Campo Grande, out. 2002.

MACCARTHY, J. Rural geography: globalizing the countryside. **Progress in Human Geography**, 32: 129–37, 2008.

MACEDO, Iverson. Plano Diretor: uma janela de oportunidades. In: **Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo** – Campo do Coelho. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, PMNF, 2015.

MACHADO, Felipe. S. O rural perimetropolitano nas mudanças espaciais da Região Metropolitana Do Rio De Janeiro. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima. **Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina 2013**. Perú, 2013.

MACHADO, J.G., NANTES, J.F.D. Utilização da identificação eletrônica de animais e da rastreabilidade na gestão da produção da carne bovina. **Revista Brasileira de Agroinformática**, 1999, v.2, n.3.

MARAFON, Glaucio. O espaço rural em transformação: as novas relações campo x cidade no estado do Rio de Janeiro. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas PE. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, 2010. p. 1-20.

MARAFON, Glaucio; RIBEIRO, Miguel. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

MARAFON, Glaucio; SEABRA, Rogério. Contrastes na agricultura fluminense: o tradicional e o moderno no processo de comercialização agrícola. **Geo UERJ** Rio de Janeiro, n. 28, p. 242-268, 2016.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. *et al.* **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Inês. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera** – ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008.

Marston, S. The social construction of scale. **Progress in Human Geography** 24, 219–42. 2000.

MARTINS, Alanda. **Agricultura Apoiada pela Comunidade ou comunidade apoiada pela agricultura?** A relação campo-cidade pela

ética da solidariedade. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2017.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Los espacios están llenos de poder, son un producto de las relaciones sociales. [Entrevista concedida a] Verónica Engler. **Dialogos, Jornal** **Página/12**, 2012. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-206595-2012-10-29.html>

MAYER, Jorge. **Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2003.

MENDES, S.P. Implantação da APA Macaé de Cima (RJ): Um Confronto entre a Função Social da Propriedade e o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Preservado, **V Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, SC, 2010.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**. jul./dez.2015 v. 2, n. 3. ISSN: 2317-4919. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334/35> 2. Acesso em 22 de agosto de 2019.

MONGIN. O. O arquipélago o megalopolitano mundial e a explosão da metrópole. In: **A condição urbana**. A cidade na era da globalização. São Paulo. Editora Estação Liberdade, 2010.

MORALES, Nelson. **Filosofía de lo cotidiano y el ritmanálisis**. Fermentum, año 11, n. 32, set-dez, 2001, p. 515-524, Mérida, Venezuela.

MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano**: estudo das práticas de arte de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Puc-Rio, 2013. Cap. 1 (O cotidiano é o lugar da transformação através do corpo), p. 26-67; Cap. 2 (As rupturas dos ritmos do cotidiano: integração da noção de ritmo às análises do espaço urbano), p. 68-107.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **ETC..., espaço, tempo e crítica**. Nº 1(3), VOL. 1, 1º de junho de 2007, ISSN 1981-3732

MOTA; Dalva; SCHMITZ, Heribert. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.

MUNKØE, M. M. Regulating the European sharing economy: State of play and challenges. **Intereconomics**, 52(1): 38-44.

NASCIMENTO, Marília Teresa Lima *et al.* O uso de agrotóxicos na floricultura: o caso de Vargem Alta – Região Serrana do Rio de Janeiro. **Revista Tamoios**, v. 14, n. 2, 2018.

NASSER, Ana Cristina. A sociologia da vida cotidiana e a formação de uma geração. **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, n. 39, Outubro de 2013, pp. 127-138.

NEGREIROS, Adriana. Exército de uma mulher só. In: **Revista Piauí**, 148, 13 de janeiro de 2009.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016. Coordenação: GIRARDI, E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.

NETFLIX MEDIA CENTER. **A Netflix está agora disponível no mundo todo**: O principal serviço de TV por Internet passa a operar em mais de 190 países. Las Vegas, 6 de janeiro de 2016. Disponível em: https://media.netflix.com/pt_br/press-releases/netflix-is-now-available-around-the-world. Acesso em 15 de março de 2019.

NEVES, Leonardo Azevedo. Um novo tempo para as urbanidades: o papel da paisagem nos estudos do mundo rural. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. p. 11 – 30.

NOVELI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? **Revista Organizações em Contexto**, vol. 6, núm. 12, 2010, pp. 107-133.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Tendências recentes da mobilidade espacial da população no Estado do Rio de Janeiro. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 27, n. 1, p. 89-113, June 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982010000100007>.

OLIVEIRA, V. **Repensando o rural sob o prisma das urbanidades**, em Nova Friburgo; 2007; Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2007.

PANESA, Ricardo. Nova Friburgo: Emoções nas trilhas que levam a um paraíso selvagem. **Quatro Rodas**. nº 336, julho de 1988. Disponível em:

<http://www.gurgel800.com.br/publicacoes/quatorrodas/336/>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

PASCAL, A. The Vanishing City. **Urban Studies**, 24(6), 597–603, 1987.

PATRÍCIO, C. A Gentrificação como Procedimento Global. Em Carlos Smaniotto Costa e Marlucci Menezes (Eds). **Neighbourhood & City - Between digital and analogue perspectives | Bairro & Cidade - Entre perspectivas digitais e analógicas** (pp. 35-45). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2019. ISBN 978-989-757-077.

PAWLEY, M. **Architecture, urbanism and the new media**. Mimeo, New York, 1995.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Matopiba. **Revista Campo-Território**, v. 11, nº 23, p.196-224, ed. esp., jul. 2016.

PERES, F & MOREIRA, JC. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup 4:S612-S621, 2007.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PMNF. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. **Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)**, Nova Friburgo, RJ. Agosto de 2015a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico** – Nova Friburgo 2050 (Estratégias centrais da revisão do plano diretor 2015). Nova Friburgo, outubro de 2015b.

_____. **Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo** – Campo do Coelho. Nova Friburgo, 2015c. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/daef47_4b632047949b45dc8b0ca9f5d19653e2.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

_____. **Programa 100 dias: Programa de Metas – Gestão 2017-2020**. Abril de 2017. Disponível em: <https://novafriburgo.rj.gov.br/nova/wp-content/uploads/2017/04/PMNF-Programa-de-Metas-Gesta%CC%83o-2017-2020.pdf> . Acesso em: 06 de dezembro de 2017.

POSEY, Darrel. A Preliminary Report on Diversified Management of Tropical Forest by the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. **Advances in Economic Botany** Vol. 1, Ethnobotany in the Neotropics, 1984.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, pp. 437-449, 1992. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Soc. estado**. Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, Aug. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922007000200003>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Faces ativas do urbano**: mutações num contexto de imobilismos. In: Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores, 2000. (p. 235-250).

_____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

_____. Metrôpoles e presentificação: imaginário necessário. In SILVA, Cátia Antônia da; FREIRE, Désirée; OLIVEIRA, Floriano J. Godinho de. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (p. 469-484)

_____. **Por uma Sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. "Ação e seleção social" (p. 137-148); "Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método" (p. 149-172); "Micro-conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana" (p. 173-192); "Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder" (p. 193-208).

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** V. XI, n. 245(17), 1 de agosto de 2007.

REBELLO, Ivone. O tópos lugar ameno (locus amoenus) e suas múltiplas facetas: da antiguidade clássica à época contemporânea. 15º Congresso Brasileiro De Língua Portuguesa do IP/PUC-SP. **Anais...**São Paulo: 2014.

RIFKI, F. Speculations on the future city. In: **X International Forum Le Vie dei Mercanti** – Less/More Architecture, Design, Landscape, Naples, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 1227**, de 17 de novembro de 1987. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e social do estado do Rio de

Janeiro, para o período de 1988 a 1991. Rio de Janeiro, RJ, novembro de 1987.

ROCHA, D.; DAHER, D.C.; SANT'ANNA, V.L.A. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. In: **Revista Polifonia** 8. Cuiabá: EdUFMT, 2004, pp. 161-180.

RUA, J. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (Orgs.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 43-70

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

_____. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização no Estado do Rio de Janeiro. **Geopuc, Revista do Departamento de Geografia da PUC**, 2011.

_____. **Preço da terra:** uma marcante urbanidade no rural na fase atual da organização do espaço geográfico. Artigo apresentado no II Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rural, 3 a 8 de novembro de 2014. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/46d988_7cad08ab1cbb41ba821ea9acf4a75363.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2016.

_____. No estado do Rio de Janeiro. In: **O espaço e a metropolização:** cotidiano e ação. Orgs: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 443-486.

RUA, J.; OLIVEIRA, R.; FERREIRA, A. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. In: RUA, J.; OLIVEIRA, R.; FERREIRA, A. **Paisagem, espaço e sustentabilidades:** uma perspectiva multidimensional da Geografia A. organização: João Rua. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2007.

SA, Gustavo Malafaya. À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento. **Sociologia**, Porto, v. 24, p. 133-147, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 nov. 2019.

SALAZAR, A., HIDALGO, R.; PAÉZ, P. Ruralidad y expansión residencial: movilidad y funcionalidad en el periurbano emergente del área metropolitana de Santiago de Chile. In: Lencioni, S. Vidal-Koppmann, R. Hidalgo, P. Pereira, Editores. **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. Brasil, Chile y Argentina, 19, 2011. p. 205-224. 978-85-88126-98-3.

SANTAELLA, Lucia. A ecologia pluralista das mídias locativas. **Revista FAMECOS**, n. 37, Porto Alegre, p. 20-24 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 7-14, ago., 1996b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em: 10 de agosto do 2019.

_____. O Lugar: Encontrando O Futuro. **Rua Revista de Arquitetura e Urbanismo**, BAHIA, v. 6, p. 34-39, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. 5a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. A Sociology Of Globalization. **anal.polit.**, Bogotá , v. 20, n. 61, p. 3-27, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052007000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Sept. 2019.

_____. Reading the city in a global digital age: The limits of topographic representation. **Procedia Social and Behavioral Sciences** 2. 2010.

_____. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, fev. 2013.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (tradução Marta Inez M. Marques e Marcelo Barreto). **Space, difference, everyday life**: reading Henri Lefebvre. New York, Routledge, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122 , fev. 2003.

SEABRA, O. C. L. O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia** no 74, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1996.

SEMMADUS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável de Nova Friburgo. **Plano Diretor Participativo De Nova Friburgo**. Anteprojeto de Lei Complementar. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável de Nova Friburgo. **Relatório do Questionário Comunitário**. Revisão do Plano Diretor. 2015.

SILVA, M. R. . Diferença e diferencialismo: para uma crítica da homogeneização. In: Amélia Luísa Damiani e Ricardo Baitz. (Org.). *Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas*. 1ed. São Paulo: Editora Tiragem Livre, 2017, v. 1, p. 87-108.

SILVA, O. A região metropolitana do Rio de Janeiro na atualidade: recuperação econômica e reestruturação espacial. In **Confins** [Online], 25 | 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/10421>. Acesso em: 12 Julho 2016.

SIMONI, Joana. **Desenvolvimento sustentável e planejamento urbano**: discursos, práticas, e (falsos) antagonismos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, M.; WHITACKER, A. **Cidade e Campo**: Relações e Contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SODRÉ, Muniz. Eticidad y campo comunicacional sobre la construcción del objeto. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo; NAVARRO, Raúl Fuentes (Orgs.). **Comunicación**: campo y objeto de estudio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas. México: Universidad de Guadalajara, 2001. p. 149- 150.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação / Bernardo Sorj. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar ED. ; Brasília, DF: Unesco, 2003.

SORRE, Maximilien. Fondements De La Géographie Humaine. **Cahiers Internationaux De Sociologie**, vol. 5, 1948, pp. 21–37. JSTOR, www.jstor.org/stable/40688670.

TAKADA, Paula. O subestimado Brasil rural. **Jornal da USP**. Ano XV, no 599. 03 a 09 de junho de 2002.

THOMPSON, John B. Comunicação e contexto social. In: **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, cap. 1, p. 19-46.

TOLEDO, V. M. Utopía y Naturaleza. El nuevo movimiento ecológico de los campesinos e indígenas de América Latina. **Nueva Sociedad** Nro. 122 Noviembre - Diciembre 1992, pp. 72-85.

VAINER, C. B. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur/UFMG-Cedeplar, 1993. p.556-71.

_____. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2002.

VASCONCELOS, André Ferreira. Elementos para uma discussão metodológica no campo da geografia: da neutralidade científica à produção contextualizada do conhecimento. **Expressões geográficas**, n. 2. Florianópolis: 2006, pp. 01-09

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias. In: _____. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de agosto de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200003>.

VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria de causação circular. In: MACHADO DA SILVA, Luís Antonio (org.) **Solo urbano**. Tópicos sobre o uso da terra. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 49-77.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WACHSMUTH, David; ALEXANDER Weisler. Airbnb and the Rent Gap: Gentrification through the Sharing Economy. **Environment and Planning A: Economy and Space** 50, no. 6, 2018. doi:10.1177/0308518X18778038.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, outubro, 2000: 87-145

WENTZEL, Marina. Como a corrida mundial pelo processamento de dados pode 'colonizar' o Brasil e outros países? **BBC News Brasil**. 13 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49981458>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

WACHSMUTH, David; ALEXANDER, Weisler. Airbnb and the Rent Gap: Gentrification through the Sharing Economy. **Environment and Planning A: Economy and Space** 50, no. 6 (September 2018): 1147–70. doi:[10.1177/0308518X18778038](https://doi.org/10.1177/0308518X18778038).

WOODS, Michael. Rural geography III: Rural futures and the future of rural geography. **Progress in Human Geography**, v. 36, n. 1, p. 125-134, 2012.